

“Família para quem precisa...”

**Estado, instituições políticas públicas, e
classes populares na construção de
uma moral familiar**



Gilson José Rodrigues Junior de Andrade

GILSON JOSÉ RODRIGUES JUNIOR DE ANDRADE

“FAMÍLIA PARA QUEM PRECISA...”:

Estado, instituições, políticas públicas e classes populares na construção de uma moral familiar dialógica.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Russel Parry Scott

Recife-PE
2010

A553f Andrade, Gilson José Rodrigues Junior de
 “Família para quem precisa...”: Estado, instituições, políticas públicas e classes populares na construção de uma moral familiar / Gilson José Rodrigues Junior de Andrade. – Recife: O autor, 2010.
 184 p.il. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2010.

1. Antropologia. 2. Família. 3. Estado. 4. Políticas públicas. 5. Crianças. 6. Adolescentes. I. Scott, Russel Parry. II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2011-07)

PARECER DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Gilson José Rodrigues Junior de Andrade

“FAMÍLIA PARA QUEM PRECISA...: ESTADO, FAMÍLIA, INSTITUIÇÕES,
POLÍTICAS PÚBLICAS E CLASSES POPULARES NA CONSTRUÇÃO DE UMA
MORAL FAMILIAR”

A Banca Examinadora composta pelos Professores RUSSEL PARRY SCOTT (*Presidente*), do Departamento Antropologia da UFPE; JUDITH CHAMBLIS HOFFNAGEL, do Departamento de Antropologia da UFPE; e CLAUDIA LEE WILLIAMS FONSECA, Departamento de Antropologia da UFRGS; considera a Dissertação do candidato:

☒ APROVADA ☐ EM EXIGÊNCIA ☐ REPROVADA

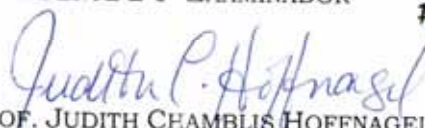
Secretaria do Programa de Pós Graduação Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, aos dia 02 do mês de junho de 2010.


PROF. RUSSELL PARRY SCOTT
PRESIDENTE E 1º EXAMINADOR

Russell Parry Scott
Coordenador PPGA
SIAPE - 1130762

Coordenador PPGA
SIAPE - 1130762

Russell Parry Scott


PROF. JUDITH CHAMBLIS HOFFNAGEL
2º EXAMINADOR

PROFª CLAUDIA LEE WILLIAMS FONSECA
3º EXAMINADOR

Dedico este trabalho a minha amada esposa, Siléa Fernandes de Andrade
Rodrigues. Sem seu apoio e compreensão concluir este ciclo teria sido
intragável,
e, certamente, não teria o mesmo sabor. Obrigado minha amada ... meu
amor...

AGRADECIMENTOS

A Deus, em qualquer de suas representações, pela inspiração...

À Siléa por suportar, principalmente nos últimos meses, minha presença tão ausente em nosso lar... E ainda assim dar todo o estímulo e compreensão, tão necessários nesses momentos... Te amo...

Aos meus pais que sempre, direta e indiretamente, acreditaram e estimularam...

Aos meus sogros... pelo respeito e apoio em diversos momentos.

Ao professor Scott – um orientador **de fato** – por sua disposição, compromisso, seriedade e respeito...

A professora Julie (UFRN) por ter me “desviado” pelos caminhos antropológicos...

ACAPES que viabilizou a bolsa de estudos durante dois anos... Certamente não teria cursado esse mestrado de outra maneira...

A todos aqueles que formam o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE: professores, secretários, pessoal de limpeza e Ademilda, por seus deliciosos e engordativos lanches (risos)...

Aos colegas e amigos que conheci na turma de mestrandos de 2008... Foi bom chorar e rir algumas vezes com vocês... Ao que parece, apesar dos muitos ferimentos... todos sobreviveram... Viva!

Aos membros do NEAJ, sinto falta de nossas discussões...

A todos aqueles que, quase sem me conhecer, me receberam em Recife... Não importa se estamos longe ou se permanecemos afetivamente próximos... Vocês são muito importantes para mim: Hugo, Carol (Índia), Chris, Marcelão. Também não poderia esquecer, em hipótese alguma dos “agregados” daquele saudoso apartamento: Lúcia e Luciana Gama, Marcelinho... Obrigado por tudo pessoal... Quem sabe um dia...

A Gleidson... foi um tempo de amores e ódios (risos)... Um tempo de aprendizados...

A Mercês... sem dúvidas uma das maiores amigas que fiz em Recife...

A Normando, que sem quase termos nos visto, aceitou ler esse trabalho em sua fase mais problemática, contribuindo de forma fantástica...

Um agradecimento muito especial a Rosi, Ezaú e Marjorie... Não teria como listar aqui todos os meus agradecimentos a vocês... Atrevo-me a resumir dizendo: aprendi a amar e admirar vocês...

Aos amigos natalenses que souberam compreender bem meu enclausuramento quase total nesses últimos meses de “gestação”... Que bom que vocês existem na minha vida...

A Rodrigo Sérvulo por ter feito a capa e a Deyse por ter metido o bedelho nela...

A Carol Miquelassi por ter aceito o exaustivo trabalho de revisar este material...

A Josielle pelo empenho cuidado em fazer os últimos ajustes ortográficos e gramaticais... E a tulho, seu amado, por todo o incentivo ao longo da vida...

A Gê – caríssima amiga maranhense – por ter aceito prontamente normatizar este trabalho de acordo com as eternamente mutáveis regras da ABNT...

Aos membros da banca, titulares e suplentes, na certeza de que suas contribuições serão preciosas para a melhoria desse trabalho... Destaco a figura da professor Claudia Fonseca, por muito antes desse trabalho desenvolver-se mais, ter sido tão solícita e simpática em cada uma das vezes em que a “abusei”, na busca de seus artigos...

A cada um dos interlocutores e interlocutoras residentes em Penedo por terem permitido minha intromissão em suas vidas. Definitivamente sem cada um deles este trabalho não existiria...

Certamente muitos não estão sendo citados, o que não implica que estejam sendo esquecidos... A “conclusão” deste trabalho não se deu sem a ajuda de muita gente...

Fica aqui minha gratidão a todos que fazem parte da minha vida...

Tem um Brasil que é próspero
Outro não muda
Um Brasil que investe
Outro que suga...

Um de sunga
Outro de gravata
Tem um que faz amor
E tem o outro que mata
Brasil do ouro
Brasil da prata
Brasil do balacochê
Da mulata...

Tem um Brasil que é lindo
Outro que fede
O Brasil que dá
É igualzinho ao que pede...

Pede paz, saúde
Trabalho e dinheiro
Pede pelas crianças
Do país inteiro
Tem um Brasil que soca
Outro que apanha
Um Brasil que saca
Outro que chuta
Perde, ganha
Sobe, desce
Vai à luta bate bola
Porém não vai à escola...
Brasil de cobre
Brasil de lata
É negro, é branco, é nissei
É verde, é índio peladão
É mameluco, é cafuso
É confusão
É negro, é branco, é nissei
É verde, é índio peladão
É mameluco, é cafuso
É confusão...
Oh pindorama eu quero
Seu porto seguro
Suas palmeiras
Suas feiras, seu café
Suas riquezas
Praias, cachoeiras
Quero ver o seu povo
De cabeça em pé...

(Brasil - Composição: Seu Jorge/Gabriel Moura/Jovi Jovinião)

RESUMO

“Família para quem precisa...”: Estado, instituições, políticas públicas e classes populares na construção de uma moral familiar dialógica. Este trabalho, a partir de um estudo sobre crianças e adolescentes numa instituição de abrigo, realiza uma análise relacional sobre os diferentes discursos acerca da família na cidade de Penedo-AL, observando a relação entre os discursos institucional e das famílias de classes populares. Estas últimas são alvos de diversos discursos *estigmatizantes*, apontadas como não se encaixando em determinado padrão de comportamento moral “adequado” ao “bom desenvolvimento” das crianças e adolescentes serão. As mulheres aparecem discursivamente reduzidas à figura materna, apontadas como principais responsáveis pelo equilíbrio do lar e cuidado com os filhos. Observando o cotidiano e a conversa dessas mulheres, constata-se que constroem com a apresentação positiva de determinadas características pessoais e familiares uma moral familiar na busca de contrariar os estigmas infligidos. Elas realçam características pessoais e familiares que julgam ser positivas. Este cenário revela uma “confusão de línguas” (FONSECA, 2000), na qual a normatização moral imposta pelo Estado e suas políticas públicas, em nome da justiça social, reforçam determinadas estratégias de deslegitimação moral, sem levar em conta as especificidades socioeconômicas e culturais em que se constroem a moral dos pobres. Dessa forma, o discurso institucional centra a responsabilidade por determinados “problemas sociais” nestas pessoas e em suas famílias, desviando o olhar das críticas ao Estado.

Palavras-chave: Família – Instituições- Estado. Criança - Adolescente – Mãe.

ABSTRACT

This study, done with children and adolescents in a sheltered home, uses a relational analysis, to reflect on the different discourses about the family in the city of Penedo-AL. The relationship between institutional discourses and families of the working classes is observed. The latter are targets of several stigmatizing discourses, which identify them as not fitting into certain standards of "appropriate" moral behavior for the "good development" of children and adolescents. Women appear discursively reduced to the mother figure, identified as the main person responsible for the stability of the home and for the care of their children. Observations of the daily life of these women, reveal a moral familiar, in order to contradict the *stigma* inflicted upon them. They emphasize certain personal and familiar characteristics, judging them to be positive. . This scenario reveals a " confusion of languages " (Fonseca, 2000), in which the moral norms imposed by the State and its public policies, in the name of social justice, strengthen certain strategies of moral illegitimation, disconsidering the socioeconomic and cultural particularities in which the morale of the poor are built. This way, the institutional discourse places the responsibility for certain "social problems" on these people and their families, and weakens the criticism of the State.

Keywords: Family - Institutions-State. Children - Teen - Mom

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Centro comercial	25
Figura 2 – Ladeiras da cidade	25
Figura 3 - Casa da força	25
Figura 4 – Pôr do Sol no “Velho Chico”	25
Figura 5 - Conselho Tutelar 1 (Frente)	50
Figura 6 - Conselho Tutelar 2 (rol de entrada)	50
Figura 7 – Conselho Tutelar 3 (Cartaz na sala de espera)	50
Figura 8 – Conselho Tutelar (Placa no rol de entrada)	50
Figura 9 -Lar de Nazaré 1	91
Figura 10 -Lar de Nazaré 1	91
Figura 11 – Lar de Nazaré 3	91
Figura 12 – Lar de Nazaré 3	91
Figura 13 - Kamartelo 1 (entrada)	131
Figura 14–Kamartelo 2	131
Figura15 - Matadouro 1	131
Figura 16 -Matadouro 2	131
Figura 17 - Coréia	132
Figura 18 - Lagoinha entrada	132
Figura 19 – Garotos na feira	133
Figura 20 – Crianças na Coréia	133

SUMÁRIO

1	FAMILIARIZANDO-SE.....	13
2	BRAÇOS ABERTOS, PORTAS FECHADAS: desafios, descobertas e mudanças no trabalho de campo.....	19
2.1	Quando o pano de fundo torna-se figura: a preferência pela etnografia.....	20
2.2	“Por que Penedo?”.....	21
2.3	Antropologia, pobreza e relativismo: pontuando inquietações.....	23
2.4	Penedo, Penedos: paisagens, arquiteturas e desigualdades.....	24
2.5	Descobertas, constrangimentos e mudanças no curso da pesquisa.....	30
3	A FAMÍLIA NO BANCO DE RÉUS.....	37
3.1	Reflexões sobre o ECA e a responsabilidade familiar.....	43
3.2	“Comprometidos com a causa”: os dilemas e idealizações na proteção das crianças e adolescentes.....	48
3.3	A família idealizada: a busca pela “conversão” das classes populares.....	59
3.3.1	“Protegendo” as crianças de suas famílias: a “mão esquerda” do Estado delimitando limites, impondo sanções.....	64
3.3.2	“Mãe é tudo igual, só muda o endereço”: reflexões sobre o <i>amor materno</i> e a estigmatização das mulheres.....	70
3.4	Aos “vencedores” a cidadania.....	77
3.4.1	Entre “cidadãos de bem” e “vagabundos”.....	80
4	“SALVANDO” CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SUAS FAMÍLIAS “DESESTRUTURADAS”: instituições-abrigos e famílias de classes populares.....	85
4.1	Novos discursos para antigos problemas: abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.....	94
4.2	Discursos, fachadas, representações: o Lar de Nazaré como uma “nova casa”.....	96
4.3	“Transformando” vidas, “mostrando a realidade”: promessas de melhorias na vida dos “menores”.....	100
4.3.1	O “indispensável” papel da religião na “melhoria” das vidas.....	103
4.4	Diferentes formas de se contar o tempo institucional.....	105
4.4.1	O domingo chegou: questões sobre o tempo da visita.....	107

4.4.2	Tempo de abrigamento: entre o dito e o “não dito”.....	109
4.4.3	O tempo “esquecido”: a proibição de se falar sobre os motivos do abrigamento	112
4.4.4	Tempo de voltar: o processo de “reintegração familiar”.....	113
4.4.5	“Fim de tempo”: de “internas” a jovens adultas.....	116
4.5	“Órfãos de mães vivas”: o discurso sobre a (ir) responsabilidade materna	116
4.6	Monsenhor Alberto: fundador, pastor, educador, pai (ou patrão?) e político	118
4.6.1	“Padre Alberto meu pai meu amigo”: filhas ou empregadas?.....	120
5	"A GENTE FAZ O QUE PODE": relações familiares nas classes populares	128
5.1	Vidas cruzadas: trajetórias individuais, diferenças e semelhanças sociais.....	134
5.1.1	Diferenças convergentes.....	146
5.2	“Elas não sabem amar” (?): expressões do amor materno nas classes populares.....	148
5.2.1	A exaltação do trabalho como forma de cuidar dos filhos.....	149
5.2.2	"Eles comem pão e água comigo que eu sou mãe para dar de comida a eles": alimentação como expressão do amor materno.....	153
5.2.3	Abrigamento como prova de amor: articulando justificativas e esperanças.....	158
6	GUIA DE CONCLUSÃO: estranhando o que se tornou familiar.....	165
	REFERÊNCIAS.....	174

Familiarizando-se...



1. FAMILIARIZANDO-SE

Este trabalho tem como intuito principal perceber como são construídos diferentes discursos em relação à família, focando na distância entre os critérios institucionais – observando-se a parceria entre o Estado e as Organizações não Governamentais (ONGs) – e aqueles construídos por famílias que compõem as classes populares, principal público atendido pelas instâncias responsáveis. Neste sentido, as mulheres, discursivamente reduzidas ao exercício materno, são apontadas como as principais responsáveis pelo equilíbrio do lar e, principalmente, pelo cuidado com os “menores”. Consequentemente, quando não se encaixam no padrão moral idealizado pelos diferentes agentes, serão estigmatizadas, apontadas como “mães desinteressadas”, que “não sabem amar”, “irresponsáveis”, etc. Isto aparece potencializado no caso de mulheres que – contra ou a favor de sua vontade - tenham os filhos em instituições-abrigos. O que aparece como “prova” definitiva que atesta sua incapacidade em cuidar de sua prole, justificando, então, a intervenção do Estado em prol dos “menores”¹.

Diante desses relatos tornou-se imperativo, para os interesses dessa pesquisa, conversar com essas mulheres, percebendo como constroem suas relações familiares, sejam elas conjugais ou, e principalmente, como configuram seu elo com os filhos. Descortina-se uma diversidade de trajetórias e justificativas que ao invés de apontarem para sua “amoralidade” e “incapacidade de amar”, mostra que os laços familiares nas classes populares não se tornam mais frouxos devido à situação socioeconômica em que vivem. Ainda que existam pontos em comum em suas narrativas pode-se perceber toda uma variedade cultural que as distanciam em si. Tais relatos aparecem, direta e indiretamente, construindo sua moral familiar como que buscando responder com as perspectivas hegemônicas, defendidas pelos referidos agentes. Em suas narrativas, essas mulheres negam os estigmas que lhe são infligidos. Afirmam de diversas maneiras que “fazem o que podem” dentro do contexto em que vivem. Isto é, buscam apresentar de forma positiva o modo como estabelecem suas relações afetivas e as redes de solidariedade estabelecidas, retratando-se como “boas mães”. Tais retratações irão aparecer, inclusive, em suas justificativas para a permanência ou retirada dos filhos das instituições-abrigos.

Nesta moral familiar construída em meio às ameaças e negociações com instâncias institucionais, a categoria do “cidadão” – ou “cidadão de bem” –, aparece de um

¹ O uso do termo “menor” é utilizado aqui apenas como solução estética, no intuito de se evitar constantes repetições de termos como “crianças e adolescentes”. Tem-se consciência de que o termo ganhou um uso pejorativo no Código do Menor, passando a ser bastante criticado.

lado apontando para um modelo de “bom comportamento” que a partir de juízos de valor moral naturalizados – estratégias de deslegitimação – excluem boa parte das pessoas que compõem as camadas mais pobres e miseráveis da população. Por outro lado, as mulheres com filhos assistidos por abrigos, ao representarem-se de forma positiva, seja reafirmando a noção de “instinto materno” ou de que são “mulheres trabalhadeiras”, parecem reivindicar, direta ou indiretamente, o exercício da cidadania que lhes é negada.

Toda a análise relacional aqui proposta busca aprofundar as reflexões sobre o que Claudia Fonseca (2006) chama de “confusão de línguas” entre os critérios morais defendidos oficialmente pelo Estado, interpretados pelos seus agentes a partir de suas experiências pessoais, e a realidade cotidiana das classes populares. Na busca de promover “justiça social”, algo no que de fato parecem acreditar, finda “[...] que o mesmo instrumento que serve para promover o “bem” de uma parcela da população pode exacerbar a opressão de outra”. (FONSECA, 2006, p. 142). É importante perceber que tal distância entre os discursos e representações aparece tanto no âmbito urbano nacional (FONSECA, 2006; RIBEIRO, 1996; RIBEIRO, 2005; ABREU, 2002), internacional (WACQUANT, 2005), como no contexto rural (SCOTT, 2009 b).

A discussão teórica está centrada nos estudos sobre família, entrecruzados pelas discussões sobre classes sociais, gênero e geração. Transita também pelos estudos que focam como as classes populares lidam com as imposições e exigências hegemônicas. Os diálogos estabelecidos, dentre outras coisas, buscam fugir de qualquer discurso “politicamente correto” que culmine por apresentar as realidades sociais das famílias pobres de forma romantizada. Ao buscar compreender como as famílias que compõem as classes populares, buscam compreender como se dá a construção de seus relacionamentos familiares, redes de solidariedade e garantem, ou não, a reprodução social de uma moral familiar, construída num contexto global de desigualdade social (SARTI, 1996, FONSECA, 2006; SCOTT, 2009 a; SCOTT, 2009 b).

Todo o trabalho de campo se desenvolveu no Município de Penedo, localizado ao sul de Alagoas ocorrendo em dois momentos: fase exploratória – entre março e julho de 2008 – e, quando se buscou aprofundar as questões inicialmente levantadas, assim como mudar seu foco, a partir de novos desdobramentos.

As reflexões e inquietações construídas ao longo desse tempo passaram por transformações que só foram possíveis com as leituras e discussões realizadas com pessoas e

em lugares distintos, porém, em sua maioria, se deram junto aos colegas e amigos, alunos e professores do PPGA/UFPE, levando-me a fugir de qualquer dicotomização - tentadora, diga-se de passagem - que pusesse os agentes institucionais como vilões e as mulheres entrevistadas como as “oprimidas”, precisando ser protegidas. As inúmeras reformulações e alterações dos projetos de pesquisa continuaram ao longo do desenrolar deste trabalho.

No primeiro capítulo - ***Braços abertos, portas fechadas: desafios, descobertas e mudanças no trabalho de campo*** -, busquei inserir o leitor ao contexto em que se deu a escolha da cidade de Penedo-AL como locação do trabalho de campo. Os desdobramentos desta escolha; as características demográficas; os contrastes socioeconômicos; a forma como fui *afetado* (FRAVET-SAADA, 1990) pelas relações estabelecidas durante a primeira fase da pesquisa e as mudanças ocorridas ao longo da mesma, também serão resumidamente contempladas.

Além disso, descreverei de quais maneiras os contatos iniciais, ao contrário do que prometiam - “abrir portas” - contribuíram para que estas fossem fechadas, algumas vezes trancadas. Tais surpresas trazidas pelas relações estabelecidas no trabalho de campo exigiram alguma criatividade - “jogo de cintura” - ao lidar com as inúmeras “saías justas”, alterando o curso de todo o trabalho, ou, pelo menos, exigindo estratégias e negociações não concebidas anteriormente.

No capítulo seguinte, ***A família no banco dos réus*** analisou as dinâmicas das diversas instâncias estatais voltadas para o cuidado e proteção das crianças e adolescentes. O foco é dado aos discursos e representações de seus agentes em relação às famílias geralmente atendidas nesses órgãos. Busquei entrevistar, manter conversas informais e participar de eventos para os quais era convidado, com o intuito de captar a forma como esses agentes caracterizavam as famílias pobres do município, principal público assistido. Pude ouvir representantes de cada uma das instâncias, envolvidas com o “melhor interesse das crianças”.

Neste contexto, os referenciais familiares e pessoais eclodem como forma de deslegitimar moralmente tais famílias e principalmente as mulheres, apontando-as como “incapazes de amar”. Apesar de todas as críticas ao discurso salvacionista, focado na proteção da infância deslocada de sua família, no contexto estudado - e não apenas nele - este aparece com bastante força. A antiga categoria “família desestruturada”, por exemplo, continua sendo articulada. Dentre outros discursos que certamente reforçam o estigma e o consequente ostracismo social imposto às camadas mais pobres da sociedade, fala-se nas mulheres com

filhos em instituições-abrigos como se fossem este fato prova de sua incapacidade em amar e/ou de sua suposta amoralidade. Os entrevistados, de forma geral, buscaram apresentar explicações para defender uma ideia de “instinto materno” como algo inato as mulheres e do porquê deste não se fazer presente na maioria das mulheres de quem se referiam.

O terceiro capítulo - ***“Salvando” crianças e adolescentes de suas famílias “desestruturadas”: instituições-abrigo e famílias de classes populares*** – mantém interesses semelhantes ao anterior, porém se volta para a compreensão da dinâmica institucional da Escola Profissional Lar de Nazaré, ONG de orientação católica, fundada há aproximadamente cinquenta e seis anos, na qual são assistidas as filhas de parte das mulheres entrevistadas. Mais uma vez os discursos e representações centrados nas qualidades morais e, por vezes, cognitivas das mulheres apareceram. Além disto, foram analisados os critérios e posturas tomadas pelos funcionários da instituição na forma de agirem com as garotas. Ressalta-se ainda a contradição da diretoria da instituição quando afirma que sua prioridade seria o retorno das “internas” para suas famílias de origem. Algo que, quando acontece, faz-se a partir da contagem de tempo institucional. O discurso salvacionista predomina quando se fala sobre a situação em que as garotas viviam anteriormente, construindo certa dicotomia entre o “mau lar” de onde saíram e o “bom lar” para onde foram encaminhadas, seja pelo caminho legal, que vê no abrigo uma última opção, seja por intermédio de conselheiros tutelares, que veem no abrigo um “castigo” ou uma forma de cuidar do “futuro das filhas”.

Com o quarto e derradeiro capítulo, ***“A gente faz o que pode”: relações familiares nas classes populares busquei*** conversar com mulheres que mantêm – ou mantiveram – os filhos em abrigos da cidade. Pude aprofundar o contato com nove mulheres que, com suas trajetórias e visões de mundo, negam os estigmas infligidos pelos agentes institucionais, uma vez que buscam representar-se de forma positiva nos relacionamentos que estabelecem dentro de seu contexto familiar. Ao responderem, direta e indiretamente, aos estigmas a si infligidos, essas mulheres agenciam imagens, discursos e representações morais sobre os laços familiares que apontam não para uma incapacidade de amar ou falta de interesse pelos filhos, mas para a construção de outras “estratégias de ação” (BOURDIEU, 2009), frutos de disposições construídas dentro do contexto das classes populares. Estas, por não corresponderem, dentro de um olhar hegemônico, ao “bom comportamento familiar” e o cuidado adequado com os “menores”, serão deslegitimadas moralmente no discurso dos, anteriormente referidos, agentes institucionais.

Por último – *Guisa de conclusão: estranhando o que se tornou familiar* –, faço um apanhado geral das contribuições e limitações deste trabalho, ressaltando a importância de um aprofundamento no que diz respeito às reflexões sobre esta “confusão de línguas” que se analisou, dando maior visibilidade à relação entre Estado e a população pobre. É patente a necessidade de mais estudos nesse caminho, na tentativa de diminuir as violências simbólicas presentes nos discursos dos agentes institucionais, que ao tomarem suas profissões como uma missão pessoal, julgam as famílias que costumam atender a partir de seus juízos de valor moral. Consequentemente em sua busca, muitas vezes sincera, por justiça e maior equidade social, findam por reproduzir e perpetuar desigualdades sociais, sem que, em muitos casos, se deem conta disto. O que aponta para a urgência em se pensar formas de intervenção mais adequadas ao contexto brasileiro, em sua diversidade socioeconômica e cultural.

**BRAÇOS ABERTOS, PORTAS FECHADAS: DESAFIOS,
DESCOBERTAS E MUDANÇAS NO TRABALHO DE
CAMPO.**



2 BRAÇOS ABERTOS, PORTAS FECHADAS: desafios, descobertas e mudanças no trabalho de campo

O intuito central deste capítulo é situar o leitor quanto ao cenário em que se deu o trabalho de campo, destacando algumas surpresas trazidas por essa experiência, chamando a atenção não apenas aos “jogos de cintura” e às “saías justas” (BONETTI; FLEISCHER, 2007) inevitavelmente encontradas, como também justificar a escolha pelo município de Penedo. Consequentemente serão apresentados os desdobramentos dessa escolha, ligadas principalmente ao fato de que o primeiro contato – que se prometia um “abridor de caminhos” – tornou-se um dos maiores empecilhos. Além disso, serão pontuadas inquietações presentes ao longo de toda a pesquisa: “ser homem” pesquisando um contexto prioritariamente feminino; relações de *medo* e *confiança*, dentre outras questões.

O conhecimento antropológico não se constrói enquanto uma busca por verdades, mas através de uma *negociação de verdades* que se dá na relação estabelecida entre pesquisador e pesquisada (CAMPOS, 2008). O que está relacionado com o que é dito e revelado, seja verbalmente ou através dos “não ditos” – formas em que as relações familiares aparecem quando se observa as relações de gênero e geração, por exemplo. Isto também aparece na forma de assuntos que surgem como tabus, alertando para os limites que não devem ser ultrapassados pelo pesquisador. Este, tanto quanto os grupos e indivíduos pesquisados, estará imbricado em uma espécie de jogo de “esconde e mostra”, uma vez que ambos apresentar-se-ão de maneiras específicas durante a pesquisa, ressaltando algumas características e ocultando outras. Isto está ligado às formas como cada um neste “jogo” busca favorecer seus objetivos específicos e segredos. “O etnógrafo procura obter informações sobre a região interior; os sujeitos (pesquisados) procuram proteger seus segredos, já que estes representam uma ameaça à imagem pública que desejam manter.” (BERREMAN, 1980, 142-143).

2.1 Quando o pano de fundo torna-se figura: a preferência pela etnografia

Em qualquer pesquisa antropológica, seja ela centrada na análise de documentos históricos (GIUMBELLI, 2002; SAHLINS, 1990), ou que de preferência a etnografia, o pesquisador nunca estará livre de surpresas e imprevistos capazes de redirecionar seu projeto.

A preferência aqui dada ao trabalho de campo – uso da observação participante, entrevistas e conversas informais – se dá não por uma perspectiva que reduza a antropologia a esta metodologia, mas a uma trajetória que priorizou o fazer etnográfico, esta *descrição densa* que vê a cultura como um documento de atuação. Um documento público, semelhante a “[...] um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado”. (GEERTZ, 1989, p. 7).

É indispensável o exercício de certa *vigilância epistemológica*, não subestimando os conhecimentos e formas de ver e agir do mundo dos interlocutores, para não perder de vista o perigo das relações desiguais, estruturadas em nossa sociedade. As quais já trazem em si uma *assimetria* simbólica, evidenciada nas relações de classe, gênero e geração, marcas indeléveis deste trabalho. Nesse sentido Duarte e Gomes (2008, p. 22) lembram que

A posição do projeto antropológico (não como não ser assimétrica), uma vez que as disposições culturais que o suscitam são diferentes daquelas que inspiraram a vida de todas as demais ordenações simbólicas emergentes no mundo. Reconhecer a assimetria “situacional” não significa, porém, assumir necessariamente alguma preeminência ontológica ou epistemológica sobre os “nativos” (inclusive os internos a nossas sociedades, populares ou eruditos, subordinados ou dominantes, marginais ou hegemônicos). A ideia de que seja possível, por outro lado, conceder às concepções do outro um lugar de mais verdade – com maior coerência cosmológica ou autenticidade vivencial, por exemplo – acaba por expressar uma sofisticada e rematada arrogância, como se de nós, ainda seus observadores e descritores, dependessem a revelação e chancela de tal dignidade.

Tanto a metodologia escolhida como os “[...] aspectos dos trabalhos que extravasam uma definição convencional do método [...]” (BERREMAN, 1980, p.123) são cruciais para a pesquisa e seus resultados. São capazes de alterar as expectativas e perspectivas que o pesquisador imagina que terá antes de iniciar sua pesquisa.

2.2 “Por que Penedo?”

Desde que decidi realizar a pesquisa em Penedo, esta pequena cidade localizada em um estado que nem é aquele onde curso o mestrado – Recife-PE – nem o local onde resido – Natal-RN –, fui questionado por diversas pessoas com a mesma pergunta: “Por que Penedo?”. O que me leva a adentrar numa trajetória pessoal que perpassa não apenas o ambiente acadêmico, mas outros contextos, principalmente o religioso.

No ano de 2007, quando exerci a função de “ministro local”² – durante aproximadamente três anos – pela Igreja do Nazareno³, participei da reunião de líderes da referida denominação em Aldeia – distrito de Camaragibe –PE. Dentre os diversos depoimentos, a fala do pastor Mário destacou-se com a história de como iniciara um “trabalho social” junto às crianças e adolescentes, através de uma ONG fundada por ele há aproximadamente sete anos: Associação Mãos Estendidas (AME). A maneira como o referido pastor retratava algumas mulheres, mães dos “menores” chamou-me bastante a atenção. De acordo com suas informações, elas residiam, em geral, no Kamartelo, uma favela cravada no centro comercial e burocrático da cidade. Lugar que, segundo ele, era o “Quartel General de Satanás”⁴, pois era principal polo de tráfico de drogas e prostituição da cidade. Além disso, apontava essas mulheres como principais responsáveis – quando não únicas – pela situação em que seus filhos se encontravam. “Elas até amam seus filhos, mas são venenosas como uma víbora”. Após dizer isto passou a listar diversas situações que “provavam” sua irresponsabilidade, negligência e falta de amor, para consigo e, conseqüentemente, para com suas proles.

Tais relatos serviram como mola propulsora para que, em março de 2008, fosse dado início a fase exploratória do trabalho de campo. Neste primeiro momento fui recebido pelo pastor Mário. Seu desejo era de que eu ficasse hospedado em sua casa, que dividia o mesmo terreno que a AME. No entanto, já o havia informado que isto não aconteceria. Decisão acertada, tendo em vista a descoberta de um relacionamento bastante tenso – nunca mencionado em nossas conversas – entre ele e algumas interlocutoras. Também nesse período, fui informado da atuação da Escola Profissional Lar de Nazaré (LN).

² Este cargo é considerado, dentro da hierarquia da instituição como o primeiro degrau para os “fiéis” que desejam ascender ao cargo de pastor. No caso do “ministro local”, ele recebe uma licença local da “junta de oficiais” – um grupo de membros da igreja votada em regime representativo, responsáveis por auxiliar o “pastor titular” na administração e decisões no contexto da igreja (titular, já que é comum existirem outros), dada a ele, após analisada sua conduta moral e religiosa e seu comprometimento com as verdades defendidas

pela denominação.

³ Igreja evangélica de orientação pentecostal, atuante no Brasil desde o início dos anos sessenta.

⁴ O referido pastor parecia acreditar piamente que o “diabo” juntava-se ali com seus demônios para planejar o “mal” para toda cidade. Para Mário uma das evidências disto era a miséria do local e como as pessoas eram “resistentes a palavra libertadora de Jesus”.

Em abril de 2009 Mário já havia saído de Penedo, voltando para sua cidade natal, o Rio de Janeiro. Antes disso, sem que a promotoria ou o juizado da infância fossem informados, boa parte dos “menores” assistidos pela AME haviam voltado para suas famílias. Tal situação inviabilizou a manutenção do foco da pesquisa nas duas instituições-abrigos. Isto tornou inviável para os fins dessa pesquisa manter o foco nas duas instituições-abrigos. A partir de então a pesquisa centrou-se nas famílias que receberam as crianças e adolescentes egressos da instituição, assim como aquelas cujas filhas eram assistidas pelo Lar de Nazaré.

2.3 Antropologia, pobreza e relativismo: pontuando inquietações

Alguns cientistas sociais contemporâneos insistem em confundir o olhar relativista da antropologia, quando voltado para as classes populares brasileiras, com qualquer tipo de romantização da miséria, ou com um discurso “politicamente correto”, o qual deve ser evitado, caso contrário a seriedade e os efeitos de uma pesquisa acadêmica estarão bastante ameaçados. Exemplo disto é o que afirma Patrícia Mattos (2009, p. 199-200)

Que os indivíduos da ralé recorram à romantização da própria existência é compreensível tendo em vista a própria necessidade de tal medida. Realmente problemático é ver esse autoengano confirmado pela ciência social, que tem como um de seus principais objetivos desvelar os mecanismos de dominação social. [...] Por desconsiderar que as hierarquias do mundo social não permitem o relativismo esse tipo de abordagem ‘politicamente correta’, ao exaltar as qualidades “ambíguas” das classes despossuídas ou da ralé, acaba contribuindo para deixar as coisas exatamente como estão. [...] O caráter conservador deste tipo de abordagem é evidente: se as coisas estão boas assim, para que mudar? E assim continuam se reproduzindo os mecanismos opacos de poder que legitimam a manutenção do estigma social.

Certamente não se pode ignorar que deve haver muitas pesquisas reproduzindo o erro que a autora aponta. Porém, buscar conhecer e “elaborar problematizações” sobre a forma como vivem os indivíduos e grupos que compõem as classes populares não precisa ser apenas isto. A realidade, como nos lembram Berger e Luckman (2008), é socialmente construída e dentro de uma mesma realidade outras estão contidas. Dessa forma, ao falar em realidade brasileira não se pode ter em mente uma visão homogeneizada. Da mesma maneira

quando um pesquisador se debruça sobre as classes populares só poderá deparar-se com um cenário de grande diversidade⁵.

Ao propor uma análise que busque conhecer também o cotidiano das famílias pobres, geralmente apontadas no discurso institucional como “desestruturadas”, estamos muito longe de querer “dourar a pílula”. Trata-se de conhecer as *disposições* e *estratégias de ação* construídas em nossa sociedade que se distanciam de uma moral hegemônica, em parte pela enorme desigualdade social brasileira. O que possibilita que indivíduos que compõem diferentes grupos e classes sociais, ao falarem de temas semelhantes, como os laços afetivos - principalmente no contexto familiar – pareçam estar falando de assuntos diferentes, caracterizando a já referida “confusão de línguas”. Isto desencadeará no que tenho chamado de estratégias de deslegitimação moral, que aparecem fortemente nas posturas adotadas por agentes institucionais.

2.4 Penedo, Penedos: paisagens, arquiteturas e desigualdades

Por ser Penedo uma cidade histórica com diversos prédios tombados pelo IPHAN⁶ e ladeada pelo Rio São Francisco, influenciou fortemente nas reações de muitos ao saber que era ali que realizava o trabalho de campo. Não foi incomum ouvir “Poxa, aquela cidade é linda.” Ou “Você escolheu bem, adoro aquele lugar, já passei férias ali.”. Quando tomavam conhecimento dos lugares por onde costumava andar, as reações eram de admiração – e decepção –, já que, na maioria das vezes, a miséria do município passava despercebida ao olhar dessas pessoas; turistas interessados no “belo”.

⁵ Sobre isto ver Scott e Quadros, 2008.

⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 1 – Centro comercial



Figura 2 – Ladeiras da cidade



Figura 3 - Casa da força



Figura 4 – Pôr do Sol no “Velho Chico”

Se as primeiras impressões iam por um caminho semelhante, foram rapidamente desfeitas diante das muitas placas do INPHAN, estampadas na frente dos prédios históricos, anunciando as reformas em curso. O que, de certa forma, contrastava como número de pessoas pedindo esmolas e dormindo pelas ruas e a miséria socioeconômica reinante em muitos bairros. Tudo isso parecia denunciar que o passado pomposo – que data desde o século XVI – deixara suas marcas apenas na fachada de alguns edifícios, enquanto que o presente se apresentava desigual como na maior parte das cidades brasileiras.

⁷ Segundo informou a historiadora responsável por catalogar os patrimônios materiais da cidade, então secretária de cultura, neste lugar os escravos “rebeldes” eram deixados por toda uma noite para que rezassem, pedindo perdão por seus pecados, sendo enforcados ao raiar do sol.

As longas e largas ruas do centro histórico de Penedo, onde funcionava boa parte das repartições públicas – além das igrejas e do comércio popular – iam dando lugar ao cenário dos bairros pobres da cidade: ruas acidentadas, sinuosas, estreitas, com esgotos a céu aberto. Andar a pé por toda a cidade, saindo do primeiro contexto para o segundo, trazia a constante sensação de se andar em claustrofóbico funil que denunciava o contraste entre o necessário cuidado e respeito com o patrimônio histórico da cidade, em detrimento do descaso público com boa parte da população.

Buscar conversar com as mulheres referidas anteriormente, possibilitou conhecer com maior profundidade duas dessas “comunidades”: o já mencionado Kamartelo e o Matadouro. Sobre o primeiro, parece existir uma tradição oral que defende sua existência, desde o período colonial, como uma zona de prostituição, para onde iam os senhores de engenho após grandes festas e jantares. Atualmente também é conhecido por “Cabaré”, devido ao número de prostíbulos ali existentes, o que serve também de motivo de piada. Isto foi evidenciado durante um espetáculo teatral de um grupo local, em que a personagem de uma parteira disse que para que uma determinada criança nascesse era preciso uma “moça virgem”. Ela desce do palco e vai até a plateia, dizendo ter ouvido que em uma rua⁸ chamada Kamartelo encontraria muitas virgens. A ironia desencadeou em uma gargalhada de toda a plateia.

O Matadouro⁹, outro bairro bastante frequentado ao longo do trabalho de campo, era formado principalmente por um conjunto de casas populares, distribuídos ao longo de enormes ladeiras. Ali, a organização e aparência das casas apontavam já para uma *distinção* – no sentido de Bourdieu (2007) – entre os diversos moradores do bairro, demarcando uma diversidade socioeconômica e cultural. As primeiras residências pareciam mais bem trabalhadas, com suas fachadas azulejadas, geralmente reformadas. Também era comum ver nos mesmos terrenos outras residências, possivelmente casas que os filhos construíram nos terrenos dos pais. Ao descer as enormes ladeiras do bairro tinha a impressão de que quanto mais perto do matadouro, mais empobrecida ficava a paisagem. Geralmente no fim de algumas ruas as casas de alvenaria davam lugar a residências de taipa, provavelmente ocupadas por famílias não contempladas com novas casas na década de 1980¹⁰.

⁸ O nome pelo qual a favela ficou mais conhecida é o nome de uma de suas ruas, exatamente onde se encontram a maior parte das casas de prostituição.

⁹, É conhecido assim devido à construção das casas ter se dado em vasto terreno de frente para o Matadouro Bovino Municipal.

¹⁰ Algo semelhante com o que Cynthia Sarti (1996) descreve em sua pesquisa.

Os dados oficiais do governo federal apenas confirmam que a desigualdade social em Penedo é algo emblemático do estado de Alagoas, que por sua vez apenas confirma os problemas sociais nacionais. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 2005 o estado apresentava o menor índice de desenvolvimento humano do Brasil¹¹. Os contrastes sociais se evidenciaram ao saber que mais de sete mil famílias da cidade eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, do Governo Federal¹², se encaixando nos critérios governamentais de famílias vivendo com menos de cento e quarenta reais mensais por pessoa. O que as coloca abaixo da linha de pobreza¹³.

Devido aos motivos anteriormente apresentados, a inserção no Kamartelo teve de acontecer sem qualquer intermediário, alguém que me apresentasse “às pessoas certas”. Neste contexto ainda foi possível manter a imagem de pesquisador interessado em conhecer a dinâmica desses bairros e as histórias de vida de algumas mulheres, desvinculando-me o máximo possível da figura do pastor Mário. O que possibilitou o acesso não só aos relatos dessas mulheres, como também a uma maior interação com elas, sendo convidado para almoços, aniversários, e encontros informais.

Não há dúvidas de que a forma como essas pessoas me *afetou* influenciou diretamente na decisão de dar continuidade ao trabalho de campo em Penedo. Estes momentos me possibilitaram conhecer algo além dos índices de violência da cidade e, junto com eles, o medo e preconceitos bastante comuns de se perceber nas reações de pessoas preocupadas com minha transição no lugar. Não que elas não tenham razão, ao menos em parte, o Kamartelo não é um lugar tranquilo, longe disso. No entanto, os problemas socioeconômicos enfrentados pelas pessoas ali residentes não podem servir, como comumente acontece, para se legitimar os estigmas comumente infligidos às classes populares. Como lembra Wiliian Foote Whyte (2005, p. 20), prender-se apenas a esse tipo de perspectiva reforça ainda mais a indiferenciação dessas pessoas, geralmente apontadas como réus em casos criminais ou integrantes indiferenciadas das “massas”. Ainda em concordância com o

¹¹ Sobre isto ver: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde

¹² De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2008, o estado de Alagoas contava com 3.127.55 habitantes. Dentre estes, aproximadamente 4.349 famílias eram beneficiárias do PBF. Só na capital, Maceió, existiam, no mesmo período, 924.143 residentes, dos quais 77.139 famílias recebiam o benefício. No município de Penedo eram, no mesmo ano, 60.750 e 7.938 famílias recebendo o benefício. (Fonte: <http://www.mds.gov.br>, abril de 2010).

¹³ Um cálculo desprezioso que levasse em consideração que cada família fosse formada por apenas três pessoas – bem menos que o visto na maior parte das famílias pobres – permite visualizar que pelo menos vinte e um habitantes de Penedo dependeriam, em alguma medida, do pagamento do benefício. Este número chegaria muito perto de um terço do total da população.

que diz o autor: “Há algo de errado nesse quadro: nele não há seres humanos” (WHYTE, 2005, p.20).

Os primeiros contatos no Kamartelo estiveram rodeados de tensão e suspeitas. Inicialmente, temeram que eu fosse um policial federal disfarçado, baseado em uma experiência passada, em que um “cara de fora” ficou amigo do “pessoal do movimento”¹⁴ e depois souberam que ele era agente da Polícia Federal. Isto causou um desconforto inicial, principalmente a algumas pessoas envolvidas com o tráfico de drogas na cidade. Estes, ao se depararem com Dalva, uma de minhas interlocutoras e residentes do local, andando comigo a noite por ali, enquanto tirava algumas fotos, a pressionaram por maiores informações a respeito de minhas intenções no local. Quando nos encontramos novamente, ela destacou que “quase se lascara por minha causa”, e que se eu tivesse mentindo “quem ia se lascas” era eu. Neste mesmo dia, Aílton, filho de Neiva – outra informante – sabendo do ocorrido foi até a “boca de fumo” explicar que eu não era “pepa”¹⁵, mas um jornalista de Pernambuco¹⁶, interessado em conhecer o dia-a-dia de pessoas moradoras de “comunidades” no Nordeste. Com tal “esclarecimento”, Aílton mandou que ficasse “cabeça de gelo” – tranquilo – e que poderia andar por onde quisesse e tirar fotos de tudo que “ninguém ia mexer” comigo.

Se no começo da pesquisa alguns informantes buscavam esconder algumas características negativas dos bairros em que moravam, isto foi sendo superado gradativamente. O que caminhou junto com a possibilidade de participar de mais momentos informais, longe do gravador. Passei a receber convites para almoços, aniversários. Em outros momentos fui chamado simplesmente para ouvir alguns “desabafos”.

Aílton, por exemplo, logo que nos reencontramos em julho de 2008, contou-me detalhadamente como havia, um mês após termos nos conhecido, entrado para o “movimento”, mas que tinha saído, tanto por ter perdido um “companha”¹⁷, morto esfaqueado durante as festas juninas, quanto por estar ganhando pouco, já que sua função era “apenas” dormir no local onde a droga ficava, o qual usava de uma *lan house*¹⁸ como fachada.. Retomando o episódio relatado acima, em meio a risos, perguntou “naturalmente” se queria

¹⁴ “Pessoal do movimento” ou apenas “movimento” eram gírias para se falar de quem era envolvido com o tráfico drogas.

¹⁵ Gíria para policial.

¹⁶ Fez questão de dizer que sabia que eu não era jornalista mas que desta forma “eles entendiam mais rápido”.

¹⁷ Amigo, também envolvido com o tráfico.

¹⁸ Local onde se permite o uso de computadores com acesso a internet em troca de pagamento proporcional ao tempo de utilização.

conhecer “a boca”. Chegando lá fui apresentado aos “chefes da boca”. Em tom de brincadeira, Aílton disse: “Tá aí pessoal, o cara que vocês tavam achando que era pepa”. Todos riram, e um deles, o “chefe”¹⁹, disse que eu poderia ficar a vontade.

Apesar disso, sempre era observado(ou pelo menos era assim que me sentia) por alguns rapazes do “movimento”. Certa vez enquanto conversava com dona Filó, informante que morava vizinho à “boca”, um jovem sentado em uma calçada, no outro lado da rua, olhava diretamente para nós. Nossa conversa foi temporariamente interrompida quando fui até ele, perguntando-lhe se “aquele boato de que eu era policial continuava.”. Ele disse que não, que eu podia permanecer tranquilo.

Como ocorre normalmente em trabalhos antropológicos, passei a “ficar tranquilo”, ainda que parcialmente, tendo minha imagem mais familiarizada no local. Era apresentado por meus informantes como um “amigo de Recife”, e mesmo outros moradores costumavam cumprimentar, às vezes chamando, relatando algum acontecimento, geralmente a morte ou prisão de alguém. Era comum ouvir de muitos interlocutores, residentes nesses bairros, que ali “não tinha nada que presta”, ou que não havia “nada de bom para se oferecer”. Porém foi uma declaração de Aílton, interrompendo a uma conversa entre sua mãe e Dalva, quando estas ainda minimizavam a questão da violência cotidiana do bairro, que apareceu como um forte resumo sobre a situação de sua “comunidade”. Ele disse: “Gilson, meu amigo... Vamos dizer assim: se Penedo fosse um corpo humano, O Centro seria a cabeça; Santa Luzia seria o braço direito, e o Kamartelo seria o cu”. A explicação da analogia fazia referência ao fato dele destacar o quanto aquela comunidade era esquecida pelas autoridades públicas, só “tendo o que não presta”, principalmente devido às drogas e à prostituição. Duas atividades intimamente relacionadas ao cotidiano de Aílton, uma vez que os quartos de sua casa eram alugados, durante o dia, para que algumas mulheres – prostitutas – levassem seus clientes.

Todas as declarações feitas pelas mulheres que viria a entrevistar, moradoras do Kamartelo, do Matadouro e de alguns outros bairros da cidade, reforçariam a metáfora feita por Aílton. Apesar do uso pejorativo que fez ao relacionar seu “pedaço” com a região anal, permitiu também outra analogia. O mesmo lugar por onde saem “excretas” é também alvo de

¹⁹ Um mês após termos sido apresentados ele foi preso pela polícia. Oito meses depois, o cenário parecia bastante diferente. A “*Lan House*” havia sido fechada, o prédio totalmente desocupado. A “onda de violência” aumentou durante alguns meses devido à disputa entre alguns grupos pela liderança do tráfico no Kamartelo.

desejo. O lugar dos “prazeres carnavais”, condenados no discurso de boa parte da população é também alimentado por ela. Em geral, as mulheres explicavam que os homens do Kamartelo, por exemplo, não tinham dinheiro para os “programas”, e que, em geral os clientes, vinham de outros bairros, ou eram caminhoneiros ou motoristas dos ônibus que paravam na cidade. Além disso, se as “bocas de fumo” ficavam nas favelas da cidade, certamente dali as drogas são escoadas para outros não residentes desses “pedaços”, já que ali se consome principalmente o mesclado e/ou o *crack*.

2.5 Descobertas, constrangimentos e mudanças no curso da pesquisa

Os contatos inicialmente estabelecidos muitas vezes prometem “abrir portas”, facilitar o acesso a informações e pessoas, mostrando-se sempre de “braços abertos”. Porém, como destaca Gerald D. Berreman (1980), tais *salvo-condutos*²⁰, podem, ao contrário do que prometem, dificultar os referidos contatos. Sem dúvidas ter chegado a Penedo através do pastor Mário trouxe esse tipo de imprevisto.

Se, por um lado, não foi tão complicado o acesso às mulheres moradoras do Kamartelo, ou, mesmo na segunda fase da pesquisa, àquelas com filhos no Lar de Nazaré, o mesmo não se deu no trato com alguns agentes institucionais. Isto se mostrou visivelmente problemático nos primeiros encontros com o promotor da infância, o qual impôs um verdadeiro interrogatório sobre quais eram minhas intenções com a pesquisa. Chegou a exigir, em nossa primeira conversa, que listasse, antecipadamente, os principais pontos a serem abordados.

Posteriormente este informante ressaltou que tinha medo que eu estivesse a mando dos “homens poderosos de Penedo”. Explicou também que sua desconfiança se dava por outros dois motivos: o fato de ter chegado à cidade através de alguém com o “filme queimado” – o pastor Mário – como também pelo fato de ter iniciado a segunda fase do trabalho de campo em um momento complicado: a cidade acabara de eleger seu novo – que

²⁰ O autor não faz uso desta expressão, geralmente utilizada no linguajar jurídico. De acordo com o dicionário significa: s.m. Permissão dada por uma autoridade para viajar e transitar livremente. / Licença concedida por autoridade militar para a livre passagem pelos postos militares. / Fig. Segurança, salvaguarda.

na verdade já havia sido prefeito durante dois mandatos seguidos, entre 1996 e 2004. As eleições em Penedo pareciam estar repletas de suspeitas de fraude e conflitos.

As preocupações do promotor – João Alves - apareciam na fala de outros entrevistados, como o medo de que eu denunciasses sua morosidade em resolver determinados casos, diferentemente de seu antecessor caracterizado, principalmente pelos conselheiros tutelares, como alguém mais “ativo”. Todas essas declarações pareciam mergulhadas em um jogo político muito além das fronteiras municipais, relacionando-se com o governo do estado, devido à relação estreita entre o atual prefeito e o governador de Alagoas. O cuidado de não aparecer envolvido com a política local, nem deixar que a imagem de pesquisador fosse utilizada para esse propósito era constante.

As desconfianças de João Alves se tornaram um problema a parte, principalmente ao retomar meu contato com o Lar de Nazaré. Ele aconselhou que a diretora da instituição retirasse a permissão anteriormente concedida para que eu entrevistasse as monitoras. Noêmia, atendendo ao conselho do promotor, explicou que o conselho do promotor não se estendia a ela, pois “saberia se defender”. O que não impediu a realização de contatos com essas mulheres por meio de conversas informais quando estava na instituição.

Uma das grandes surpresas, que logo se tornou de grande relevância, reservadas pelo trabalho de campo foi não apenas a descoberta da existência da Escola Profissional Lar de Nazaré, como sua visibilidade e importância para a cidade.

Larissa Perlúcio (2007) destaca como, em uma de suas pesquisas com travestis, percebeu-se imbricada em uma densa relação de *medo* e *confiança* ao andar por determinados lugares. Neste sentido a autora fala de uma sensação comum às pesquisas antropológicas: o fato de que o medo do “desconhecido”, existente no início de todo novo trabalho vai, aos poucos, dando espaço a uma relação de confiança.

Certamente, ao andar pelas periferias e favelas em Penedo, isto foi experienciado com certa intensidade. Tendo em vista que entrar nesses lugares, ainda que inicialmente sem alguém do “pedaço”, gerou maiores tensões tanto em mim quanto nos moradores. No entanto, é importante destacar que as sensações de medo e confiança não existem apenas ao adentrar lugares reconhecidos como perigosos. No decorrer da pesquisa de campo isto se tornou evidente, inclusive no que dizia respeito à necessidade de manter contato com os agentes institucionais, principalmente os representantes do Lar de Nazaré.

Se o contato com esta instituição se mostrou amistoso, principalmente na figura de Noêmia – diretora – isto não acompanhou o transcorrer da pesquisa. A promessa de “colaborar com o que fosse possível” logo se mostrou muito aquém das expectativas. O que se deu, tão logo a curiosidade do pesquisador passou a ser incômoda, como era esperado. E mais ainda quando tomou conhecimento do teor das conversas que vinha mantendo com algumas mulheres, cujas filhas residiam na instituição.

Foi-me oferecido um quadro formal das atividades ali realizadas, consideradas – abaixo apresentado – para uma maioria dos agentes estatais, era visto não como “profissionalizante”, mas como estratégias para que as crianças e adolescentes assistidos não ficassem desocupados, reproduzindo a ideia de que “cabeça vazia é oficina do diabo”.

Turno/Dia	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
Manhã	07h30min - 09h00min Missa; 9 - 12:00 - Lazer e almoço	8-12h00min Voley e Queimada (“internas contra “semi-internas””)	8-12: 00 Aula de Informática e reciclagem	Aula de dança e aula de teclado	Aula de dança e informática	Ensaio do coral (dirigido pela diretora) e aula de dança	Lazer e folga de Noêmia
Tarde	14-17: 00 - horario de visitas. 17-18: 00 Banho. 18:00	14-17:00 - Reciclagem e voley	14-17:00 Informática e reciclagem	Aula de dança e aula de teclado	Aula de dança e informática	Ensaio do coral e aula de dança	Lazer e folga de Noêmia
Noite	18-19:00 - rezar o terço; 19-20 - assistir TV	18-19:00 - rezar o terço; 19-20 - assistir TV	18-19:00 - rezar o terço; 19-20 - assistir TV	18-19:00 - rezar o terço; 19-20 - assistir TV	18-19:00 - rezar o terço; 19-20 - assistir TV	18-19:00 - rezar o terço; 19-20 - assistir TV	18-19:00 - rezar o terço; 19-20 - assistir TV

Pode-se dizer que todo o contato com o Lar de Nazaré ocorreu de forma tensa. O medo de “por tudo a perder” era constante, diante das exigências – verbalizadas ou não – da diretora da instituição, usando, ou não, o nome do Monsenhor Alberto, como forma de dar “um ponto final” ao acesso a determinadas informações. As relações de gênero também merecem um destaque especial neste capítulo, tendo em vista que estiveram demarcando todo o trabalho de campo. Com exceção de um conselheiro tutelar, o promotor e o juiz da infância, todas as demais pessoas entrevistadas eram mulheres.

Neste sentido, pode-se dizer que as relações assimetricamente construídas entre homens e mulheres em nossa sociedade realçam a importância de se buscar minimizar a *violência simbólica* inevitavelmente presente na realização das entrevistas (BOURDIEU, 2003). Não resta dúvidas que o “ser homem” trouxe alguns desafios e impôs determinadas barreiras que possivelmente não seriam enfrentadas por uma mulher. Principalmente, como defende Heloisa Buarque de Almeida (2002), quando o pesquisador precisa adentrar o espaço doméstico. Tais barreiras se fizeram presentes, por exemplo, ao ter de lidar com os companheiros de algumas interlocutoras, sendo submetido a longos interrogatório e/ou tendo de entrevistá-las debaixo de seus olhares inquisidores. Porém, Almeida segue argumentando que a transitoriedade do pesquisador no campo permite que ele “ultrapasse” algumas fronteiras locais de gênero, possibilitando-lhe uma melhor compreensão do contexto cultural pesquisado.

Fosse ao lidar com essas mulheres e suas famílias ou mesmo adentrando pelos diversos contextos institucionais, estas trocas de informações, construções de empatia e as “negociações de verdade”, foram importantes para que os conflitos e disputas de poder pudessem ser percebidos. Isto só é possível devido ao exercício do “controle das impressões” por parte do antropólogo. Neste sentido Gerald Berreman (1980, p. 142,143) afirma:

Embora eu pense ser prática e eticamente correto que o etnógrafo faça saber sua intenção de conhecer o modo de vida dos indivíduos que pretende estudar, creio ser eticamente desnecessário e metodologicamente incorreto que explicita suas hipóteses específicas e, em muitos casos, até mesmo seus campos de interesse. [...] Como forma de interação, a observação participante envolve sempre controle de impressões. Portanto, como técnica de pesquisa, implica inevitavelmente algo secreto e alguma dissimulação, a menos que se defina esta última muito restritamente. Se o pesquisador se sentir moralmente constrangido a evitar qualquer forma de dissimulação, ou segredo, terá que abrir mão de grande parte da compreensão, que pode ser obtida o conhecimento daqueles aspectos da vida dos informantes que desejam lhe ocultar.

Apesar das barreiras impostas pela relação de gênero em espaços de forte segregação sexual, como no contexto das famílias pobres, pode-se pensar que o “ser mulher” pode, também, trazer algumas dificuldades. Talvez algumas das mulheres, como as que entrevistei, não fariam a vontade ao ter de lidar com outra mulher vista como superior, seja por sua ocupação ou classe social. Dessa forma, compartilhar com elas, ainda que parcialmente, da trajetória pessoal do pesquisador, destacando pontos em comum existentes, se mostrou algo relevante. O que somado ao fato de ser identificado não como um professor – ou alguém com alto poder aquisitivo – parece ter facilitado o acesso a algumas informações.

Isto variava também de acordo com as histórias de vida dessas mulheres e sua situação atual: que posição ocupavam na hierarquia local; tipo de moradia – própria ou alugada - ; com quem moravam, dentre outras características.

O quadro abaixo apresenta emblematicamente diversidade percebida a partir de conversas com nove mulheres com as quais pude manter contato ao longo de todo o trabalho de campo:

Pôde-se, também, perceber mudanças nos discursos dessas mulheres ao saberem que eu havia casado, meses antes de voltar a Penedo. “E a mulé, não vem não?”, “Vigi, e veio

Nome	Dalva	Vilma	Filó	Raquel	Neiva	Anunciada	Maria das dores	Marilda	Tina
Idade	33 anos	67	66 anos	24 anos	36 anos	36 ANOS		35 anos	34 anos
Local de Nascimento	Palmeira dos Índios-AL	Colégio-SE	Igreja Nova-AL	Palmeira dos índios	Não esclarecido	Marimbondo-AL	Brejo Grade-Sergipe	Igreja Nova-AL	Não esclarecido
Há quanto tempo reside em Penedo?	20 anos	50 anos	30 anos	15 anos	20 anos	Mais de vinte anos	Cinco meses.	30 anos	Não esclarecido
Número total de filhos?	2	6	8 (sete filhos e uma neto que “ajuda a criar”)	2 filhas	7	12	5 filhos	4	3
Filhos abrigados/Instituição abrigo	2	1	2 (uma neto e um filho “de uma mulé”)	1	2	2	2	1	1
Permaneciam abrigados durante o trabalho de campo?	Não	Não	Não	Não	Não	sim	sim	sim	sim
Quantos filhos moram em casa?	2	4	1	2	5	5	2	2	1
Estado civil	Separada	Viúva	Separada		Viúva	Casada	Casada	Casada	”Junta”
Grau de escolaridade	Não alfabetizada	Não alfabetizada	Não alfabetizada	Não alfabetizada	Sabe ler e escrever	Não alfabetizada	Não alfabetizada	Sétima série	Fazendo educação de jovens e adultos
Atividades exercidas	Dona de bar, vendedora de sopa.	Empregada doméstica, cozinheira, garçomete	Cozinheira	Empregada doméstica e catadora de lixo.	Dona de bar e vendedora.	Empregada doméstica	Empregada doméstica	Vendedora autônoma,	Catadora de lixo, cortadora de cana.
Bairro em que mora	Kamartelo	Kamartelo	Kamartelo	Kamartelo	Kamartelo	Matadouro	Lagoinha	Madre Espírito Santo	34 Matadouro
Situação de moradia	Alugada	Própria	Própria	Própria	Própria	Própria	Alugada	Própria	“Emprestada”

só foi?”, “Traga sua mulher aqui, quero conhecer ela”. Além de curiosidade com a vida do pesquisador, isto se mostrou, no caso das mulheres casadas, uma forma de tranquilizar seus companheiros. Dalva chegou a pedir para mostrar-lhe as fotos do casamento, o que foi prontamente atendido. Ela chamou toda a família para ver as fotos, inclusive seu “ex-marido”, com quem mantinha uma sociedade.

De forma geral os homens mostravam-se inicialmente desconfiados com minha presença, principalmente devido ao meu interesse em conversar com suas companheiras. O que pôde ser contornado principalmente pelas conversas com eles mantidas, mesmo quando suas mulheres não se faziam presentes. Era comum nos encontrarmos pela orla da cidade ou em alguns bares, aonde geralmente iam sem suas esposas.

É nesse sentido que surgem os limites metodológicos de se revelar as “perguntas por trás das perguntas²¹”, como defende Vagner Gonçalves (2006). Se os agentes institucionais entrevistados ao longo de toda a pesquisa estivessem a par de todas as hipóteses levantadas, e da análise crítica e desconstrucionista feita a partir de suas narrativas, certamente algumas informações não teriam sido obtidas, já que algumas declarações não teriam sido feitas. Ora, os pesquisados também estão a “negociar suas verdades”, escolhendo o que dizer e, talvez principalmente, o que não dizer ao pesquisador.

Isto certamente se fez presente também nas conversas com as mães de filhos abrigados. Principalmente quando os motivos do abrigo apareciam seguidos de juízos de valor moral que questionavam seu papel de mãe, o que geralmente estava relacionado com a suposta falta de controle sobre a sexualidade das filhas. Geralmente falava-se que as “menores” eram “muito levadas”, desobedientes, que “queriam viver pelas ruas”. Em muitos casos esses relatos escondiam uma iniciação sexual “precoce” de suas filhas.

Por fim, vale salientar que em meio a todos as inquietações, surpresas e mudanças apresentadas, este trabalho, enquanto uma análise do social, não foge a tentativa de objetivar as experiências analisadas. Do contrário pode-se cair em “[...] mera constatação fenomenológica de uma justaposição de experiências parciais – a que corresponde apenas uma dimensão da vida de nossos observados” (DUARTE; GOMES, 2008, p. 25).

²¹ O autor provoca um de seus entrevistados, defendendo que os antropólogos, em suas entrevistas, deveriam revelar “as perguntas por trás das perguntas”, isto é, apresentar aos pesquisados suas “verdadeiras intenções”, assumindo assim a tensão já existente nesse encontro.

A FAMÍLIA NO BANCO DOS RÉUS



FAMÍLIA NO BANCO DE RÉUS

Observa o teu culto a família
e cumpre teus deveres para com teu pai,
tua mãe e todos os teus parentes.
Educa as crianças e
não precisarás castigar os homens.
(Pitágoras)

Lévi-Strauss (1982) nos lembra de que o termo família é tão comum, assim como a proximidade do tipo de realidade a que se refere em nossa experiência cotidiana, que muitas vezes é tratado como um assunto simples, do qual tudo que se precisa saber já se sabe. Desta forma, falar em família é tocar em um tipo de “vaca sagrada” da nossa sociedade, um assunto solene, do qual todos têm uma opinião a dar. O que aparece tanto em conversas informais, como nos noticiários, nos quais os “especialistas” apontam os motivos para a suposta “desestruturação das famílias”. Porém, como afirma o autor: “Os antropólogos, entretanto, são gente estranha; gostam de fazer até mesmo o “familiar” parecer misterioso e complicado” (LEVI-STRAUSS, 1982. P.355).

Seguindo tal raciocínio, neste capítulo pretende-se apresentar alguns frutos desse estranhamento, centrando principalmente nos contatos estabelecidos com os diversos agentes institucionais que atuam em Penedo, na defesa dos direitos infanto-juvenis. Buscou-se analisar, principalmente, como suas atuações representam as famílias pobres, principal público atendido. Este contato foi mantido com agentes do judiciário – juiz e promotor da infância -; conselheiros tutelares, integrantes do CREAS²², funcionários da Casa de Passagem²³, ou funcionário de instituições-abrigos que atuam ou atuavam na cidade durante o período do trabalho de campo.

Foucault (1977) percebe como as instituições, sejam quais forem, agem sobre as mentes e corpos dos humanos, não com a finalidade de reprimir suas forças, mas de multiplicá-las, canalizando-as para objetivos considerados mais úteis. Em qualquer sociedade o corpo se encontrará “[...] preso no interior de poderes muito apertados [...]”, os quais vão impor limitações, proibições ou obrigações, possibilitando, assim, um controle minucioso sobre as operações do corpo, tornando-o mais útil, mais produtivo. Constrói-se, então, um

²² Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

²³ Órgão municipal presente em outras cidades, no qual as crianças retiradas de seus lares devem ficar, em caráter emergencial, por no máximo quarenta dias, sendo depois reencaminhadas para suas famílias (quando isto é julgado possível), para lares substitutos ou instituições-abrigo. Não deve haver confusão com a ONG recifense que atua atendendo à crianças e adolescentes “em situação de risco” na metrópole, sobre a qual pontuarei algumas questões no capítulo três.

discurso condenatório à qualquer prática considerada ociosa. Tal disciplinamento teria como objetivo fabricar “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1977).

O pensador francês vai ainda destacar que é a partir, principalmente, dos séculos XVII e XVIII que os processos disciplinares existentes há muito tempo em conventos, exércitos e oficinas, tornam-se “fórmulas gerais de dominação”, objetivando o aumento de uma “utilidade”, fundamentando-se a importância do “aumento do domínio de cada um sobre seu corpo”, marcando esse período histórico com o nascimento da “arte do corpo humano”, que terá nas técnicas de educação física seu instrumento principal de propagação e popularização desse ideal do indivíduo útil.

Donzelot (2001) e Costa (2004), dialogando com estas ideias, apontam que entre os séculos XVII e XVIII ²⁴ irão destacar que esse disciplinamento voltado para o controle do indivíduo, visando sua docilização, terá no discurso sobre a família seu principal alvo. O que se dá através da parceria entre o discurso médico-higienista e o Estado. O resultado disto será uma aliança entre os médicos e as mulheres.

Aliança proveitosa para as duas partes. O médico, graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica. A importância dessa aliança parece, a partir do final do século XVIII, ser capaz de abalar a autoridade paterna. [...] A mulher, a quem a condição de mãe, nutriz, protetora, prescreve deveres que os homens não conhecem, tem, portanto, um direito mais positivo à obediência. A melhor razão de afirmar que a mãe tem um **direito mais verdadeiro** do que o pai à submissão do filho é que ela tem mais necessidade desse direito. (DONZELOT, p. 25. 2001. **Grifo nosso**).

Tal discurso encontrou terreno fértil neste período, em especial devido ao alto índice de mortalidade infantil. Intensifica-se, portanto, uma campanha que realçará a importância da amamentação realizada pela mãe biológica e não por uma nutriz qualquer. O que seria de vital importância para a sobrevivência do bebê. Donzelot (2001) vai dizer, ainda, que não faltavam nos livros elogios às mulheres que amamentassem seus filhos, e, de igual modo, a condenação àquelas que se negassem tal prática. Sobre estas últimas, afirma-se que

²⁴ Deve-se ter em mente que os autores analisam contextos muito distintos, o primeiro, a realidade francesa, enquanto que o segundo, o contexto brasileiro. Não se pode ignorar a influência do primeiro sobre o segundo, porém, seja no século XIX ou no atual, as comparações serão em muitos casos, feitas por contraste. A ideologia que vê na normatização da família, especialmente através de uma parceria entre a medicina higienista, trabalhadores sociais e o Estado, que concentrará seus esforços nas relações entre a mulher – reduzida à figura materna – e a criança, principal alvo de cuidados, aparece presente em ambos os estudos.

rompem duplamente com os “cânones naturais”. Primeiramente por se conduzir de modo contrário a todas as demais fêmeas da classe dos mamíferos, em segundo lugar, porque contrariava sua outra vocação “natural”: a ser mãe, conforme o figurino higienista (COSTA, p. 256. 2004).

É a partir dessas estratégias normatizadoras que a família é eleita o principal mecanismo de controle sobre as ações individuais, tornando possível a utilização da metáfora que intitula este capítulo. O que só foi possível a partir da descrição feita por Donzelot sobre cenário do tribunal dos menores no século XIX..

Entramos numa sala de tribunal de menores. Não perceberemos, inicialmente, nenhuma diferença notável com relação a um tribunal comum. Um estrado onde, no centro, toma acento o juiz, rodeado por seus dois assessores e depois, à sua esquerda, o procurador e, à sua direita, o escrivão. Face a essa elevação encontra-se uma série de bancos concêntricos . Em primeiro lugar, o dos acusados, frequentemente extenso, devido ao elevado número de julgamentos de menores em grupo. Logo atrás, o dos pais dos acusados; depois um pouco mais afastado, o dos educadores, e algumas cadeiras para o público (DONZELOT, 2001, p.94).

Este tribunal não terá como objetivo julgar, efetivamente, delitos, mas examinar os indivíduos, construindo, então, todo um discurso ao redor da proteção da criança. Cercando seu “corpo delituoso” ao invés de estigmatizá-lo ostensivamente. Isto se dá a partir de uma parceria entre a norma estatal e a moralização filantrópica, impondo à família a obrigação de reter e vigiar o “menor”, caso contrário ela própria seria alvo de vigilância e disciplinarização (2001, p.81).

Não há dúvidas de que esta temática passou por inúmeras e significativas mudanças ao longo do tempo, as quais certamente não são aplicadas de forma homogênea, sem levar em consideração as especificidades socioeconômicas e culturais de cada sociedade. Porém, um olhar mais atento pode perceber que apesar dos “avanços”, a forma como o discurso institucional representa as famílias parece conservar muito do discurso analisado por Donzelot. Ele ressalta que no final do século XIX muitas famílias pobres eram identificadas como “moralmente insuficientes”, formadas por pais que viviam em “embriaguez habitual”; que mantinham “maus procedimentos notórios e escandalosos” e maltratavam os filhos. Se assim fossem identificadas, estariam sujeitas a perder o direito legal de cuidar dos filhos.

Ora, essa descrição não parece tão distante das representações que os agentes institucionais apresentam na atualidade²⁵. Apesar das críticas ao uso de termos como “famílias desestruturadas”, presentes inclusive em documentos oficiais²⁶, tais expressões continuam a ser usadas no cotidiano institucional aqui pesquisado e, possivelmente, também em outros contextos.

Dessa forma, a preocupação com o “bem-estar” dos indivíduos com até dezoito anos pode se construir com base no rebaixamento de muitos outros fora dessa faixa etária, principalmente os que compõem suas famílias. Como destaca Freire Costa:

A partir da terceira década do século passado (XIX), a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e da precária condição de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor a família uma educação moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida, sobretudo **as crianças**, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio os indivíduos aprenderiam a cultivar o gosto pela boa saúde, **exterminando, assim, a desordem higiênica** dos velhos hábitos coloniais. (2004, p. 12. **Grifo nosso**).

Um dos efeitos dessa política higienista seria a diminuição do papel do homem na família, especialmente entre as mais pobres, nas quais a figura do homem não corresponderia à figura do pai-provedor.

A partir de então, se percebe um aumento no número de “trabalhadores sociais”, uma nova maneira de controlar a vida dos indivíduos, moldando-os através do *biopoder*, no sentido cunhado por Foucault (1974), tornando-os mais *civilizados*.

Não se pode ignorar o caráter relativista da ideia de moralidade. É ponto pacífico, entre a maior parte dos antropólogos, que o correto em determinada cultura poderá ser o seu oposto para outra. Tal oposição não será, em geral, percebida nos valores morais construídos em uma mesma sociedade. Deste modo, seria demasiado ingênuo acreditar que esta moralidade será construída de forma homogênea entre classes sociais distintas.

Em cada um desses contextos os indivíduos articulam diferentes *estratégias de ação*, conseqüentemente desenvolvendo diferentes *disposições*. Algumas das quais serão

²⁵ Aqui deve ficar claro que o autor se refere ao contexto analisado. No entanto, sugere-se que apesar de existirem em algumas regiões do Brasil avanços quanto a essa discussão, estes não parecem ter atingido uma maioria da população de agentes institucionais.

²⁶ Exemplo disso é o Plano de Convivência Familiar e Comunitária (2006), cujo texto mostra inclinado a proposições mais relativistas sobre o que seja família. No entanto, atrevo-me a afirmar que este documento, como tantos outros em nosso país, não vem sendo posto em prática no cotidiano institucional.

reconhecidas como mais legítimas em detrimento de outras. Nesse sentido, aqueles considerados como não compartilhando um “modo de vida” reconhecido socialmente como melhor, continuarão sendo apontados como “rebeldes” e/ou “incapazes”, sendo estigmatizados e sofrendo todo tipo de ostracismo social. O que pode desencadear algum tipo de resistência, no caso de grupos que consigam construir forte sentimento de pertencimento junto a uma percepção crítica sobre seu entorno social. Ou na naturalização de tais estigmas, muitas vezes agindo de acordo com estes (ELIAS; SCOTSON, 2000).

O foco, aqui proposto, sobre os discursos e as representações em relação as mulheres, se dá por terem sido estas os principais alvos das críticas dos agentes disciplinadores. Com exceção da psicóloga do CREAS²⁷, Jaqueline²⁸, a maioria dos entrevistados defendeu um tipo de “dom natural” exclusivo do feminino. Alguns chegaram a falar de um “instinto materno”, presente em todas as mulheres. Como forma de defender suas ideias buscavam formular diversas explicações que lhe serviam de prova do porquê essas mulheres ao “não cuidarem direito de seus filhos” tinham como deficiente tal característica. O que refletia diretamente sobre sua prole. Apesar dessas explicações não serem consensuais, compondo um campo bastante heterogêneo, circulavam ao redor de discursos vitimizadores, que tinham na miséria socioeconômica e moral o motivo para a falta de amor; ou em falas demonizadoras que apontavam as mulheres como “irresponsáveis”, “desinteressadas”, e “sem vergonha na cara”.

É importante ressaltar que não se pretende hostilizar esses agentes, mas perceber como a defesa que fazem, não apenas da necessidade de suas intervenções, mas como as justificam, é construída a partir de uma correlação de forças, elaboradas sociocultural e historicamente que acabam por exaltar determinados comportamentos em detrimento de outros.

Isto foi introjetado no cotidiano das pessoas, aparecendo de forma naturalizada em seus juízos morais como se tratando de uma “visão pessoal”, fruto de experiências individuais, no máximo algo instituído por Deus. Seja como for, a família é sempre retratada como capaz de promover a “salvação” ou a “perdição” de seus membros. É neste último caso que a ação institucional apareceu na forma de um insistente discurso salvacionista, na maior parte das narrativas.

²⁷

Centro de Referência Especializada de Assistência Social.

²⁸

Todos os nomes próprios aqui utilizados são fictícios.

Não farei um mapeamento de como se deu globalmente a construção da “infância universal”, porém não se pode ignorar que todo o discurso presente em nossa sociedade está inserido em um campo de disputas muito mais amplo, para o qual convergem tanto os interesses dos movimentos sociais em todo o mundo, como princípios neoliberais (FONSECA, 2004). No entanto, antes de aprofundar as reflexões suscitadas por este trabalho, quero pontuar algumas questões relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

3.1 Reflexões sobre o ECA e a responsabilidade familiar

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

A inclusão do artigo supracitado a carta magna de 1988, chamada de “Constituição Cidadã” (CARVALHO, 2008), representou uma guinada na forma como se passou a pensar a assistência a crianças e adolescentes. Após dois anos isto é reforçado com a promulgação do ECA, já que o documento representou um avanço em relação ao Código do Menor (BRASIL, 1979), por não fazer distinção entre crianças ricas ou pobres. O que foi considerado uma conquista de diferentes setores da *sociedade civil*: representantes de movimentos sociais, ONGs, agentes do direito, etc (ISHIDA, 2006; FREITAS, 2005; RIBEIRO, 1996).

Apesar dos esforços feitos na elaboração dessa lei, atualmente algumas problemáticas continuam sendo centrais, como a própria questão do abrigo. O que não aparece dissociado da discussão ao redor dos direitos humanos. As formas como estes vão sendo evocados como destacam Fonseca & Cardarello (1999) “[...] depende das relações de poder forjadas em contextos históricos específicos e expressas em categorias semânticas precisas.” (p.85), as quais irão eleger os sujeitos mais merecedores de um reconhecimento social valorativo.

Exemplo disso é o que acontece no Brasil com o discurso construído ao redor das crianças e adolescentes, apontando para uma legislação que reifica algumas categorias há muito naturalizadas em nossa sociedade – como infância, maternidade, família e pobreza – o que pode contribuir para a exclusão de determinados grupos sociais, os quais passam por um

“reconhecimento denegado” (HONNETH, 2003)²⁹, que os coloca em um patamar social considerado inferior.

Fonseca (2006) chama a atenção para o fato de que o Estado, em suas diversas instâncias e em parceria com as organizações não governamentais, tem apostado em políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, na tentativa de resolver alguns problemas sociais como desigualdade e violência. Em contrapartida a culpa de tais problemas será posta sobre as famílias e, em especial, nas mulheres por não saberem maternar de acordo com a ordem vigente, pois não têm introjetado em suas práticas o que se compreende por um comportamento *civilizado* (ELIAS, 1994).

Tal concepção, ainda segundo Claudia Fonseca, indubitavelmente tranquiliza as mentes bem intencionadas das pessoas que almejam adotar um filho, assim como pode agradar aos educadores, que consideram mais fácil lidar com crianças isoladas do que estabelecer um diálogo com os diversos adultos envolvidos com ela. Porém, tais ações pouco irão contribuir para a compreensão, e ainda menos para a transformação da realidade em que vivemos (2006, p.14).

Com o advento do ECA o Estado deixa de ser o principal responsável pela “tutoria” dessas crianças, sendo responsabilidade deslocada principalmente para a família e/ou *sociedade civil organizada*, com destaque para as ONGs. Tal situação se constitui num dos principais marcos ocorridos dentro da discussão sobre o direito das crianças (SCHUCH, 2006; FONSECA, 2004; LIMA, 2003).

Segundo Rezende (2005.p.16), é necessário problematizar a naturalização da família, enfatizada com a elevação das crianças e adolescentes à posição de *sujeitos universais de direito*, colocando-as de forma ideal acima de suas famílias. No momento em que estas não tiverem como assegurar-lhes condições consideradas fundamentais, serão consideradas hierarquicamente inferiores aos “menores” (2005.p.17). O que estaria embasado na identificação da família como incapaz de proteger a vida tanto dos adultos como das crianças. Passados dois séculos, podemos ver os reflexos desse discurso na atualidade.

A partir de agora, analisarei a maneira como os referidos agentes institucionais defendem seu “compromisso com a causa”, refletindo não apenas na maneira como a família aparece idealizada, mas como tal idealização se mostrará nas intervenções por eles realizadas.

²⁹ Apesar desse conceito de Honneth (2003), em sua perspectiva, partir de relações intersubjetivas, acredito ser possível pensar essas relações a partir de estruturas objetivas que construam disposições nas relações entre os indivíduos, como defende Bourdieu (2007).

Isto será aqui percebido não apenas na forma como esses atores representam as famílias com as quais entraram em contato, mas a maneira com a qual utilizam suas próprias famílias como referencial para julgarem as demais.

Além disso, será importante perceber como alguns dos agentes, ao falarem de suas famílias, relação com os pais, por exemplo, não parecem perceber que aquilo que chamam de “família desestruturada”, “negligente” ou mesmo “mães irresponsáveis” se assemelha bastante ao que falam sobre suas próprias histórias. Algo semelhante foi percebido por Fonseca (2005) quando em um curso oferecido a conselheiros tutelares, ficou evidente que “desestruturada” era uma característica para o “outro”, principalmente um “outro pobre”. Scott (2005) percebe algo semelhante ao analisar a relação entre os integrantes de equipes da saúde – dos Programas de Saúde da Família – e a população atendida. O autor afirma:

Nos grupos domésticos de baixa renda a prevalência de casas chefiadas por mulheres é alta; as separações e rearranjos sexuais, conjugais e residenciais ocorrem com frequência; e o número de filhos, mesmo em plena queda, continua acima da média geral societária. Assim, os integrantes da equipe de saúde estão constantemente desafiados para reavaliar a sua noção idealizada da família burguesa pequena, organizada, solidária e refúgio da esfera pública (versão essa, por sinal, que nem corresponde bem à realidade das próprias famílias de camadas médias). Este caminho de reavaliação está pavimentado por observações constantes e acentuadas sobre a desorganização das famílias atendidas, a começar com a imposição de uma ficha cadastral que sugere ser a entrada e saída de residentes de domicílios uma prática irregular! (SCOTT 2005, p.87)

Isto evidencia a existência de um abismo simbólico entre o que representam os agentes institucionais e o que relatam as pessoas atendidas. O que lembra uma ressalva feita por Fonseca (2000) em sua reflexão sobre a alteridade numa sociedade de classes. A autora, ao pensar sobre os diferentes referenciais das mulheres que colocam seus filhos na FEBEM e dos administradores do órgão, vai ressaltar que o contraste ali existente evidencia uma “confusão de línguas”. O próprio pesquisador poderá reproduzir isto caso não seja criterioso no exercício da alteridade que “[...] se constrói na tensão desses dois polos – o muito próximo se confunde consigo mesmo e o muito distante que se apresenta como uma espécie inteiramente nova de uma cultura irredutível àquela do pesquisador” (FONSECA, 2000, p. 211).

Em diversos momentos pareceu-me que os agentes institucionais ao referirem-se a estas pessoas, falavam de indivíduos prontos, que não possuíam uma história, que não seguiam determinadas regras de comportamento, contrariando, inclusive sua natureza e

vocação, por alguma “índole ruim”. Quando faziam referência às suas trajetórias apontavam apenas para suas famílias. Estas seriam, como destaca Jesse Souza (2009, p. 44), “[...] o único elemento a ligar o indivíduo solto no mundo a alguma forma de comunidade local”.

Diante disto, o único culpado, além do próprio indivíduo, pela “vida sem propósitos que leva”, seria a família. Em poucos casos os entrevistados teceram críticas ao Estado, e mesmo quando o faziam voltavam a insistir na culpa da família. Falou-se também do “destino”, em especial para dar explicações de como um indivíduo “bem criado”, vindo de uma “família equilibrada”, constituída por “cidadãos de bem” poderia dar para “coisa errada”. Nessas horas, se falava de sina, destino ou índole, características que poderiam ser vistas como da “natureza do indivíduo”. No caso das famílias parece não se perceber que “[...] não possuem, enquanto famílias, nenhuma matriz valorativa própria. Eles buscam a visão de mundo que implementam diariamente em ‘outro’ lugar . Se não fosse assim, cada família ensinaria coisas distintas aos filhos, o que sabemos não é o caso”. (SOUZA, 2009, p. 44).

Além disto, pode-se perceber que toda a gramática moral construída ao redor das crianças contribuiu para a formação de um abismo entre o que se oferece a estas e o ostracismo social infligido aos demais integrantes de suas famílias. Para os “menores” são oferecidas, mesmo que precariamente, algumas “facilidades”, como acesso a determinado tipo de educação, ou atendimento médico, seja através de convênios com empresas particulares ou por acordos feitos com governos e prefeituras, a ponto de darem maior preferência e prioridade a crianças assistidas por instituições voltadas para este público, em sua maioria ONGs.

Contrastando com esse atendimento que visa a “prioridade absoluta” de crianças e adolescentes, os demais membros das famílias ficam expostos a toda sorte de espoliações sociais “tipicamente brasileiras”: programas governamentais deficitários, os quais, mesmo tendo avançado na busca por melhorias, continuam a refletir certo descaso das autoridades públicas especificamente para com a população de baixa-renda.

Isto foi, sem dúvida, demonstrado na pesquisa realizada por Isaurora Freitas (2000) dedicada ao estudo da dinâmica do trabalho desenvolvido pela EDISCA, onde crianças advindas principalmente de uma favela de Fortaleza, em sua maioria garotas, tinham acesso,

dentre outras coisas, a aulas de balé clássico, etiqueta, inglês, como também a um atendimento médico e odontológico facilitado³⁰.

De acordo com a pesquisadora, a partir do contexto com o qual se deparou, tornou-se gritante que o propósito da instituição era inserir as crianças e adolescentes assistidas em um processo civilizador, através da interiorização de um “novo” *habitus*, baseado numa ótica dominante que tinha como principal promessa oferecer-lhes meios para exercerem a cidadania. O que criou um distanciamento no que diz respeito ao capital cultural de suas famílias de origem. Na presente pesquisa, isto pode ser percebido, não com o mesmo rebuscamento apresentado pela EDISCA, mas com o distanciamento estabelecido entre as “internas” do Lar de Nazaré e suas famílias.

Apesar das “internas³¹”, não aprenderem lições de etiqueta ou terem aulas de idiomas, tinham acesso a oficinas de artes manuais, aulas de informática e de dança³², além do acesso a medicamentos, atendimento psicológico, dentre outros atendimentos que, caso estivessem morando com suas famílias, não receberiam, pelo menos não com a mesma facilidade. Isto porque, de acordo com a diretora do LN, foi realizado um acordo com as diferentes secretarias municipais para que as meninas assistidas, em caráter de internato, tivessem prioridade no atendimento.

Como destaca Philip Bourgois (2008), as práticas sociais construídas pelas famílias pobres parecem condenadas a partir de um determinismo psicológico evidenciado na ideia de que se nada for feito antes que o indivíduo torne-se um adulto, nada mais poderá surtir efeito. Dessa forma, torna-se necessário impedir que as “crianças em perigo” tornem-se “adultos perigosos” (RIBEIRO, 2005).

Nesse sentido, este trabalho evidencia que a demonização das mulheres parece ser reforçada quando seus filhos encontram-se aos cuidados de instituições-abrigos, o que contraria, dentro de uma perspectiva dominante, o ideal da “boa mãe”. Para a maioria dos agentes institucionais contatados isto seria prova de sua incapacidade em cuidar de sua prole. Geralmente as acusam de não conseguirem amar seus filhos, seja pela pobreza em que vivem, seja por uma tradição familiar que desconhece o amor “como nós o conhecemos”, esfacelando-se moralmente. Nesse sentido, a divisão assimétrica entre o “nós” certo e o

³⁰ Um acordo feito com os órgãos públicos proporcionava que os alunos da EDISCA tivessem atendimento prioritário em órgãos do estado e da capital.

³¹ Como eram chamadas as garotas assistidas em caráter de internato pelo LN

³² Explicarei com maior profundidade os trabalhos desenvolvidos pelo Lar de Nazaré em um tópico específico mais a frente.

“outro” errado torna-se algo bastante forte, capaz de justificar e legitimar certos estigmas sociais.

Em uma sociedade capitalista marcada profundamente por desigualdades socioeconômicas e culturais como o Brasil, percebe-se como os princípios neoliberais evocam a força de um indivíduo que “contra tudo e contra todos” consegue “vencer na vida”. Para tanto, invoca-se a imagem do “retorno do sujeito” como uma preciosidade a ser cuidada, em contraposição à demonização de um Estado intervencionista, pensado como algum tipo de totalitarismo (BOURDIEU, 2008, p.215-223). Este indivíduo, supostamente autônomo, presente nas campanhas governamentais e ditos populares, também será evocado no cotidiano das principais instituições, pelo menos no Ocidente: família, religião, escola e Estado (em todas as suas instancias).

Com este pensamento serão exaltados, quase adorados, os “sujeitos de sucesso”, aqueles que “venceram na vida”, se opondo aos “Zé-Ninguém”, aqueles que por “falta de uma vontade” não se esforçaram para alcançar o sucesso, seja por uma deficiência supostamente genética, moral ou mesmo que não resistiram a um “golpe do destino”. Estes serão estigmatizados, seja com um discurso vitimizador – que aponte para uma incapacidade reflexiva. Ou demonizador, centrando no indivíduo toda a culpa pela “vida miserável” que leva, e conseqüentemente, no caso das famílias das classes populares, na dificuldade de oferecer as suas proles condições de fugir a este ciclo vicioso. Impedindo, dessa forma, que crianças e adolescentes interiorizem “regras básicas de convivência” que lhes proporcionem o exercício da cidadania.

3.2 “Comprometidos com a causa”: os dilemas e idealizações na proteção das crianças e adolescentes

Claudia Fonseca e colaboradores (2005) apontam para a multiplicação de categorias utilizadas para caracterizar “situações de risco” para as crianças e adolescentes, como reflexo de uma busca por aumento do controle e naturalização do que se entende por uma “família saudável”, “estruturada”, capaz de cumprir “seu papel na sociedade”: proporcionar um ambiente saudável para o bom desenvolvimento dos “menores”, colaborando para a produção de “cidadãos de bem”.

Como forma de justificar as ações intervencionistas, os agentes estatais elaboram discursos nos quais ressaltam seu “compromisso com a causa”. O que evidencia não apenas um discurso salvacionista, como também a forma personalista com a qual estes indivíduos compreendem o exercício de suas funções. O que certamente não é uma exclusividade da pesquisa em Penedo. O trabalho de Fernanda Bittencourt Ribeiro (1996), no qual analisa a dinâmica de um Conselheiro Tutelar em Porto Alegre, vai mostrar como tal discurso se mostra forte entre os conselheiros.

Durante uma conversa com um casal de conselheiros tutelares, ainda na primeira fase da pesquisa, interpelando-os sobre quais as suas motivações ao se candidatarem ao cargo, Vânia respondeu:

Ser conselheiro não é só vir, se candidatar, ganhar e vir pra cá, pra dizer que é conselheiro tutelar não. **Tem que ter amor à causa. Tem que ter responsabilidade e compromisso com a causa.** E a partir do momento em que eu fui lendo o Estatuto, vendo cada direito que a criança tem, cada direito violado que a gente via aqui no nosso município. Então, isso foi despertando mais ainda a vontade em enfrentar, porque é uma eleição difícil, e cada vez mais me chamando a atenção. Então, quando se falava assim em políticas públicas, a gente não via isso. Veio ver de uns quatro anos pra cá aqui, e ainda assim andando lentamente. O que dificulta mais a atuação do Conselho Tutelar é a falta de políticas públicas. Além do Conselho Tutelar tem o Conselho de Direitos. Que esse é o conselho que cria as políticas pra trabalharmos com as crianças.

Cada conselheiro apresentou “sua forma” de compreender a importância do CT, falando direta e indiretamente de seu “compromisso com a causa”. Ao menos em parte, tal justificativa se dava pela exigência feita a partir de 2001, quando a lei (municipal) Nº1.133/01 revogou a lei Nº965/91. Esta última foi criada como o intuito de oferecer subsídios legais para a organização do CT e do CMDCA³³, o que só veio acontecer em 1997. Neste primeiro momento não havia a exigência de experiência prévia para que alguém se candidatasse ao cargo. Só em 2001, com a revogação dessa primeira lei, que tal exigência passou a existir, dividindo opiniões sobre a sua legitimidade.

³³ Neste período, estes órgãos dividiam o mesmo prédio, assim como o CREAS, e aos fundos deste prédio funcionava a Casa de Passagem.



Figura 5 - Conselho Tutelar 1 (Frente)



Figura 6 - Conselho Tutelar 2 (rol de entrada)



Figura 7 – Conselho Tutelar 3 (Cartaz na sala de espera)



Figura 8 – Conselho Tutelar (Placa no rol de entrada)

Dalvanice, outra conselheira, relatou como “quase foi empurrada” para uma candidatura, destacando seu “amor pela causa”, juntamente com sua tristeza e indignação ao concordar com os comentários em relação a atuação do CT na cidade. Em geral falava-se que “o Conselho não serve de nada”, e que costuma ser usado como “trampolim político” para algumas pessoas que querem ocupar o cargo de vereador no município.

Como eu lhe disse, eu fui empurrada. Fui empurrada pra o Conselho, mas de repente eu senti a necessidade do Conselho. Fui sentir a necessidade de estar no Conselho. Eu não poderia estar todos os dias por causa da escola. Me surpreendi até, querendo estar aqui. Se tinha algum atendimento, e as meninas iam atender, e não era meu plantão, eu dizia “Posso ir também?”. **E eu passei a vivenciar isso aqui como parte da minha vida mesmo.** Hoje em dia eu não sei o que é a minha vida sem o Conselho. Mas eu sei que infelizmente, eu sou obrigada a concordar com a opinião que eu ouço muito por aí. Como você disse: Nós somos cinco e os cinco têm opiniões completamente diferentes. Eu acredito, e não tenho modéstia nenhum de falar isso, que nenhum dos conselheiros vê Conselho como eu vejo. Esse órgão, necessário que é para a sociedade de forma geral. Eu, ainda, **vejo isso aqui como uma tábua de salvação.** Mas infelizmente as pessoas não vêem dessa forma. Eu cheguei a pedir ao promotor, “Pelo amor de Deus, olhe mais pro Conselho, que o senhor não seja um trampolim. O senhor tá sendo usado como um trampolim, pra promoção de alguém. Você tá sendo usado pra isso”. Quando as pessoas vêm dizer que o “O Conselho e nada é a mesma coisa” eu tenho de concordar, porque eu sozinha não posso fazer tudo, eu faço o que posso. Na verdade, eu faço muito mais. Deixa eu te explicar como é isso aqui... Eu estou aqui faz quatro anos, e eu já tenho travado brigas homéricas aqui dentro, por divergências de opiniões. Nós temos um colegiado que na medida do possível tenta entrar em comum acordo nas opiniões, mas não acontece, porque do jeito que as pessoas veem o conselho, do jeito que as pessoas trabalham no Conselho... Se a pessoa chega com seus problemas, elas chegam aqui cheias de problemas. Elas têm de sair daqui, pelo menos, com a esperança de resolver o seu problema. As vezes a gente não tem como resolver, porque a gente depende de outros órgãos. De órgãos que não tão dando muita importância a essa questão.

As diferenças existentes entre os conselheiros tutelares não estavam apenas no plano de suas características individuais, mas, e talvez principalmente, vinculações políticas. Até onde se pode perceber, nenhum dos envolvidos havia chegado até ali sem o apoio de políticos locais, em geral vereadores que tinham o objetivo de ajudá-los a “fazer o nome”.

Apesar desse apoio generalizado, não se pode pensar que todos tinham o mesmo tipo de objetivo. Também é importante dizer que nem todos os conselheiros admitiam que existisse esse tipo de coisa. Por exemplo, Nilton afirma categoricamente que ninguém, dentre os que estavam no exercício da função, tinha esse tipo de interesse, e que “as pessoas são livres para se candidatarem”. Roberto, outro conselheiro, corroborando com o que afirma Dalvanice, admite seu primeiro interesse quando foi candidata em 2001, ao Conselho Tutelar. Quando lhe pergunto o porquê de seu envolvimento, ele não titubeia em responder: “Na época, eu confesso que foi (interesse) político, aspirante a vereador. Mas depois, pra você vê,

to fazendo esse trabalho voluntário. Eu me identifico com a causa e até hoje eu tô aí. Na próxima eleição eu pretendo disputar, aí seria o terceiro mandato, mas intercalado, né".

Apesar de ser concursado como gari, como destacou Roberto, nunca o encontrei varrendo às ruas da cidade. Sua trajetória mostrava um longo envolvimento junto a Câmara dos Vereadores, em um primeiro momento como *continuum* – *office-boy* – e posteriormente como encarregado pelo setor de informática. Segundo explicou, ocupar o cargo de conselheiro era visto, não apenas por ele, como um “caminho mais curto” para se ter sucesso em futuras eleições para vereador.

Apesar disso, a exemplo de Dalvanice, vai ressaltar que com o passar do tempo foi se afeiçoando à função, estando inclusive, como destacou, no momento da entrevista “resolvendo algumas broncas do Conselho” sem ganhar nada com isso. Apesar de ressaltar inúmeras vezes a sua abnegação e desprendimento, isso parecia diretamente ligado ao *status* que tinha adquirido tanto entre os conselheiros em exercício (era muitas vezes considerado um “conselheiro de fato” apesar de não desempenhar, naquele momento, a função por direito). Também tinha a intenção de se candidatar novamente ao cargo, e para tantorecebia incentivos verbais da primeira dama do município, secretária de assistência social. De acordo com declarações desta – durante a reunião de eleição das entidades representantes do CMDCA, Roberto havia sido convidado por ela a ocupar um cargo na secretaria, mas para isto seria necessário eleger-seconselheiro.

Não apenas os conselheiros ressaltavam seu “compromisso”. Tanto o promotor quanto o juiz da infância destacaram a necessidade de um “engajamento pessoal”. Este último vai dizer que tanto ele quanto seus colegas – juízes e promotores – estavam na “ponta da lança”, tendo de lidar com os “problemas reais”, ao contrário dos idealizadores das leis – técnicos do judiciário que não vivenciavam a “coisa na prática”. Dentro de sua minúscula sala, com o ar-condicionado quebrado, rodeado de pilhas e mais pilhas de papéis, aquele juiz – um homem bastante branco com mais de dois metros de altura – explica que em virtude da precariedade existente para o bom desempenho de suas atribuições, somado a falta de políticas públicas, se vê levado a tomar decisões que visem o “menor dano”. Sua prioridade é a proteção das crianças e adolescentes. Segundo sua explicação, isto o coloca em uma “encruzilhada”, semelhante a um médico que se vê diante de um paciente necessitando de dois tratamentos ao mesmo tempo. Como ele não tem um medicamento que resolva ambos os

problemas é obrigado a decidir qual enfermidade vai tratar primeiro. Ele pergunta retoricamente: “Qual ele vai escolher? Claro que o problema mais grave”.

A proteção prioritária ao “menor” aparece na fala do juiz de forma emblemática, reforçando a noção de que se a família não é considerada capaz de exercer “sua função”, poderá mesmo ser ignorada, relegado a um plano moral inferior. Nesse sentido, o encaminhamento das crianças e adolescentes para “famílias substitutas” ou mesmo para instituições-abrigos é considerado uma solução que vise o “menor dano”. Como destaca Scott (2005), os discursos que evocam uma “moral familiar” vem regularmente associados a posições políticas conservadoras, as quais aparecem incorporadas à palanques de opositores da democratização das relações familiares.

Isto torna necessário o aprofundamento sobre os efeitos da exaltação dos valores morais das classes dominantes, certamente compartilhados pelos agentes institucionais aqui apresentados. Suas representações, socialmente construídas e naturalizadas, aparecendo como absolutas, trouxeram a tona muito mais do que temáticas como família, maternidade e cidadania. Anunciam problemas que vão muito além de suas “opiniões” pessoais. Por mais que demonstrem sua “força de vontade”, ressaltando seu “comprometimento com a causa”, os agentes institucionais não estão livres de reproduzir, no exercício de suas funções, práticas que reifiquem desigualdades, sejam elas de classe, gênero, geração ou raça.

Longe de qualquer discurso que trilhe o perigoso – apesar de atraente – caminho do “politicamente correto”, não se deve perder de vista as dificuldades que estes agentes enfrentam no exercício de suas funções, tendo em vista que o Estado, como destaca Bourdieu (2008) “pede demissão”, incorporando cada vez mais políticas neoliberais. Sobre isso o autor ressalva:

Compreendemos que os funcionários dos escalões inferiores e, muito especialmente os policiais e magistrados subalternos, assistentes sociais, educadores, e até mesmo, cada vez mais, professores de todos os graus de ensino que estão encarregados de exercer as funções ditas “sociais” – isto é, compensar, sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e carências mais intoleráveis, da lógica do mercado – tenham o sentimento de estar abandonados – até mesmo desacreditados, nos esforços dispendidos para enfrentar a miséria material e moral que é a única consequência certa da *Realpolitik* economicamente legitimada. Vivem as contradições de um Estado cuja mão direita já não sabe, ou pior, já não quer o que faz a mão direita, sob a forma de “duplas vinculações” cada vez mais dolorosas: por exemplo, como será possível não ver que a exaltação do **rendimento**, da **produtividade**, da **competitividade**, ou, mais simplesmente, do lucro, tende a arruinar o próprio fundamento de funções que não se exercem sem certo desinteresse profissional associado, muito frequentemente, a dedicação militante? (2008, p.218)

Bem, levando-se em consideração que o autor fala do contexto francês, pode-se pensar que as contradições enfrentadas pelos profissionais “do social” aparecem agravadas na realidade brasileira, em boa medida devido ao nível de desigualdade social. O que só reforça o distanciamento do Estado que evoca o valor da utilidade e do lucro do indivíduo, mas não promove os meios materiais e simbólicos para que isso se efetive.

Durante o trabalho de campo, os agentes institucionais não pouparam reclamações sobre as dificuldades em exercer suas atribuições. Apesar de dirigirem muitas de suas críticas ao “Poder Público”, como destaca Bourdieu (2008), exercem suas funções como se aqueles problemas fossem seus. Não deixam de acumular frustrações diante da impossibilidade de almejam sucesso em determinadas situações, encarando como uma perda, quando não pessoal, uma derrota de sua militância.

Além disso, evidenciou-se um “jogo de empurra” entre os agentes. Cada grupo das instâncias institucionais aponta o outro como não desempenhando bem seu trabalho. Os agentes do judiciário – promotor e juiz da infância – se juntam em coro para demonstrar sua insatisfação com o desempenho dos conselheiros tutelares. Estes, por sua vez, reclamavam da falta de parceria com o CT, principalmente com a promotoria, já que não viam muito interesse em resolver certos casos. Ou que por não conhecerem “a realidade de perto” não acatavam alguns pedidos de destituição do *poder familiar*. O relato abaixo evidencia a frustração de uma conselheira tutelar diante das cobranças do Poder Público, que “ao mesmo tempo em que cobra melhorias, não as viabiliza”.

Nós iniciamos um projeto pra trabalhar com os adolescentes usuários de drogas e por falta de interesse do Poder Público não foi possível. Nos reunimos com a secretária de cultura, com o promotor, os conselheiros tutelares, secretária de assistência social, e ficou praticamente firmada essa parceria, mas depois que viram o custo, que não era um custo alto. Vinha um professor de teatro pra trabalhar e desenvolver com esses meninos e não foi possível por conta do Poder Público não demonstrar interesse. Tentamos, ainda, trazê-los pra cá, através da psicóloga, de psiquiatra, tudo. Também por falta de interesse do Poder Público... Eles até se mostraram muito interessados, dizendo, relatando [os adolescentes], dizendo que queriam sair daquele mundo, que queria sair daquele local, que aquilo não era lugar para eles viverem. Porque faziam isso por necessidade, que chegavam em casa e não tinham comida. Então eles usavam drogas, vendiam tiner³⁴, mas não disseram quem passava pra eles. Então, por falta de interesse do Poder Público não foi possível realizar esse projeto. E daí eles voltaram para o mundo das drogas. Inclusive três estão vindo toda semana aqui, pedindo pra sair desse meio.

Como destacou Bourdieu, ao usar a metáfora da “mão direita” – preocupação com rendimentos, produtividade e competitividade – agindo de forma contrária a “mão esquerda”

³⁴ Uma espécie de cola de sapateiro.

– representada principalmente pelos trabalhadores do “social” – vai criar um problema que seria o distanciamento entre os padrões de atuação ideais presentes na legislação. Em um dado momento, provoqueei o promotor da infância sobre a possibilidade do ECA estar reproduzindo alguns conceitos neoliberais, este prontamente respondeu que não. Para ele, o ECA (legislação, segundo meu informante, baseada em um documento italiano) “não está pautado – idealmente - em princípios neoliberais, porém a ação prática do Governo, ao contrário do que propõe o Estatuto, faz com que as crianças sejam institucionalizadas³⁵ em abrigos como o Lar de Nazaré”.

Outro problema percebido em Penedo, e que certamente não é “privilégio” desta pequena cidade, é o fato de que muitos desses *atores*, sentindo-se com as “mãos atadas” irão buscar intervir de maneiras impróprias à sua função. Sem dúvidas isto pôde ser observado com maior atenção quando aprofundei meu contato com os conselheiros tutelares. Tal situação incomodava não só aqueles, dentre os que não concordavam com as práticas, como outros profissionais, como é o caso da psicóloga do CREAS que demonstrou certa indignação na atuação de muitos conselheiros, os quais em parceria com diretores do Lar de Nazaré, não respeitavam o texto do ECA, encaminhando crianças e adolescentes para a instituição sem conhecimento da promotoria. Neste sentido, minha informante deixou claro sua inconformidade, afirmando que estava “tudo uma grande bagunça”. Esta questão foi bem resumida por Alberto:

Se você for olhar a maioria dos atendimentos, saem a sua maioria do artigo 136, e fazem atribuições que não tem nada a ver. Assim a questão de tomar providências que é atribuição do MP, que é atribuição do judiciário, que é atribuição da delegacia. Isso porque na maioria das vezes – porque também eu dou capacitação pra (outros) CTs, entendeu. E eles mesmos dizem que o órgão tal não dá aquilo, então eles vão lá e fazem. E dá certo. Não era mais viável você encaminhar, até alguém se abusar e tomar alguma providência? Porque o que é pra encaminhar pro judiciário você encaminha porque até com relação ao conselho? Se é pra encaminhar pro judiciário você encaminha o fato porque na frente pode dá problema. Não sei se você viu aqui em Penedo ou em outra cidade, a questão de pensão de alimentos. O conselheiro determinando e não é do Conselho Tutelar, não é atribuição do conselheiro.

Ele continua explicando que tipos de “abusos” presenciou, chegando a cometer alguns no início de sua carreira como conselheiro.

Determina, o pai o a mãe ou seja lá quem, dá “X”, entendeu? E bota “pensão de alimentos”. E isso é uma coisa exclusivamente do judiciário, exclusiva. Eu já vi... Eu também cometi alguns erros também, e um bocado. Eu já cometi várias aberrações, mas depois que eu participei de vários congressos, vários fóruns de capacitação, me adequei mais né...Porque o conselheiro tem que ser criativo. (...)

³⁵

A questão da institucionalização será aprofundada em capítulo próprio.

existe conselheiros no Brasil que foram processados, perderam até cargos devido essas coisas. O conselheiro tem que ter muito cuidado. Ele deve fazer o que tá na atribuição dele. Nem mais nem menos.

Apesar de demonstrar a não aprovação a esse tipo de conduta, Alberto vai fazer uma ressalva, propor uma explicação:

Porque as vezes o conselheiro sai daquela atribuição e vai fazer atribuição que não é dele. Por quê? Ele tem uma certa razão pela falta da retaguarda da política da criança e do adolescente. Quer dizer, o conselheiro, às vezes por excesso de zelo[...] é excesso de zelo mesmo, não é segundas intenções, é questão de excesso de zelo mesmo... Quer proteger além do que ele não pode. Às vezes quer fazer serviços de agente de proteção, o antigo comissário de menores. Quer dizer, dá batida em bares, em estabelecimentos. Isso não é atribuição do CT. Se você observar o artigo 136 é totalmente diferente³⁶.

Em nome do “compromisso com a causa” estes atores, seja por uma indignação, falta de conhecimento mais aprofundado do que diz o Estatuto, ou mesmo por um desejo de “fazer justiça com as próprias mãos”, passam por cima da legislação, comportando-se como se fossem os verdadeiros guardiões, responsáveis pela proteção dos “sujeitos especiais de direito”. Pode-se perceber que a fala centrada nas crianças e adolescentes parece exaltá-los como os únicos a serem cuidados.

Se esta declaração não é ouvida diretamente ela parece surgir nas formulações que as pessoas foram realizando. Pode-se pensar, inclusive, na divisão que o próprio ECA apresenta entre as medidas de proteção voltadas para as crianças – dentro da faixa etária de zero a doze anos – e as medidas de correção – medidas socioeducativas – voltadas para os adolescentes – entre os doze e os dezoito anos.

Por trás dessa divisão etária pode-se, ainda, suscitar duas questões. A primeira estaria ligada a uma ideia, baseada em algum tipo de determinismo psicológico, de que quanto mais velho o indivíduo menos chances se terá de fazê-lo um “cidadão de bem”, um sujeito útil à sociedade. O segundo ponto relaciona-se à responsabilização plena do indivíduo por seus atos. Ao colocar esta última questão não pretendo ignorar a capacidade reflexiva deste, nem cair em um discurso vitimizador. Mas cabe a reflexão: no momento em que toda a responsabilidade das escolhas, trajetórias, “falta de sucesso”, são consideradas como sendo estritamente de responsabilidade individual, tira-se o foco da responsabilidade do Estado, assim como do sucateamento da sua “mão esquerda”.

³⁶ Lembrar que realmente não existe nada no ECA que justifique e embase tais ações por parte dos conselheiros.

Cabe lembrar, como bem destacado por Adriana Viana (2004), que a gramática moral construída ao redor das representações sobre as crianças e adolescentes vai elevá-las a um patamar hierárquico superior ao de outros indivíduos, principalmente aqueles que compõem suas famílias de origem, rebaixadas socialmente quando não correspondem ao padrão exigido, sendo vistas como incapazes de garantir a sua prole aquilo que o ECA chama de “direitos fundamentais da criança e do adolescente”.

Na maior parte das vezes o contexto familiar do “menor” era evocado apenas como culpado, como se este fosse um fim em si próprio, não estando inserido em um contexto maior. Quando perguntei se havia algum trabalho no município voltado não apenas para as crianças, mas que englobasse suas famílias, tornou-se claro a falta de investimentos tanto por parte do Estado, representado ali pelas autoridades públicas municipais, como pela sociedade civil. Nilton, um dos conselheiros, me disse:

Aqui em Penedo praticamente não existe nenhuma medida. Porque o Estatuto fala realmente que o Poder Público tem por obrigação providenciar medidas, programas para as famílias serem inseridas. Porque não adianta só trabalhar a criança, encaminhar só a criança pra um programa, tem que encaminhar a família, mas aqui em Penedo não existe nenhum programa que nós possamos encaminhar os pais, com exceção de atendimento psicológico que muitas vezes não é nem o caso. Temos também a questão dos alcoólicos anônimos pra pais alcoólicos. Mas isso aí não foi criado pelo município, isso aí, os Alcoólicos Anônimos, é de nível nacional, não é criado pelo município. Então nós não contamos aqui em Penedo com um programa que possamos inserir a família para que ela seja acompanhada, e posteriormente ter o direito de poder cuidar dos seus filhos.

Tal situação não me parece ser privilégio apenas da realidade específica de Penedo, já que outros pesquisadores vêm trazendo à tona tal discussão mesmo nos grandes centros urbanos³⁷. A dicotomia “crianças em perigo” *versus* “adultos perigosos”, o que em parte justifica tal desinteresse nas famílias, pode ser percebida em diversos momentos do trabalho de campo, em detalhes que quase me passavam despercebidos³⁸.

Em minha primeira visita ao Conselho Tutelar de Penedo, enquanto esperava ser atendido, pude observar os painéis com fotos e os diversos cartazes distribuídos entre o roll de entrada e a sala de espera. Destes destacou-se um cartaz que dizia: “Mãe, é impossível existir sem você”, ao redor vários recortes de revistas com imagens de mulheres com crianças nos braços. A imagem central estampava uma representação da “Virgem Maria” com o “Menino

³⁷ Sobre isto sugiro: Freitas (2000) Fonseca (2006).

³⁸ Uma solução emergencial encontrada, acionada em algumas cidades, tem sido o “acolhimento familiar”. No caso, famílias que não tem interesse na adoção recebem em sua casa um “menor” por determinado tempo.

Jesus” nos braços. – Posteriormente haviam improvisado um altar católico, acima dele pregaram um novo cartaz exibindo os “direitos fundamentais da criança e do adolescente”. Enquanto no lugar do cartaz com a santa, havia posto outro no qual se lia: “É preciso educar as crianças para não se punir os adultos”. Ao redor desta frase inúmeras fotos de crianças sozinhas.

O primeiro cartaz trás a tona não apenas a maneira como o discurso religioso reforça o discurso sobre a maternidade, como também destaca esta como um lugar destinado naturalmente às mulheres: principais responsáveis pelo cuidado e “boa formação” dos filhos, em detrimento do quase desaparecimento da figura paterna, quando não corresponde ao papel exigido, provedor. Nesse sentido deve-se atentar que é apenas “impossível existir” sem a figura materna, não é feita qualquer alusão ao pai³⁹. Outra questão que pode ser observada é o uso da religião, especialmente da figura da “Grande Mãe”, a “Virgem Maria”, para se ressaltar a força da maternidade em nossa cultura.

Como a concepção desse sagrado tem como base a exploração dos aspectos de proteção, serviço e de cuidado atribuídos tanto à Maria, quanto à mãe humana, a compreensão da maternidade como sagrada se constitui em uma ancora na manutenção das desigualdades de gênero e em foco de resistência às transformações na família. (LE MOS, 2006, p.84)

Philip Bourgois (2007), em sua pesquisa etnográfica em El Bairro – gueto latino em San Francisco, EUA – ressalta que há, mesmo dentro dos subúrbios, certa tolerância para com os homens que abandonam suas companheiras com os filhos, mas o contrário não é visto quando se fala das mulheres. Estas serão logo estigmatizadas se forem identificadas como tendo abandonado os filhos, ou exercendo a função de cuidar destes de forma “pouco aceitável”, isto é, destoando da ordem vigente.

O segundo cartaz vem ressaltar em suas entrelinhas outra faceta do “comprometimento com a causa”: a ideia de que se não for feito algo pelas crianças e adolescentes, vistos como “crianças em perigo”, logo se tornarão “adultos em perigos”. Isto é, se os “menores” não forem educados de forma a incorporar à suas práticas cotidianas certos padrões de comportamento, só lhes restará punições. Tal proposta aponta para uma ideia de que se não forem adotadas medidas para “salvar os menores de repetir a triste história de seus pais”, estarão condenados. Não há, neste sentido, uma preocupação, mesmo que isto seja declarado, em buscar soluções efetivas para uma profunda transformação nas estruturas

³⁹ Sobre a construção da cidadania a partir da relação pai-filho nas classes populares ver Marcia Reis Longhi (2001).

sociais da nossa sociedade. Em parte porque os discursos e representações encontram-se centrados nas qualidades individuais, sem que isto tenha a ver com sua trajetória social. Dessa forma, como sugere o cartaz, o “compromisso com a causa” está em proteger as crianças, até mesmo de suas “famílias desestruturadas”, caso contrário, a exemplo do que geralmente é feito com elas, a única coisa que lhes restará é a punição moral, a qual muitas vezes ganhará contornos penais.

3.3 A família idealizada: a busca pela “conversão” das classes populares

Família! Família!/Papai, mamãe, titia/
Família! Família!/Almoça junto todo dia/
Nunca perde essa mania...
(FAMÍLIA – TITÃS.
Composição:
Arnaldo Antunes e Toni Bellotto)

Como anteriormente destacado, a família emerge na modernidade como o espaço privilegiado para a formação do indivíduo. Será ela a principal responsável por lhe repassar as “regras do jogo”, dando a este a possibilidade de tornar-se um “cidadão”. Fica evidente que para se defender isto faz-se necessário ter modelo idealizados da família e dos papéis a serem desempenhados nesta. A questão é que tal idealização sem dúvidas passará por cima dos arranjos familiares e das diferentes *estratégias de sobrevivência* presentes no cotidiano das famílias pobres. Estas, uma vez que não correspondam ao ideal dominante de família, serão rapidamente apontadas como “negligentes”, “desestruturadas”, etc.

Nesse sentido, os agentes institucionais irão evocar aquilo que entendem ser a visão correta de como deve funcionar a família e de como devem ser exercidos os papéis no referido contexto, especialmente para que os “menores” sejam mantidos sobre proteção. “Projetos querem obrigar pais a darem atenção aos filhos⁴⁰”. Esta era a manchete de uma reportagem num jornal televisivo nacional. Na continuidade da reportagem ficamos sabendo que há no senado dois projetos de lei que visam, inclusive, criminalizar o que foi chamado de “abandono moral dos pais”. Um deles, elaborado pelo senador Marcelo Crivella – bispo da

⁴⁰ A reportagem completa poder ser encontrada em <http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1322550-16022,00-PROJETOS+QUEREM+OBRIGAR+PAIS+A+DAREM+ATENCAO+AOS+FILHOS.html>

Igreja Universal do Reino de Deus –, prevê que o “abandono moral” seja visto como ilícito, correndo o risco dos acusados – os pais – serem enquadrados no Código Penal.

O mais incomodo nessa matéria, como se não bastasse seu título, foi a opinião dos “especialistas”. Uma psicóloga entrevistada afirma que “Se a natureza não favorece, a lei precisa de fato fazer uma interferência. É função do Estado promover isto”. Ainda de acordo com a notícia, outra psicóloga “acredita que a lei vai servir para pais negligentes repensarem seu papel, já que irão perceber que de nada adiantou virar as costas, pois terão de gastar com o filho de todo jeito”.

A reportagem continua, no entanto destaca-se aqui, além da óbvia redução da realidade social, a esfera da responsabilização individual, é a homogeneização institucional sobre a família e os papéis a serem exercidos nesta. Essas informações só se tornaram conhecidas após a conclusão do trabalho de campo, contudo convergem com algumas inquietações suscitadas neste período.

A ideia de que existe uma “natureza humana” que dita o comportamento e relacionamento entre pais e filhos surge durante as conversas com os agentes institucionais como fator decisivo para se caracterizar como “negligentes” às famílias das crianças as quais atendem. Isto aparecerá sem dúvidas com maior evidência na forma como caracterizam as mulheres com as quais entram em contato. Neste ponto que se pôde perceber mais fortemente como se constrói as estratégias de *deslegitimação moral* que visam apresentar, neste caso específico, uma visão homogênea do que se entende por família, assim como legitima a intervenção institucional.

Segundo Douglas (1998), as instituições humanas surgem como forma de harmonizar as pulsões individuais, como marcos que devem reger os comportamentos dos indivíduos e grupos dentro de uma sociedade de maneira, inclusive, a impor um padrão pretensamente mais homogêneo no qual vai se pautar o princípio de justiça. A autora vai dizer que,

Qualquer instituição que vai manter sua forma precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza e na razão. Então ela propiciará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá ver o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos, e ela poderá manter de forma contínua, identificável. Assim qualquer instituição começa a controlar a memória de seus membros; ela os leva a esquecer experiências incompatíveis com aquela ideia de correção que eles têm de si mesmos e traz para suas mentes acontecimentos que apoiam uma **visão de natureza** que lhe é complementar. A instituição propicia as categorias dos pensamentos de seus membros, estabelece termos para o autoconhecimento e fixa identidades. Tudo isso

não basta. É preciso garantir o edifício social sacralizando os princípios de justiça. (1996, p. 116. **Grifo nosso**).

Sem dúvidas é este pensamento que justificará todo um discurso que legitima a categoria como “abandono moral” e seu reconhecimento como algo que contraria a natureza humana. A maioria dos entrevistados fala na existência de um “instinto materno”, articulando diversas explicações para defendê-lo, assim como para sua suposta ausência, ou pelo menos deficiência, em muitas das mulheres com quem mantêm contato em suas atividades. De modo geral essas explicações apontam uma incapacidade de cuidar dos filhos, seja devido a pobreza ou falta de amor “já que não receberam isto dos seus pais, não tem como dar a seus filhos”, como me disse o promotor da infância, ou mesmo “falta de vergonha na cara”, como afirmou de forma inflamada uma conselheira tutelar. O juiz explicou-me que o instinto materno estaria ausente em algumas mulheres devido a um processo de “animalização” pelo qual passaram. Uma conselheira tutelar explicou-me que muitas mulheres não conseguiam amar seus filhos, pois [...] “haviam perdido o “amor próprio”. Dessa forma, como poderiam amar um ser que é gerado dela?” Ela mesma responde a esse questionamento. “Eu acho que é **desencanto pela vida**, eu acho que elas perdem, perdem o encanto pela vida. Eu acho assim, toda mulher nasceu pra ser mãe, toda mulher [...] **Porque é divino**, mas ela quando ela não consegue amar o seu próprio ser, o seu próprio feto, é porque ela perdeu o sentido pela vida. **Nada pra ela faz sentido**”.

Para outra conselheira, essas mulheres com as quais mantém contato

São mães que não tem também uma perspectiva, não acreditam mais nelas, e essas mães precisam ser trabalhadas. Agora, como? Caberia a Secretária de Assistência Social desenvolver um projeto de trabalho com essas mães, que nós já sugerimos também na época desse projeto, mas não foi possível.

Para o promotor da infância o problema estava naquilo que denominou como sendo uma “cultura da pobreza”, assim como uma acomodação extrema dessas pessoas. Por mais que fosse um dos interlocutores que mais críticas teceram à ausência do Estado, concentrava suas críticas nos indivíduos. Tanto Vânia como Airton reconheciam que havia no ECA algum modelo de como os pais deveriam desempenhar seus papéis. Porém na hora que falavam sobre isso voltam a expor suas cobranças com maior força às mulheres. Para Vânia não existem justificativas para que uma mulher não mantenha seus filhos perto de si. Dessa forma, qualquer tipo de abandono é considerado “falta de vergonha na cara”, vontade de “ser livre”, etc.

Pra mim só tem uma palavra, naquilo que eu acompanho, que o Conselho vê. São mães **irresponsáveis**, engravidam, não planejam. Engravidam assim de brincadeira. Em muitos casos as mães engravidam pra sobreviver com aquela criança. Como? Através de uma atenção mínima, até porque, na maioria das vezes, os homens de quem elas engravidam não tiveram condições financeira nenhuma de propor uma vida adequada àquela criança. O que nós percebemos é isso, que a maioria fica atrás de uma pensão, como não conseguem, como foi o caso do Elias⁴¹, essa mãe, através de uma amiga dela deu a criança, colocou numa sacola e deixou numa calçada. Depois veio ao Conselho Tutelar dizer que não tinha feito isso. E fez, porque a gente tem provas disso. **Eu digo mesmo, é irresponsabilidade, porque hoje quando uma mãe quer criar um filho ela cria, mesmo com dificuldades, ela cria os filhos, ela vai em busca e consegue.**

Nilton vai ainda construir seus argumentos, complementando o que disse sua colega, dividindo as mulheres em dois grupos: aquelas que se preocupam com seus filhos e as que não se importam com eles.

Tem mães que vem ao Conselho Tutelar. Por quê? Porque ela precisa **trabalhar** e não tem com quem deixar o filho, então ela vem aqui ao Conselho perguntar o que fazer. Quer dizer, isso é o que? Isso é ser mãe. Ela vem ao Conselho, e o que o Conselho faz? Requisita uma vaga em alguma creche naquela creche enquanto a mãe tá trabalhando. Já têm outras que não estão nem aí. Elas **abandonam** os filhos, vão trabalhar e deixam os filhos em casa. E não dão a mínima. E quando é flagrada, ela diz o que? Que precisa trabalhar? Quer dizer, ela não pensou no filho. Porque se ela pensasse viria até pó Conselho pra saber o que ela poderia fazer pra trabalhar sem **negligenciar** seu filho.

Nilton, buscando se mostrar mais compadecido dessas mulheres, vai afirmar que “algumas também são vítimas”, seja dos maridos ou da sociedade como um todo. Meu informante não nega que elas sejam “negligentes”, mas explica que isso se dá como uma reação em cadeia, como é maltratada, negligenciada por seu companheiro e, em última análise, pela sociedade, irá transferir isto para os filhos. Em outras palavras: Como não ser negligente sendo negligenciada? O que lembra a tese da “negligência seletiva” desenvolvida por Nancy Scheper-Hughes (1997), a partir da ausência do amor materno no cotidiano de mulheres moradoras da Zona da Mata Pernambucana, devido à espoliação socioeconômica a que eram submetidas. A autora afirma:

Mas não eram as mortes o que me surpreendia. O que preocupava não era algum misterioso enigma epidemiológico [...] Antes, o que me deixava perplexa era a aparente ‘indiferença’ das mulheres do Alto diante da morte de seus bebês e a tendência a atribuir às próprias criaturas uma ‘aversão’ à vida que fazia com que suas mortes parecessem completamente previsíveis (SCHEPER-HUGHES, 1997, p. 265).

⁴¹ Mário, pastor evangélico e diretor da AME, conseguiu junto ao juizado a tutela do garoto, o que ficou mais fácil após este ter falecido.

Esta aparente indiferença das mulheres, apontada no relato da antropóloga, aparece com semelhantes justificativas nas falas dos informantes em Penedo. Tais explicações, ⁷ são construídas com inúmeras contradições. A autora parece importar seu próprio referencial de como deve se comportar uma mãe (FRANCH; LAGO-FALCÃO, 2004).

Algo semelhante se faz presente nas falas dos agentes institucionais entrevistados. Quando narram os problemas socioeconômicos enfrentados por muitas dessas mulheres, geralmente chegam a demonstrar compreensão, ainda que vitimando-as. Dalvanice contou a história de uma mulher que sabia do abuso sexual que duas de suas filhas sofriam. Ela conta que um senhor as obrigava a subir em uma escada de madeira para que praticasse sexo oral nelas. Caso descessem seriam mordidas por um cachorro que ficava ao pé da escada. Ela afirmava ter certeza de que a mãe não havia denunciado porque este homem dava “de comer” e “algum dinheiro pouco” a suas filhas.

Porém, mesmo circunscrevendo as atitudes da mulher em sua precariedade socioeconômica, Dalvanice ressaltou sua “fraqueza moral”, por não conseguir proteger as filhas, aceitando que fossem submetidas a tal situação. Defende, ainda, a partir de sua própria experiência como mãe, que existe um modelo ideal de maternidade ao qual, diz ela, se esforça para desempenhar bem.

A mãe ideal... Ela tem que proteger o seu filho, dá limites ao seu filho, ela precisa (pausa). Primeiro, ela precisa ter a postura de mãe e de mulher, é de ser humano correto. [...] Que age dentro dos parâmetros de cidadania, de religiosidade, de afeto, de comportamento mesmo. Comportamento ético, que seja referência pra o seu filho. Eu não admito... Eu acho que eu tenho autoridade de falar isso, porque acho que ajo assim. Eu não admito uma mãe deslizar. Deslizar que eu digo é assim “Ah, eu sou uma mulher nova e preciso me divertir”.

Afirmou que ao ouvir isto das mulheres, o que não era nada incomum, precisou “[...] se segurar na cadeira pra eu não ser grossa com a mãe, porque fica difícil para mim. [...] Eu não admito uma mãe desse jeito. **Mãe ela tem que ser pra o filho.** Tem que ter a vida dela, claro, tem que ter as prioridades dela, mas se a mulher optou por ser mãe, então o filho tem que vir em primeiro lugar [...]”. É interessante observar algo presente no discurso dessa conselheira, percebido em diversos outros: o fato de defender que as responsabilidades dos pais – homem e mulher – devem ser iguais, porém sempre ressalta a função da mulher. O homem, segundo ela, teria ainda, uma responsabilidade a mais: “proteger os filhos e a

mulher”. No caso das “mães solteiras”, ou das famílias em que o homem vivencie uma situação de desemprego crônico, este não terá, em uma perspectiva dominante, condições de exercer o seu papel. Isto faz lembrar o que Donzelot percebe na França do século XIX, especialmente no diferente tratamento dirigido as famílias burguesas e as pobres. Para estes últimos, como destaca o autor: “O patriarcalismo familiar só é destruído em proveito de um patriarcado do Estado. Basta a ausência do pai para comprová-lo. [...] Para ele papel algum é possível, sua função simbólica foi acaparada pelo juiz; sua função prática foi subtraída pelo educador” . (2001, p. 98).

Se há certa diminuição no papel paterno, diante da postura intervencionista de um Estado que promete assumir a função de provedor, o mesmo certamente não acontece com a mulher. Reduzida à figura de mãe, deverá dedicar a vida a esta “missão” fazendo o que, segundo a informante, melhor define a maternidade: a proteção de sua prole.

Não se pode perder de vista que a partir do período retratado por Jacques Donzelot, qualquer cuidado com a família, sua normalização e vigilância, pressupõem uma proteção às crianças, visando impedi-las de viver uma “infância desadaptada”. Cabe aqui perguntar se todo o discurso atual, eco deste período, em busca de proteção dos “menores” não reproduz, mesmo que com um discurso não assumidamente higienista, tal atitude por meio de um discurso “politicamente correto”.

Como procedem, no caso da presente pesquisa, os agentes institucionais diante das famílias que não se adequam por uma suposta “incapacidade moral” a “forma correta” de cuidar dos filhos?

3.3.1 “Protegendo” as crianças de suas famílias: a “mão esquerda⁴²” do Estado delimitando limites, impondo sanções

Aos pais incube o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais (Art. 21). A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder (Art.23). Não havendo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio (parágrafo único). (BRASIL, 1990)

⁴²

Faço uso, aqui, da metáfora utilizada por Bourdieu, anteriormente explicada.

Os artigos acima sem dúvidas servem como prova dos avanços significativos contidos no ECA, com destaque para o fato de que os pais não serão impedidos, em tese, de cuidarem de seus filhos, isto é, de terem o direito legal de exercerem o *pátrio poder* ou *poder familiar*. Para que isto seja viabilizado, o Estado, através de programas sociais e políticas públicas, deverá viabilizar os meios necessários. No entanto, apesar dos inegáveis avanços, esta parece ser uma realidade pouco palpável para grande parte da população brasileira. Desta forma, pode-se questionar como tais famílias poderão “criar bem” seus filhos.

Afirmar que os pais devem sustentar os filhos não implica em dizer que estes tenham acesso aos meios materiais e simbólicos para que isto aconteça como se exige. Como destaca Bourdieu (2003, p.105) “[...] os Estados modernos inscreveram no direito de família, especialmente nas regras que definem o estado civil dos cidadãos, todos os princípios fundamentais da visão androcêntrica.” O que irá se refletir naquilo que podemos chamar de um *habitus* familiar. Para o autor o sucesso de tal reprodução estará embasada

[...] nas três instâncias principais, Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes”. É sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (p. 103)

As decisões e posturas assumidas pelos agentes institucionais, por mais que interpretadas por estes a partir de suas vivências pessoais, devem ser encaradas objetivamente, como fazendo parte de uma estrutura pré-existente – “*estrutura, estruturada, estruturante*” – naturalizada em seu cotidiano, através das instituições. Consequentemente, é possível que suas opiniões pessoais, mesmo que divergentes em alguns pontos, sejam convergentes em outros como, por exemplo, as formas em que demonstram acreditar em um modelo “mais adequado” de família.

Isto torna importante um retorno à problemática da destituição do *poder familiar* como forma de compreender a relação entre as instâncias institucionais e as “famílias de origem” dos “menores”. A partir do ECA os fatores estritamente socioeconômicos deixaram de ser motivos suficientes para que os pais ou responsáveis fossem legalmente impedidos de cuidar de seus filhos. O que representou um avanço, tendo em vista que antes disto, como destaca Domingos (2002) bastava à família ser identificada como pobre que, mesmo a contragosto de seus membros, os juízes decidiam entregar os “menores” à outras famílias,

geralmente representantes de outras classes sociais, muitas vezes estrangeiras. O que de certa forma deu margem para a mídia encher o país de notícias sobre “tráfico de crianças”.

Com o novo documento constrói-se a ideia de que o interesse principal da criança estava em permanecer com sua “família de origem”. Caso isso não fosse possível o “menor” ficaria com algum parente. Daí segue-se uma cadeia – cidade, estado, país – na qual só em último caso a criança seria entregue a adoção internacional, o que acabou se tornando, mais difícil. Como retratado por Domingos (2000) rever este desfecho de acordo com esclarecimentos.

O texto do ECA (art. 156) sugere como deve ser o processo de destituição do *poder familiar*. O que só poderá ocorrer quando o juiz tiver ouvido o Ministério Público (MP), que por meio de um relatório interdisciplinar julgue como “grave” a conduta familiar a ponto de por em “risco” sua prole. Diagnosticado isto, a criança ou o adolescente deverá ser entregue a uma “pessoa idônea”.

De acordo com o dicionário o termo “idôneo” significa: “que está em condições de realizar certas ações; apto; capaz”. Isto explicita o caráter valorativo inevitavelmente presente nas decisões judiciais que aponta para um critério que parecerá subjetivo, uma vez que é expresso na forma de “opiniões pessoais”, mas que estará relacionado com a legitimação de certos valores morais construídos socialmente, capaz de unir ao redor do “compromisso com a causa” atores que se apresentem como divergentes entre si.

É nesse sentido que a noção de *habitus* familiar torna-se importante, tendo em vista que as famílias, os papéis a serem exercidos nesta, mesmo que sejam construídos por meio de diferentes *estratégias de ação*, mantém uma base moral e discursiva comum, mesmo em classes sociais distintas. Porém isto não será percebido dessa forma pelos agentes institucionais, os quais, partindo da sua vivência de classe, irão apontar as famílias pobres, na maioria das vezes, como contraventores do valor de determinados padrões de comportamento.

O “doutor” João Alves – promotor da infância – destaca que, diante da ineficiência do Poder Público que não cumpre com suas obrigações, não pode culpar as famílias por não se encaixarem no padrão estabelecido. Por isso ele vai explicar que só encaminha para o juiz os pedidos de perda do *poder familiar* em “situações limite”, como casos de abuso sexual por alguns dos pais ou quando, no caso de adolescentes, precisam ser submetidos a medidas socioeducativas. O que geralmente ele percebe em famílias que vivem numa verdadeira “cultura de pobreza”, identificadas pelo relatório do CREAS como agindo

com negligência, “negligência materna”, indiferença, etc. Ele explica que no caso das mulheres não há como darem amor, enquanto proteção.

Explicando melhor o que entende por uma “família negligente” a psicóloga do CREAS diz,

Pra dentro do Programa a minha concepção enquanto profissional mesmo, a gente compreende como que a família está sendo negligente, por exemplo, com a educação básica, tanto de educação de estudos, como de sustento mesmo, psicológico. É, deixa eu pensar a melhor maneira de explicar pra você [...] Está negligenciando alguns dos direitos daquelas crianças, seja a educação, o lazer, a saúde, a moradia.

Ela explica ainda que a situação em que vivem as crianças será avaliada pelos três diferentes profissionais que formam a equipe do CREAS: pedagoga, assistente social e psicóloga. Falando de sua - ainda curta - experiência no órgão, ela admite haver, em muitos casos, sérios problemas econômicos, mas que o maior problema que percebe é a “deseestrutura familiar”, já que trata-se de famílias onde há um histórico de violência, consumo e tráfico de drogas e prostituição. Sobre estes dois últimos pontos, ela afirma que muitos dos casos que chegaram ao CREAS, encaminhados geralmente pelo CT, a mãe é a própria responsável por iniciar as filhas.

Em outros casos é o **desinteresse**, eu percebo assim, um desinteresse de ambos os lados. **A família não cuida**, não acompanha o desenvolvimento. Não importa se a criança está em casa ou na rua. E essa criança opta por está na rua. Ele prefere ficar na rua até altas horas da madrugada, ou então sai com outras pessoas. Saem com homens que pagam um real, ou que dão uma roupa ou que dão um lanche. Então, a família negligencia nesse sentido: de não prover esse cuidado, de **acolhimento**, de **orientação**, **direcionamento**. De fornecer uma educação, de buscar ajuda. Algumas delas chegam aqui pra conversar com a gente, e a denúncia é da própria família. Tipo: “Tô suspeitando que ela tá saindo com homem casado. Tô suspeitando que ela tá se prostituindo. E eu não sei o que fazer”. Então, algumas famílias chegam aqui pra gente pra pedir socorro, querendo ajuda. Ai você percebe que não é negligência da mãe, não existe um desinteresse por parte da família, mas existiu sim o interesse de buscar uma ajuda e o primeiro passo que eles fazem é buscar o Conselho Tutelar, ai o Conselho vai encaminhar para a gente. A gente vai tentar trabalhar junto a família a questão da orientação, aconselhamento. Buscar saber se essa criança está indo a escola, se está realizando alguma atividade socioeducativa mesmo. Então quando negligencia, a gente vê assim, ou por proporcionar situações de risco, como no caso da prostituição ou da droga, ou então de desinteresse, deixar a mercê da própria sorte.

Um dos casos mais citados pelos interlocutores quando se referiam ao desinteresse e a “desestruturação da família” era o de uma mulher que tem cinco filhos, os quais durante a primeira fase do trabalho de campo encontravam-se todos aos cuidados da AME, inclusive uma das filhas já havia sido adotada por Mário, pastor que dirige a instituição. Segundo diversos relatos, esta garota teria sido a primeira a compor a família de

“filhos do coração” como chamava o pastor às mais de trinta crianças a quem assistia antes de entregá-las de volta a suas famílias. A conselheira vai dizer que sinceramente

[...] a mãe dela é **uma pessoa muito despreocupada**. Quer jogar a responsabilidade todinha no Conselho Tutelar e na Fábrica da Esperança⁴³. Ela não quer ter responsabilidade com as filhas porque ela tem várias filhas, uma envolvida em drogas. O Conselho Tutelar fez os encaminhamentos, ela foi pra abrigo. Depois veio a prostituição, foi encaminhada para o Programa Sentinela, que é um Programa do governo federal que há sete anos atrás funcionava lá no Kamartelo que era o foco. Foi detectado através de uma pesquisa ficou-se sabendo que lá era o grande foco da prostituição infanto-juvenil. Por isso o Projeto Sentinela foi instalado lá. E ela, e as irmãs dela foram as primeiras crianças a serem atendidas pelo Programa. E ficaram sendo acompanhadas por quatro ou cinco anos. A mãe também teve um acompanhamento psicológico que não é como deveria ser, mas era uma ajuda. Mas por falta das políticas públicas, não foi possível a família dela se realizar tendo uma moradia, condição financeira. Ela tentou, o Conselho Tutelar tentou, através da assistência social, mas infelizmente por **falta de interesse dela hoje ela vive na mesma vida de sete anos atrás. Induzindo até as filhas a irem para a prostituição**. Porque foi isso no decorrer dos seis anos que eu estou aqui, conversando com os moradores do Kamartelo, era isso que eles passavam pra gente. E tem hoje, três filhos dela já, lá. Tinha cinco, ela já brigou, já tirou duas meninas, quer tirar as outras. Mas elas não querem voltar pra morar com a mãe. Devido às condições financeiras, o lugar onde ela mora, são muitas dificuldades.

Ao mesmo tempo em que os entrevistados afirmavam que pobreza não tinha a ver diretamente com descaso familiar, reafirmando os princípios do ECA, circunscrevem a “ausência de amor”, “negligência”, “falta de vergonha na cara” e a “indiferença” em um quadro de características socioeconômicas que convergem para um tipo de vida amoral. Fala-se também em “falta de orientação”, o que parece indicar a existência de algum tipo de “bússola social” que oriente o comportamento dos indivíduos, Essas famílias são retratadas como não se encaixando, seja pela falta de uma “força de vontade moral”, acomodação, ou por uma “falta de perspectivas”, etc. Mais uma vez deparamo-nos com todo um discurso construído ao redor da família como guardião das crianças e adolescentes. Interessa aqui perceber que apesar dos entrevistados buscarem contextualizar todo o cenário em que vivem tais famílias, a culpa por “mal comportamento” termina por ser posta no indivíduo.

Não se trata de ignorar que existam famílias que “induzam” principalmente as filhas à prática da prostituição. Houve a oportunidade de conhecer a família apontada acima no relato da conselheira tutelar. Conheci os filhos e filhas da mulher citada, tanto quando residiam na AME, como quando voltaram a residir em Penedo, no Kamartelo. O que coincidiu com o fim da instituição, fazendo com que quatro de seus cinco filhos voltassem a

⁴³

Outro nome pelo qual era chamada extinta AME.

morar com ela. Valdir, seu filho mais velho, assim como outros garotos do Kamartelo, trabalha no período em que não está na escola (isto quando comparece) fazendo “carrego”. Fica na frente de um supermercado no centro da cidade, próximo da orla, esperando que alguém o chame para levar suas compras em casa em troca de algum dinheiro. Além disso, esses garotos costumam ficar pedindo dinheiro aos clientes do estabelecimento, ou que lhes comprem alguma comida.

Em um desses momentos Valdir pediu que comprasse alguma coisa para ele. Enquanto lanchávamos em uma praça de frente para o rio São Francisco, me contou que mesmo antes da AME acabar ele tinha voltado para casa, pois não aguentava mais a falta de liberdade do lugar. Disse também que sua mãe não estava trabalhando e que por isso ele, o “homi de sua mãe”, e sua irmã mais velha, ajudavam como podiam. Ele e o padrasto fazendo carrego e sua irmã na orla⁴⁴, saindo com os “coroas”.

Não é nossa tarefa julgar se as famílias cuidam bem, ou não, de seus filhos. Muito menos de colaborar com um discurso vitimizador que beire algum tipo de “coitadismo”. Porém, cabe mais uma vez o pensar sobre a contradição entre a exigência do Estado e falta de meios materiais e simbólicos que proporcionem a famílias e indivíduos advindos de realidades históricas, socioeconômicas e culturais distintas formas efetivas de cumprir com tais exigências. Nesse sentido, a promulgação de leis, aliado ao trabalho de profissionais engajados em fazê-las cumprir contribui para a culpabilização e demonização de determinados grupos cujo comportamento “desviante” é considerado injustificável, como é o caso de famílias que mantêm “bares” funcionando em suas casas. Ora, a prostituição já é essa atividade estigmatizada, apesar das lutas sociais e associações que exigem um reconhecimento e proteção legal e a sua não estigmatização. Quando pensada sendo realizada por “menores” torna-se algo completamente execrável, principalmente na interpretação dada pelos agentes institucionais. Sentimento que, comungado por uma maioria da população, fará com que as famílias pobres e permissivas - seja incentivando ou “fazendo vistas grossas” - sejam ainda mais demonizadas. Nesse sentido, o peso da responsabilidade individual, recaíra mais uma vez sobre as mulheres. Isto será suscitado, principalmente, através da evocação do

⁴⁴ “Ficar na orla”, pode ser entendido como uma categoria êmica, geralmente utilizada para designar garotas, geralmente adolescentes, que em troca de algum dinheiro, que pode variar de um a dez reais, saem com homens mais velhos. De acordo com Dalva, moradora do Kamartelo e “ex-prostituta”, não são os homens dali que podem pagar pelo programa, mas os de outros bairros, caminhoneiros e motoristas de ônibus que passam as noites ali e, mais esporadicamente, turistas.

“eterno feminino” – um jeito pretensamente universal de “ser mulher” e do “instinto do amor materno”, isto é, a capacidade inata às mulheres de amarem, cuidarem e protegerem seus filhos e filhas.

3.3.2 “Mãe é tudo igual, só muda o endereço”: reflexões sobre o *amor materno* e a estigmatização das mulheres

Por que Deus permite
que as mães vão se embora? [...]
Fosse eu Rei do Mundo,
baixava uma lei:
Mãe não morre nunca,
mãe ficará sempre
junto de seu filho
e ele, velho embora,
será pequenino
feito grão de milho.

(Para sempre - Drumond)

O discurso predominante sobre o amor materno, que reduz a mulher à função biológica de gerar os filhos⁴⁵, deve ser observado como forma de dominação simbólica, *dominação masculina*, a qual, estando naturalizada em nossas práticas culturais, será defendida tanto por homens quanto por mulheres como sendo naturais ou até mesmo divinas. Como destaca Bourdieu (2003, p.52) o *poder simbólico* não vai se instaurar sem que exista um consenso entre dominantes e dominados.

Esta submissão não deve ser compreendida como um ato consciente, mas resultante de estruturas objetivas. Dessa forma, isto irá se refletir na percepção de diferentes atores nos mais diversos campos – familiar, acadêmico, jurídico, etc – construindo um *habitus* que perpassa as diferentes classes e grupos sociais, mas que será resignificado nos diferentes contextos. A maioria dos entrevistados fala na existência de um “instinto materno”, articulando diversas explicações para defendê-lo, assim como para sua suposta ausência, ou pelo menos deficiência, em muitas das mulheres com quem mantêm contato em suas atividades.

⁴⁵ Para melhor compreender isto sugiro: BADINTER, 1985; DEL PRIORI, 1995; CAMPOS, 2008; PINTO, 2008; MOTTA, 2001; SWAIN, 2004; SCHEPER-HUGHES, 1997.

Apesar de todos os esforços dos estudos feministas para desconstruir com o mito do “eterno feminino” e do “amor materno”, estes têm grande força na atualidade, na percepção de mundo da maioria das pessoas em nossa cultura (SWAIN, 2004). Sobre isto, Carolina Teles Lemos (2006) vai dizer:

Se a estrutura familiar está sendo bombardeada por todos os lados, o *status* da maternidade parece permanecer intacto. [...] Acreditamos em nosso imaginário que o amor materno seja algo natural. Algo que nasce com as mulheres, verdadeiro apanágio feminino. Fala-se até de “instinto materno”. E coitadas daquelas que não têm! Sofrem um certo preconceito, pois falta-lhes uma coisa fundamental. (LEMOS, p. 83)

É o estudo de Elisabeth Badinter (1985) um dos pioneiros na busca por desconstruir com a ideia do instinto materno como algo inato. A filósofa afirma que a ideia de “natureza” não existiria, mas sim

[...] uma ‘multiplicidade de experiências femininas’, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo, a diferença entre a fêmea e a mulher, reside exatamente nesse “mais ou menos” de sujeição aos determinismos. A natureza não sofre tal contingência e essa originalidade nos é própria. (1985, p. 16)

No entanto, é interessante observar que a força ideológica desse discurso na modernidade é tão grande que é, ao menos em parte, reproduzido em estudos que buscam desconstruí-lo. Tanto Badinter (1985), como Scheper-Hughes (1997) aparecem indiretamente defendendo um ideal de maternidade⁴⁶. O que não invalida seus estudos, mas serve de alerta para a constante autovigilância necessária ao lidarmos com temas tão “familiares”.

Diariamente somos “bombardeados” por imagens mediáticas que fortalecem essa visão naturalizada da maternidade. É comum vermos propagandas televisivas onde figura uma mulher cuidando de seus filhos, seja dando-lhes de comer, lavando suas roupas, ou qualquer outro afazer doméstico, do qual a figura paterna está geralmente ausente. No período que antecedeu ao dia das mães, isto foi potencializado com inúmeras chamadas que exaltavam a tal imagem. O comercial de uma loja, voltada principalmente para o público feminino⁴⁷, apresenta a figura da mãe como alguém que vive somente em prol e função do filho.

Estas representações também se fazem presentes em documentos e decisões tomadas pelo judiciário ou em programas governamentais. Exemplo disso foi o advento do

⁴⁶ Sobre isto ver, respectivamente: CAMPOS, 2008 e FRANCH, FALCÃO, 2004.

⁴⁷ Três atrizes se revezavam contando sobre sua experiência de matinar ou sobre suas mães. O comentário que mais me chamou a atenção foi: “Eu não lembro do que era a minha vida antes do meu filho”

Programa Bolsa-Escola, implementado em 2001, último ano do Governo FHC, que foi unificado ao Bolsa-Família⁴⁸, junto à outros programas, como o Vale-Gás, desde o primeiro mandato do Governo Lula. Este programa defende e reproduz a equação família pobre = mulher = mãe. Isto se evidencia principalmente no momento em que as mulheres, como mostra Carin Klein (2005), são eleitas como principais responsáveis não apenas por administrar o benefício recebido, mas, e principalmente, por garantir o bom andamento da educação das crianças e adolescentes.

Não se trata de ignorar a importância desses Programas ou os avanços representados pela implementação do ECA. Mas sim perceber como essas iniciativas do Estado, mesmo quando buscam não reproduzir e defender um modelo de família nuclear, reconhecendo outros arranjos familiares, reificam ideias há tempos cristalizadas em nossa sociedade, como a responsabilização da mulher pelos seus filhos (KLEIN, 2005; FONSECA, 2006). O que também fortalece a estigmatização dos homens das classes populares, os quais não correspondendo ao papel de provedor que lhes é designado socialmente não serão alvos de investimento do Governo. O que pode ser percebido com a implementação de Programas sociais que entregam os benefícios prioritariamente às mulheres⁴⁹

Dito isto, não quero ignorar que existam demandas práticas que justificam tal prioridade dada às mulheres. Uma considerável parcela da população que compõe as classes populares é formada por mulheres solteiras e viúvas – ou que tem seus companheiros presos por algum delito. Além disso, como discutem inúmeras pesquisas, a quantidade de homens que “torram todo o dinheiro” com bebidas, não cumprindo, assim, com a função de provedor – isto quando desempenham algum tipo de trabalho – é muito grande, evidenciado aqui pela enorme quantidade de bares existentes nos bairros das periferias e favelas.

Além disso não se pode ignorar que o fato da mulher ser a “portadora do cartão” pode, dentro de sua perspectiva, empodeirá-la, já que será a responsável pela administração do benefício. Sendo assim, problemático não é o fato de ser a mulher quem prioritariamente recebe o pagamento do PBF, mas o discurso e os símbolos evocados para justificar tal prioridade. A própria logomarca do programa aponta para uma reificação da família nuclear o

⁴⁸ Conversando com duas mulheres com filhas no LN pude ouvir, depois delas terem me mostrado o valor de suas contas de luz (pouco menos de sete reais), quando um se dirigiu para a outra falando sobre a importância do Programa Bolsa-Família, e a preocupação com a aproximação do fim do mandato do presidente Lula. Para elas o término deste significava consequentemente o fim do benefício.

⁴⁹ De acordo com Klein (2005) quando as mães não estão aptas a receber o benefício, procura-se por alguma figura feminina que possa recebê-lo. Só em último o caso a figura paterna deverá receber.

que contrasta com o seu anunciado no *site*, o qual faz referência de destinação decerta quantia de dinheiro para famílias sem filhos⁵⁰. A mencionada logomarca contrasta, inclusive, com a realidade vivenciada pelos segmentos mais pobres da sociedade, onde impera uma instabilidade nas relações conjugais, como destacam alguns autores anteriormente citados.

O próprio fato dos homens aparecerem na margem da maior parte dos relatos só reforça o argumento de como a perpetuação das categorias aqui analisadas conserva também as desigualdades e estigmas. Os quais também podem ser percebidos nos discursos sobre os homens que compõem as classes populares, mesmo entre si⁵¹.

Ao entrar na sala onde as pessoas, uma vez aprovadas na triagem, deveriam se cadastrar para passar a receber o Bolsa-Família, confirma-se o que diz a autora, já uma vez que o público ali presente era predominantemente feminino. Isto também podia ser percebido nas muitas filas pela cidade, seja nas lotéricas ou na agência da Caixa Econômica: um verdadeiro batalhão de mulheres, em geral segurando seu cartão do PBF. Um dos meus interlocutores era sem dúvidas uma rara exceção pois era o responsável pelo recebimento do benefício de seu filho. A mãe do garoto, sua “ex”, foi caracterizada por ele como alguém “sem noção”. Ele diz lamentar não poder criar o garoto pelo fato de em sua casa funcionar um bare o Conselho “bate em cima”⁵².

A visão da mulher como um ser de características universais, mais naturais, não é nenhuma novidade. Assim Como chama a atenção Sandra Azerêdo (2007), diversos filósofos ao longo da história, em geral homens, formularam “verdades” sobre o gênero feminino e o comportamento, muitas vezes desviante e/ou deficiente da mulher. Ela exemplifica isto ao mostrar como, tanto em Spinoza quanto em Nietzsche, existe uma visão naturalizada do “feminino”. O primeiro por embasar-se em suas próprias experiências para justificar a “fraqueza feminina” e o segundo por cunhar o conceito do *eterno feminino*, ressaltando a “maldade da mulher” e o fato desta estar mais próxima da “natureza” que o homem.

Apesar de tais reflexões terem influenciado direta e indiretamente à epistemologia feminista, ainda reproduziam uma visão androcêntrica da mulher, reificando todo um jogo onde a dominação masculina, dita regra.

⁵⁰ http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas

⁵¹ Fonseca (2006) SARTI (1996); MINGARELLI (2008).

⁵² Esta questão aparecerá também nas falas de algumas mulheres quando explicam a preferência por manter seus filhos em uma instituição-abrigo.

A expressão escolhida paratítulo deste tópico - “Mãe é tudo igual, só muda de endereço” – aponta sem dúvidas para essa visão naturalizada da mulher, através da qual será reduzida a figura da mãe. Neste sentido, vale a pena relembra a fala de uma conselheira, já transcrita anteriormente, sobre sua compreensão da maternidade: “Que age dentro dos parâmetros de cidadania, de religiosidade, de afeto, de comportamento mesmo”. Ela vai ainda afirmar que diz isto por ter “autoridade”, moral, já que se diz “muito caxias” – rígida – na educação formal e moral dos seus filhos. Ela continua:

Ser boa mãe, **tá dentro dela**. Se a condição financeira dela não é suficiente, mas o amor que ela tem pra dá para o seu filho, ela supera. Eu vi hoje uma cena igual. Claro que não vai matar a fome do seu filho, mas se a mãe ela tem o cuidado de acolher o seu filho. O filho tá com fome, mas ela não tem comida pra dá, mas ela tá ali com seu filho, acolhendo. Dizendo pra ele ‘Olhe eu to aqui filho, tá duro, mas eu to aqui do seu lado, to aqui pra lhe proteger’. E ela batalha pelo filho dela, pra angariar comida, a sobrevivência deles dois, mas sempre com o filho. Eu não admito a mãe “olhe eu não tenho o que comer”.

Quando questionada sobre como esta mãe iria garantir certa proteção e “batalhar” por seus filhos se a sua situação - o contexto socioeconômico e cultural em que vive - não lhe oferece as devidas condições, minha interlocutora “abre uma exceção”. Ela diz que volta atrás em um ponto “boa mãe aquela que por não ter condições de criar os filhos, ela dá os filhos pra quem ela acha que tem melhores condições”.

É interessante neste exemplo observar que, na ausência de condições “ideais”, seja das pessoas ou do próprio Estado que, de acordo com a legislação em vigor, deveria impedir coibitral situação, a “boa mãe” será aquela que, abnegada, entregará seu filho para outra família “com melhores condições”.

Outra conselheira, uma elegante professora aposentada, e recém aprovada em outro concurso na área da educação, apontou as mudanças na sociedade, especialmente fato da mulher “trabalhar fora”, como um dos maiores problemas da “deseestruturação da família”. Não tendo com quem deixar os filhos, deixa-os pela rua ou mesmo vidrados na televisão. Apesar disto, quando fala de sua vida, ressalta que sempre foi uma mulher “ativa”, trabalhando desde cedo, inicialmente como professora e depois, substituindo o padre Alberto na Coordenadoria de Ensino, onde atuou por muitos anos. Isto, ao que parece, não a impediu de se definir durante a entrevista como uma “boa esposa” e “boa mãe”. Porém, de forma bastante revoltada, falou repetidas vezes sobre uma mulher que constantemente vai até o CT reclamar por providências sobre seus filhos. Ela dizia não admitir que aquela mulher “enchesse a boca para dizer que tinha oito filhos”, dos quais duas estavam no LN. Perguntava

para a mulher se o fato deter ~~tido~~ tantos filhos lheera motivo de orgulho⁵³. Ainda dizia que ela tinha um marido “vagabundo” que passava tempos sem aparecer e quando aparecia era para “embuchá-la”.

Apesar de não acreditar na existência de um instinto materno, como os agentes institucionais acima, a psicóloga Jaqueline vai defender que a “verdadeira mãe” deve ser “cuidadora”. Enquanto conversávamos, uma funcionária da Casa de Passagem entra com um bebê nos braços. Minha interlocutora usava a mãe da criança, uma adolescente de dezessete anos, como exemplo de “verdadeira mãe”. A garota estava refugiada na Casa de Passagem, escondida de seu companheiro que a ameaçava de morte. Além do bebê, já tivera outro filho, um garoto na época com quatro anos de idade. De acordo com a psicóloga, depois que a mãe da adolescente resolveu “lhe dar uma lição”, exigindo que deixasse de ir à festas e cuidasse de sua prole, esta “tornou-se mãe de verdade”, assumindo a responsabilidade por seus filhos. A psicóloga ainda desenvolve seu argumento construindo uma diferença entre o “ser mulher” e o “ser mãe”.

Ao meu ver, a questão do “ser mulher” é você escolher o que realmente quer, seus relacionamentos, a profissão que quer seguir e o que acha prazeroso pra você. Ser mãe não. Ser mãe envolve outro ser, envolve cuidados necessários com um ser que depende única e exclusivamente de você, na grande maioria das vezes. E é o que a maioria das mulheres não têm sabido diferenciar. Acha que o fato, tipo assim: “Eu faço o que eu posso”, como algumas delas colocam para mim, “Eu pedi pra ela – a filha – ficar em casa e ela não fica. Eu vou fazer o que?”. Pois é, mas essa criança, até a maior idade, se mora com a mãe, tem toda a questão legal de responsabilidade para com essa criança, existe outras coisas que precisam ser feitas sim. Porque é uma vida que está em risco e não tem autonomia para responder por si só.

Ao ouvir tal declaração, lembrei-me da frase “ser mãe é padecer no paraíso”, na qual o exercício da maternagem aparece como uma dádiva divina para muitos dos meus interlocutores, mas ao mesmo tempo como algo que deve mudar completamente a vida e o comportamento da mulher. Na fala acima, o “ser mulher” aparece como oposto ao “ser mãe”, [uma vez que] este segundo estado é definido por uma vida abnegada. Jaqueline destacou diversos casos em que as mulheres alegam “fazer o que podem, mas o que fazem parece ser pouco”. Para ela, isto se dá devido à falta de orientação, “despreparo” dessas mulheres. Apesar de pensar deste jeito, a entrevistada afirma que não existiria um padrão para o cuidado com os filhos, isto que

⁵³ Como esta mulher tornou-se também uma importante interlocutora, pude descobrir que a quantidade exata de filhos dela é doze.

[...] cada lar vai determinar o seu padrão. Não sou eu que vou dizer para aquela família como ela deve educar aquela criança. De forma alguma! Cada família vai ter o seu próprio padrão, as suas próprias regras. O quê que eu permito? O que eu consigo permitir? O que é o certo e o errado? É aquela família que vai dizer.

Entretanto, ao ser questionada sobre quais ~~os~~ critérios são necessários para que o Estado intervenha, ela respondeu que isto deve acontecer “quando existem fatores de risco para aquela criança”.

Por exemplo, têm muitas mães que batem nas crianças. Não existe uma regra, se é para bater ou não. Mas existem aquelas famílias que batem, e nesse bater conseguem um **controle**. Aquela criança consegue aprender. Isso não prejudica o aprendizado dela, aspectos cognitivos, psicológicos ou afetivos. Já existem outras famílias que não. Que trabalham de outra forma, ou seja, castigando e conseguem manter um controle. Mas se qualquer dessas atitudes da família, da mãe nesse caso específico, coloca em risco a integridade física, emocional, afetiva daquela criança... Alguma coisa vai precisar ser feita, porque se não vai virar um **ciclo vicioso**. São famílias, são mães que já chegam aqui com um histórico muito forte ou de agressividade, de negligência por falta da mãe, do avô, e que tá passando isso de geração a geração. Então, assim, pra mim, pessoalmente e profissionalmente um ponto muito culminante pra saber até que ponto **o limite entre o que é bom e o que não é**, é quando aquela criança está sofrendo algum risco, de desencadear alguma dificuldade de interação. Alguma dificuldade com relação aos comportamentos sociais mesmo, ou aprendizado, ou de saúde, física e psicológica.

Seja usando a própria experiência do “ser mãe” ou a teoria psicanalítica, a mulher vai aparecer sempre como personagem central no cuidado com os filhos. Na fala acima, a entrevistada parece confundir ou igualar a família com a mulher, reforçando a ideia de Klein, anteriormente citada, de que existe uma equação que iguala estas a figura feminina, principalmente no caso das famílias pobres. Fala-se constantemente sobre a falta de “limites”, “indiferença” e “desorientação” por parte dessas mulheres que não incorporam o “fato” de que, enquanto mães, não podem comportar-se de forma a por em “risco” a vida dos filhos.

Fica evidente que a responsabilização do indivíduo passa por um padrão construído dentro de classes sociais específicas. Elias (2000) e Bourdieu (2003) lembram que os grupos dominantes conseguem, através da legitimação de suas verdades, fazer seus padrões de comportamento parecerem. Neste sentido, vale também lembrar o que Douglas (1996) fala sobre a capacidade das instituições fazerem com que certos padrões morais sejam vistos como naturais e justos. O que sem dúvida vai legitimar a intervenção do Estado.

Seguindo este raciocínio, não me parece exagero perceber o quanto o discurso dos agentes institucionais reflete, diante do cotidiano das famílias pobres, a “confusão de línguas” existente entre estes atores e a forma como as famílias atendidas por eles organizam sua vida,

seus modos de viver, interagir, enfim sua maneira de “inventar seu cotidiano” (De Certeau, 2000) não obedecendo totalmente as regras dos grupos dominantes.

A questão a ser posta agora é: se na modernidade o termo cidadania tornou-se algo “da moda”, como lembra Fonseca (2006) e a família o espaço eleito para proporcioná-la às crianças e adolescentes, de que forma isto será construído e quais influências exercerão sobre os demais membros das famílias, em especial para estas mulheres?

A tese aqui defendida é a de que os sujeitos que compõem as classes populares, não tendo incorporado um comportamento socialmente legitimado como melhores, serão, quando não legais, moralmente excluídos do exercício da cidadania. O que se dá pelo fato de não exercerem algum trabalho que os confira tal reconhecimento, ou porque suas famílias são apontadas como não cumpridoras do papel que lhes é exigido. No caso das mulheres, em geral caracterizadas pelo discurso oficial – que as define como “mães negligentes”, “desorientadas”, “desinteressadas”, etc. Desta forma, são rebaixadas socialmente e, em muitos casos, não possuem reconhecimento como cidadãs. Categoria esta, considerada na modernidade como universal.

3.4 Aos “vencedores” a cidadania

Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

(Machado de Assis, Memória
Póstuma de Brás Cubas – síntese do humanismo)

O conceito de cidadania merece alguma atenção neste capítulo, tendo em vista tanto sua centralidade no cotidiano das sociedades capitalistas modernas, quanto sua constante presença, direta e indireta, nas narrativas dos diversos agentes institucionais aqui referidos. A paráfrase que intitula este tópico ganha sentido a partir da compreensão deste conceito enquanto construção sócio histórica e cultural que elege determinados padrões de comportamento considerados mais “adequados” – *civilizados* – em detrimento de outros. Neste sentido, é considerado cidadão o indivíduo útil para a sociedade. O que se dá com a naturalização de certa *economia emocional*, práticas sociais comuns aos indivíduos mais “produtivos”.

Jessé Souza (2003) dirá que o avanço atual do capitalismo vem formando cidadãos (sujeitos “úteis”, adaptados ao caráter competitivo da atualidade) e *subcidadãos* (sujeitos “inúteis”, tratados como lixo, “subgente”, no máximo mero instrumento de trabalho). Tal discurso meritocrático concentra no indivíduo - no máximo em sua família - a única culpa por seus “fracassos” e “sucessos”. Desta forma, a cidadania poderá ser compreendida como um tipo de reconhecimento socialmente legitimado, direcionado a determinados grupos e indivíduos que se encaixam na noção de “utilidade”, ou seja, “os vencedores”⁵⁴.

Diversos autores – críticos e defensores – apontam os estudos de T.H. Marshall (1967) sobre a construção da cidadania moderna como um divisor de águas sobre o assunto. O autor define a cidadania como um tipo de *status* oferecido aos “membros integrais de uma comunidade”. Dito de outra forma: a cidadania moderna é aplicada aos membros de um Estado-Nação, que usufruem de determinados direitos, contanto que se submetam a certos deveres, ambos legalmente instituídos.

O que não deve ser confundido, como destacado por Marshall, como qualquer preocupação com o fim de desigualdades sociais, mas com uma “desigualdade tolerada”, isto é, não se tratava de acabar com a pobreza, mas de impedir que os indivíduos pobres vivam “dignamente”, distanciando-se do que cada sociedade compreende como sendo a miséria socioeconômica e moral.

A própria construção da cidadania, assim como os seus diversos usos na atualidade, compõem *narrativas hegemônicas*, geralmente não questionadas, tomadas como “naturais” (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009). Consequentemente outras narrativas serão silenciadas, estigmatizadas como formas ilegítimas de comportamento⁵⁵.

Isto em nada diminui a importância e urgência de lutas sociais que busquem estender o exercício da cidadania a um número crescente de indivíduos. O longo período ditatorial brasileiro serve como prova disto. Os diversos conflitos advindos desse conturbado momento foram peças-chave para que o Brasil iniciasse o período de redemocratização, que tem na Constituição de 88 – “Constituição Cidadã” – seu símbolo maior. Porém, isto não deve impedir o aprofundamento de reflexões críticas, inclusive sobre o que foi conquistado, de

⁵⁴ Na obra, *Memória Póstuma de Brás Cubas* (ASSIS, 1997), Quincas Borba, explica sua teoria para o protagonista. Ele conta a história de duas tribos que guerreiam entre si, quando uma tem todos os guerreiros mortos a outra fica com o prêmio: “Aos vencedores as batatas”.

⁵⁵ Sobre isto ver: Elias, 1994, 2009; Bourdieu, 2007, 2008

modo que as formas simbólicas de dominação não permaneçam perpetuadas em nosso cotidiano.

Tradicionalmente, os estudos sobre essa temática se fazem mais presentes na Ciência Política e na Sociologia do que na Antropologia. Portanto, não é de surpreender que ainda hoje o antropólogo que se debruça nas temáticas desse tipo seja alvo de estranhamento.

Porém, como destaca Mariza Peirano (2006, p.121), a contribuição da disciplina talvez esteja em seu caráter comparativo, universalista e relativizador da perspectiva, capaz de formular perguntas aparentemente simples para pensar sobre temas complexos, sem com isso diminuir sua importância.

Durante as conversas com os agentes institucionais, a categoria apareceu principalmente com a variação “cidadão de bem”, geralmente utilizada como contraponto à imagem do “vagabundo,” o indivíduo considerado não produtivo – “inútil” – para a sociedade. Esta categorização maniqueísta aparecerá na forma como a maior parte das famílias atendidas é representada. Por serem legalmente responsáveis pela garantia de que as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados possuem a função, dentre outras, de avaliar as famílias. Julgam-nas como capazes ou não de oferecer aos “menores” um ambiente “saudável”, no qual possam desenvolver-se, aprendendo a exercer “plenamente” sua cidadania. O que só será possível na medida em que os “menores” passem usufruir dos “direitos fundamentais” preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tais direitos estão longe de ser realidade no cotidiano das famílias pobres. A normatização da família e consequente a exaltação de certos atributos morais parece excluir de forma legitimada estes grupos de certa atenção por parte do Estado. Evidentemente existem políticas públicas voltadas para as famílias, como foi a criação do Programa de Saúde da Família (PSF). Porém, como mostra Scott (2005), “[...] é seguro dizer que há um favorecimento do conceito ‘senso comum’ reforçado por instruções administrativas.” (p.82).

A exemplo do que é percebido pelo o autor, no contexto pesquisado evidencia-se um desencontro entre a visão dos agentes institucionais e a comunidade por estes atendidas. “O Estado usa as bandeiras de integralidade, universalidade, descentralização, participação comunitária, territorialização, e, sobretudo, priorização das famílias”. (2005, p.80). Tais bandeiras podem excluir mais do que incluir, como parecem prometer. A falta de um olhar relativista por parte dos agentes finda por reforçar as desigualdades nas quais estão inseridas as famílias pobres.

3.4.1 Entre “cidadãos de bem” e “vagabundos”

“Vagabundo”: indivíduo desocupado, ocioso, vadio⁵⁶.

A cidadania é um fenômeno complexo e definido historicamente, e que certamente também apresentará variação em sua percepção em países e culturas distintos (CARVALHO, 2008). Dessa forma, como destaca José Murilo de Carvalho (2008), quando se fala em um cidadão inglês, norte-americano ou de um cidadão brasileiro, não se fala exatamente da mesma coisa (Carvalho, 2008, p. 12). Este conceito é aqui compreendido como fazendo parte de *processo civilizador*, o qual terá diferentes efeitos sobre os diversos grupos e classes sociais. Estes serão categorizados como mais ou menos *civilizados*, e em alguns casos, *descivilizados* (ELIAS, 1994; WACQUANT, 2008). Consequentemente, não é de surpreender que alguns indivíduos sejam excluídos por não se encaixarem nos ideais produtivistas das sociedades capitalistas modernas. A *dominação simbólica* que se esconde por trás desse *processo cidadanizador* (DUARTE *et al*, 1996) busca homogeneizar as práticas sociais, por exemplo, “convertendo” as classes populares a esses ideais. Para isso, invisibiliza-se, através de diversas estratégias, a forma como as populações mais pobres constroem seus valores morais, afetividades e redes de solidariedades.

Hirano (2005) destaca que a cidadania só passou a ser - do ponto de vista jurídico-político - como acessível a todos com a passagem do mercantilismo para o capitalismo liberal. Dessa forma, a cidadania moderna surge fortemente atrelada à categoria do trabalho.

José Murilo de Carvalho (2008) relata que no contexto brasileiro a cidadania passa a ser determinada não pela conquista dos direitos civis, políticos e sociais apontados por T.H. Marshall, mas pelo exercício de determinadas profissões. De forma que a busca por esse reconhecimento torna-se sinônimo de exercício da cidadania. O que em parte se deu devido às dificuldades impostas pelo longo período da ditadura brasileira. Somente com a Constituição de 1988, fruto de lutas sociais e de diferentes interesses políticos, é que os “direitos do cidadão” começam a ser idealmente garantidos.

⁵⁶

Dicionário eletrônico Aurélio - Século XXI.

Retomando a questão da centralidade da categoria trabalho, Mariza Peirano vai dizer:

Passaram, desse modo, ao *status* de cidadão todos aqueles que tinham sua profissão admitida por lei; conseqüentemente foram considerados pré-cidadãos todos os trabalhos urbanos não regulamentados [...]. Portanto não foram os valores inerentes aos membros da comunidade, e, tampouco, as aspirações da população de comungar um ideal nacional, que serviram de base para essa concepção, mas simplesmente uma categorização de profissões. (2006, p. 124)

Fica evidente que a cidadania moderna é construída com base em um discurso meritocrático, de forma que não parece exagero afirmar que só os merecedores – os indivíduos “úteis” – recebem tal reconhecimento: aos “vencedores” a cidadania.

No Brasil, passou-se a investir nos processos “institucionais de cidadanização”, centrados fundamentalmente na área da “educação”, seja no seu sentido mais instrumental (alfabetização, etc), mais generalista (acesso à cultura letrada) ou mais direcionado (educação “cívica”, treinamento de lideranças públicas). Os investimentos dirigidos à “saúde pública” e à “previdência social” (*welfare state*, etc) sempre foram parte importante deste processo (DUARTE *et al*, p.4).

Não foram poucas as vezes que as expressões que intitulam este subtópico, bastante comuns em nosso cotidiano, foram ouvidas nas falas dos diferentes interlocutores. Se a primeira tem a ver com o ideal do “bom sujeito”, cumpridor dos seus deveres perante a sociedade, a segunda é articulada para estigmatizar os sujeitos considerados inúteis. É a falta de uma *economia emocional*, que vai permitir que os sujeitos recebam, ou não, o reconhecimento enquanto cidadãos, em detrimento da *subcidadania* imposta a outros: “vagabundos”, “sem força de vontade para vencer na vida”, advindos de “famílias desestruturadas”.

Seguindo este raciocínio, as famílias aparecem como ‘um fim em si mesmas’, explicação última para o “sucesso” ou “fracasso” dos indivíduos. Ignora-se que “[...] as famílias não possuem nenhuma matriz valorativa própria. Elas buscam a visão de mundo que implementam diariamente em ‘outro lugar’. Se não fossem assim, cada família ensinaria coisas distintas aos seus filhos, o que sabemos não é o caso”. (SOUZA, 2009, p. 44).

Durante uma das conversas com o promotor da infância, este afirmou que o “Bolsa-Família é uma escola de vagabundos”. Explicou que seria melhor o Governo investir na geração de empregos, cursos de “capacitação”, etc. Para ele, o benefício “viciava as famílias, não lhes motivando à procura de empregos. Afirmou que “Não se aprende a pescar,

já que o Governo dá o peixe, Além do mais, o pagamento serve de ‘moeda’ para compra de votos”.

Sem dúvidas, existem críticas necessárias à implementação do Programa Bolsa-Família (PBF). Porém, as declarações do promotor parecem ignorar a realidade de enorme parcela da população brasileira. O que inclui o público majoritariamente atendido por ele: famílias sem acesso aos direitos básicos como alimentação e moradia.

É interessante observar que, a partir de uma perspectiva naturalizada dos papéis de homens e mulheres na família, exige-se destas, direta e indiretamente, que fiquem em casa⁵⁷, cuidando dos filhos⁵⁸. Por outro lado, critica-se o benefício do governo, entregue prioritariamente a elas, o qual tem com principal exigência a frequência dos filhos na escola. O trabalho doméstico, nesse contexto, é rebaixado socialmente à categoria de “tarefa de alta frequência”, considerado indispensável, mas atribui-se a ele um status inferior (Douglas & Isherwood, 2004), não digno de qualquer tipo de remuneração. As “opiniões” do promotor, longe de ser uma exceção, eram regra, se fazendo presentes nas diversas conversas com outros agentes institucionais. O que faz coro com toda a naturalização da pobreza através da desmoralização das práticas populares construídas no universo das classes populares.

Isto aponta para um a construção de um *processo civilizador* que ocorre juntamente com o gradativo recuo multifacetado do Estado, em todos os seus níveis – federal, estadual e municipal – e, conseqüentemente, no dismantelamento das instituições públicas (WACQUANT, 2008, p. 36). Nesse contexto, as mulheres pobres, em sua maioria mães solteiras, juntamente com outros “indesejáveis sociais”, são consideradas “ameaças sociais fantasmas”, pois significam ônus aos cofres públicos. São o que Wacquant chama de *welfare mothers*.

Foi interessante observar que a única mulher que recebeu algum tipo de elogio por parte dos conselheiros tutelares e funcionários do Lar de Nazaré, era caracterizada como uma “mulher trabalhadeira”. Por outro lado, o fato de não receber o benefício do Bolsa Família – tendo o direito a recebê-lo – foi motivo bastante para que Noêmia, diretora do LN, a apontasse como alguém acomodada. Ela se “aviciou em catar lixo na rua”, resume Noêmia.

⁵⁷ Isto se dá principalmente no caso das mulheres que compõem as classes populares, tendo em vista que é para elas que esses estigmas se dirigem, pois as mulheres que compõem os extratos mais dominantes usam de outras estratégias e justificativas para não estarem em suas casas, cuidando de seus filhos.

⁵⁸ O estudo de Giselle Santos (2010) aponta para algumas mudanças, principalmente ao perceber como o acesso a este benefício, principalmente em famílias onde ele se torna a única fonte de renda, vem permitindo as mulheres negociarem com seus companheiros, inclusive as tarefas domésticas.

Se por um lado ela é uma das poucas mulheres retratadas como “boa mãe”, por não deixar de ir “um domingo que seja visitar a filha”, e como “mulher trabalhadeira” por estar de segunda à sexta, com seu carrinho, “garimpando” lixo pelas ruas para trocar nos “ferros-velhos”, e aos sábados e domingos limpando peixes nas feiras. Por outro lado, ela é vista como alguém “viciada em pobreza”, acomodada, e por isso nunca toma a iniciativa de dar entrada na documentação necessária para receber o benefício⁵⁹.

Em outra conversa com Jaqueline, psicóloga do CREAS, o trabalho é mais uma vez apontado como critério para o exercício da cidadania. Contrariando as prerrogativas do ECA, sobre a exploração do trabalho infantil, ela argumentou que diante da realidade de pobreza de muitas famílias, uma maneira de “ensinar a cidadania” as crianças e adolescentes seria por meio do trabalho. Para ela, mesmo que não seja o ideal, os “menores” que, mesmo frequentando a escola, ajudam na renda doméstica, estão aprendendo a exercer sua cidadania. A informante apresenta uma tentativa de relativizar os princípios do ECA, argumentando que não pode impedir que uma criança trabalhe, se não existe uma contrapartida para que a família não fique em uma situação ainda pior.

De forma semelhante à educação o trabalho, mesmo quando visto como de baixo *status*, é apresentado como sinônimo de cidadania, tendo em vista que impede que o indivíduo se torne um “vagabundo”. Mesmo que o trabalho seja subserviente, ele goza de um reconhecimento superior ao geralmente apontado pelo mendigo e o traficante. Já que ambos rompem, de maneiras diferentes, com a reciprocidade presente na noção de que se ganha pelo que se merece (SARTI, 1996; FONSECA, 2000).

Ora, diante das reflexões apresentadas até o presente momento, não se deve esperar que os grupos marginalizados, em geral que compõe as classes populares, sejam passivos, encontrados inertes aos estigmas que lhes são infligidos. Certamente que não dispõem de todos os meios necessários, material e simbolicamente, para exigirem um reconhecimento social “de igual para igual” daqueles que compõem os grupos dominantes. Isto não implica em dizer que não construam estratégias através das quais neguem tais estigmas.

Exemplo disto é a forma como as mulheres com filhos abrigados irão construir suas narrativas. Elas articulam explicações através das quais buscam mostrar que o fato de

⁵⁹ Não se trata de apontar a postura dessa mulher como uma “resistência”, mas de perceber como o fato dela não receber um benefício que lhe é de “direito” é logo usado como mais uma estratégia de estigmatização.

seus filhos serem assistidos pelas instituições não tem a ver com “abandono” ou “negligencia”, mas com um cuidado, ou mesmo uma esperança que tenham um “futuro melhor”. Além disso, destacam que são mães preocupadas, dedicadas e “mulheres trabalhadeiras”. Atributos que, tanto dentro da realidade vivenciada nos bairros onde residem como diante de uma realidade mais global, servem de reivindicações indiretas de sua cidadania.

“SALVANDO” CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SUAS FAMÍLIAS “DESESTRUTURADAS”



4 “SALVANDO” CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SUAS FAMÍLIAS “DESESTRUTURADAS”: instituições-abrigos e famílias de classes populares

Apesar de não se limitar a isso, neste capítulo busca-se problematizar a questão do abrigo infantil e a forma como os representantes institucionais constroem argumentos que buscam enaltecer a importância das instituições-abrigos enquanto alternativa válida diante dos problemas causados aos “menores”, principalmente por suas famílias. Isto será feito tendo como foco principal a dinâmica institucional da Escola Profissional Lar de Nazaré (LN).

Serão analisadas as diversas estratégias articuladas com a finalidade de realçar a importância da instituição, indo desde como esta se insere no contexto do estado de Alagoas, onde o abrigo é uma prática bastante comum, até os discursos construídos sobre as famílias cujas filhas encontram-se assistidas pela instituição. O que evidenciou uma contradição entre o discurso oficial que promete a reintegração das “internas” às suas famílias e construção da imagem do LN como um novo e melhor lar, uma espécie de família substituta, que ao mesmo tempo em que se promete temporária, é afirmada como melhor do que a “família de origem”.

A categoria ‘tempo’ mereceu também certa atenção neste capítulo, tendo em vista a forma como a instituição utiliza o tempo, articulando-o de diversas maneiras. Mais uma vez como estratégia de valorizar sua atuação enquanto “transformadora de vidas” que possivelmente teriam “se perdido” se tivessem permanecido com suas famílias. Também neste contexto, a figura materna será evocada como principal culpada pelo abrigo das “internas”. As mulheres foram muitas vezes apontadas como incapazes de cuidar de sua prole, seja por uma suposta incapacidade mental, ou mesmo por “não quererem nada com a vida”.

Evidentemente, o contexto institucional do Lar de Nazaré apresentou especificidades concernentes ao contexto específico em que está inserido, no entanto, buscou-se estabelecer os devidos diálogos com um contexto mais amplo.

O abrigo de crianças e adolescentes está longe de ser um assunto “politicamente popular”, já que “[...] governos locais quase todos lidam com essa realidade, mas veem antes como uma bomba potencial do que como um cartão de visitas [...]” (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009). Em outras palavras: o abrigo infantil tornou-se uma realidade indesejável, principalmente com a promulgação do Estatuto

da Criança e do Adolescente, tornando-se tolerável apenas enquanto situação transitória, um “mal necessário”. Isto contrariava as práticas tradicionalmente aceitas na realidade brasileira.

Certamente não consiste em novidade alguma para o “mundo antropológico” lidar com assuntos “nada populares”, ou mesmo que se trate de algo “da moda”. A presença do antropólogo torna-se logo indesejável quando, por exemplo, seus pareceres não comungam dos ideais tecnicistas legitimados pelo Estado, como parece ser o caso do trabalho desenvolvido por Scott (2009), ao analisar a situação de agricultores – reassentados rurais – diante da construção da barragem de Itaparica. Incomodo semelhante aparece em análises que expõem as contradições advindas da relação entre instituições – públicas ou ONGs – que prometem melhorias para as vidas de crianças e adolescentes pobres. O que pode se dar na distância estabelecida entre os “menores” e suas famílias, que terminam por reificar desigualdades (FREITAS, 2000), ou mesmo na tensão entre os agentes disciplinadores e as famílias, como bem percebeu Fonseca (2000) ao perceber como isso se dava em relação a antiga FEBEM. Essas análises não pretendem desconsiderar os avanços representados, mas buscam distanciar de qualquer percepção que os sacralize. Os próprios militantes falam sobre “ter muito a se conquistar”, mas parecem resistir a qualquer análise que se proponha a criticar as categorias e representações por eles próprios acionadas. Por exemplo, com o advento do ECA, ocorre no Brasil toda uma reestruturação do funcionamento dos abrigos, além desta tarefa ser gradativamente assumida mais por ONGs do que por organizações governamentais.

Dentre estas mudanças, as “Casas-Lares” aparecem como uma inovação, já que ao invés de seguirem o modelo tradicional de abrigos – grandes e sem espaços individualizados – imitam uma casa, buscando obedecer à legislação, oferecendo aos menores um ambiente familiar “ideal”, provavelmente antes não conhecido. Isto deverá ser proporcionado por uma “mãe social”⁶⁰ (Lei 7644/1987), uma pessoa remunerada, com carteira assinada, responsável por um número específico de “menores”, geralmente dez. Tal opção pode ser vista como “caminho do meio”, tendo em vista que atualmente não é tão comum encontrar-se famílias com dez filhos.

Ora, o importuno olhar antropológico vai levantar alguns questionamentos, buscando pensar sobre até que ponto estas “casas-lares” são de fato uma inovação, ou mesmo

⁶⁰ **Art. 4º** - São atribuições da mãe social: **I** - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; **II** - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes; **III** - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhes forem confiados.

até onde elas fazem oposição ao modelo tradicional. Os defensores deste tipo de instituição vão evocar a prática do acolhimento familiar como sendo uma vantagem já que reproduziria a família nuclear – pai, mãe e filhos. Porém, a prática do acolhimento familiar é encontrada muito antes da promulgação do ECA. De forma que parece haver certo esquecimento institucional com a promulgação do Estatuto, por meio do qual tudo que existiu antes dele seja visto como negativo, nada muito digno de se aproveitar.

As autoras destacarão ainda que ,

Embora a referência de modelo seja explicitamente a família nuclear – pai mães e filhos - na prática as “casas-lares” funcionam através do acionamento de redes de ajuda mútua, seja das famílias extensas (tias, avós, etc) dos “pais sociais”, seja através da vinculação religiosa. É comum que a “casa-lar” esteja localizada num bairro onde se encontram parentes da “mãe social”, possibilitando uma partilha do trabalho educativo com outros membros da família. (2009, p. 130)

Este trabalho confirmou que a realidade das grandes cidades, geralmente privilegiadas em estudos sobre desigualdade social e/ou focados na questão da construção da infância e da adolescência como um “problema social”, estão presentes em municípios menores. O fato de que em uma cidade com pouco mais de 60.000 habitantes contar com duas instituições-abrigos foi bastante significativo, informando preliminarmente de que existiria ali uma predominância de situações que justificavam, seja de acordo com o olhar jurídico, ou mesmo das famílias das classes populares, a permanência dos “menores” nesses espaços. Além destes os funcionários destas instituições construíram toda uma argumentação de forma tal que justifique algumas atitudes: defendiam a permanência das crianças na instituição, mesmo que falem que isto deveria ser temporário.

Se antes de iniciar o trabalho de campo não havia tomado conhecimento da existência do Lar de Nazaré, bastou que fossem estabelecidos os primeiros contatos no Kamartelo. Dalva e Neiva, interlocutoras, haviam posto os filhos na AME mediante exigência do Conselho Tutelar. Elas explicaram que tinham de deixá-los lá, pois os conselheiros ameaçaram tirar seus filhos caso os mantivessem naquele ambiente impróprio. A filha de Neiva havia passado quatro meses no LN, após sair do “projeto do pastor”.

Sua filha, uma adolescente com quinze anos de idade, fora assistida por aproximadamente quatro anos sendo inclusive apadrinhada por “um padrinho americano”, como fez questão de ressaltar orgulhosamente a mãe. Porém, um acontecimento pareceu abalar a relação supostamente harmoniosa do pastor e sua esposa com a menina: ela havia

sido encontrada aos beijos com o filho mais velho do casal⁶¹. Quando a “pastora” os encontrou não tardou em bater-lhes com uma vara, um pedaço de galho de goiabeira⁶². Isto teria gerado uma celeuma tão grande que quando seu ex-marido ficou sabendo do ocorrido e disse que não admitia que ninguém “relasse a mão em sua filha⁶³”. Foi a sede da ONG e levou-a de lá.

Apesar da história ter sido confirmada pela “pastora”, os conselheiros tutelares ao serem perguntados sobre se tinham conhecimento de algum tipo de agressão física por parte dos diretores do “projeto” em relação às crianças e adolescentes ali assistidas, afirmavam que apesar de sempre ouvirem estas acusações, principalmente das mulheres, mãe das crianças, nunca haviam comprovado tais atos, tendo em vista que tinham confiança na figura do pastor e, apesar das críticas ao seu trabalho, não tinham dúvidas quanto ao seu “caráter”. Isso permite pensar que em seu quadro de valoração, a figura do pastor seria vista como impoluta, em detrimento das mulheres que o acusavam de maus tratos.

Em geral as críticas tinham mais a ver com o fato da instituição atender juntamente a meninos e meninas. As críticas a instituição aparecem abrandadas pelas críticas a injustiça do poder público municipal que, na época, oferecia muito apoio ao LN, mas não fazia o mesmo com o “projeto”. Diziam não compreender, já que o “pastor também presta um serviço a sociedade, mesmo que de forma precária”. Chegaram inclusive a afirmar que se a AME tivesse acesso, por exemplo, ao investimento de R\$ 110.000 reais direcionados ao LN, teria realizado muito mais coisas do que a instituição católica.

Ao ser tirada da AME, a menina logo foi encaminhada ao LN⁶⁴. Fora a primeira vez que ouvia falar da instituição. A filha de Neiva passou apenas dois meses ali, segundo a diretora da instituição, isto se deu porque a “menina não se adaptou” as “regras da casa”.

⁶¹ Quando Mário falou sobre esse assunto afirmou que a garota estaria “corrompendo” seu filho.

⁶² Tal história foi-me contada por Neiva e Dalva nesse momento e depois, sem que eu perguntasse, foi confirmada pela própria “pastora”, que ao saber que tinha conhecido as duas mulheres foi logo perguntando em tom irônico: “E aí, te contaram que eu bati na filha delas e no meu garoto?”

⁶³ A “pastora” respondeu a isto dizendo que se sentia no direito de bater em seu filho e na garota, pois ambos encontravam-se sobre sua responsabilidade. Ela ainda vai dizer que não compreendia que a AME era apenas uma ONG, mas uma família, e por isso poderia usar da atribuição. Neiva relatou que a mesma justificativa foi utilizada quando sua filha chegou em casa com o cabelo cortado. Mesmo contrariando a vontade da adolescente e de sua mãe, a “pastora” afirmou que ela é quem estava cuidando da garota, portando podia decidir coisas do tipo.

⁶⁴ Em diversos momentos ouvi que a menina não podia ficar com sua mãe por dois motivos: o fato de sua casa funcionar durante o dia como bar e ter os quartos alugados por homens, clientes de algumas prostitutas; e por Neiva ter supostamente leiloado a virgindade da filha, e que só não teria tido sucesso devido a intervenção dos conselheiros tutelares. Apesar dessa história não ter sido confirmada, não foram poucas as vezes que ouvi falar desta prática, como algo comum, no cotidiano do Kamartelo.

Noêmia conta que quando a garota chegou lá queria enfrentar todos, fossem as monitoras ou mesmo ela. Por isso não demorou a deixar claro para a menina que “ali as coisas eram diferentes, que não ia admitir que ela ficasse com seus mandos e desmandos”.

A segunda referência ao LN se deu durante uma conversa com dois conselheiros tutelares, os quais explicaram não haver nenhuma instituição-abrigo municipal, ressaltaram a existência da AME, instituição evangélica, dirigida pelo pastor Mário, e o LN, de orientação católica, fundada há mais de cinquenta anos. De acordo com deles “O Lar de Nazaré é uma instituição que trabalha com crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas de maus tratos, negligência e abuso sexual.” No entanto, explicaram que o abrigo só acontecia quando as crianças e adolescentes tivessem passado os quarenta e cinco dias permitidos por lei na Casa de Passagem, local, idealmente⁶⁵, de caráter temporário onde deveriam ficar até que sua situação familiar fosse resolvida, seja com seu retorno para casa - encaminhamento para uma “família substituta” – ou, em último caso, para o abrigo.

A distância entre o que os conselheiros tutelares diziam acontecer e o que de fato ocorria na prática era enorme. Muitas vezes os “menores” eram encaminhados para o Lar de Nazaré sem passar pelo CT ou que ao menos isto fosse do conhecimento do Ministério Público, levando a um caminho inverso ao proposto no ECA. Esta contradição também foi percebida na prática ligada à Casa de Passagem. Não foi incomum encontrar ali “menores” residindo há mais de quatro meses. O que, segundo as funcionárias, se dava, dentre outros fatores, pela morosidade do judiciário, que não acelerava os processos de destituição do *poder familiar*. O que parecia se intensificar quando se tratava dos processos de guarda e adoção. Segundo estas interlocutoras o número de famílias em Penedo interessadas na adoção era grande. Diante de todo esse quadro, não foi surpresa descobrir que tanto na AME quanto no LN existiam muitas crianças e adolescentes abrigados há anos. O que apenas reflete uma realidade nacional, apresentada, por exemplo, na pesquisa coordenada por Claudia Fonseca (2005) sobre a existência e dinâmica dos abrigos para crianças e adolescente em Porto Alegre. Após a conversa com os conselheiros dirigi-me ao LN. Ao longe, o prédio já se impunha como um gigante, quando comparado às casas que o rodeiam, em sua maioria pequenas. O prédio podia ser visto com nitidez há mais de trezentos metros. Não houve como não lembrar as descrições de Foucault (1974) dos conventos e prisões: um prédio retangular, com muros

⁶⁵ Destaco que isto se trata de um ideal que não vem sendo uma realidade em Penedo. Neste período existiam crianças e adolescentes na Casa de Passagem há mais de quatro meses, sem que nada fosse resolvido em relação a sua situação.

altos. Faltavam ali apenas as torres de sentinelas, muito comuns nos presídios e em instituições de reclusão socioeducativa para “adolescentes em conflito com a lei”.



Figura 9 -Lar de Nazaré 1



Figura 10 -Lar de Nazaré 1



Figura 11 – Lar de Nazaré 3



Figura 12 – Lar de Nazaré 3

A instituição encontra-se bem afastada do centro da cidade. Vizinho ao prédio existe outro abandonado onde funcionou a ala da instituição destinada a meninos, mas que foi abandonado definitivamente quando há aproximadamente vinte anos a instituição passou por fortes crises financeiras. Atualmente, na parte anterior do terreno, foram construídas pequenas residências, de apenas um cômodo, habitadas por uma família em troca de serviços; como tirar entulhos, arrancar mato, entre outros serviços.

A fachada amarela, desbotada pelo tempo, exibia logomarcas de seus parceiros institucionais: Petrobrás⁶⁶, CMDCA e Prefeitura Municipal de Penedo. Um portão de ferro dava para a entrada da instituição. No rol de entrada, um tipo de varanda, via-se uma representação de Nossa Senhora de Nazaré em um dos cantos. Do outro lado, um cartaz dizia: “Para um grande lar é preciso uma grande família”. No centro do pátio havia outra imagem da santa, sobre um alto pedestal. Conversar com a diretora, na sala em que fazia o atendimento ao público, só confirmou a força do catolicismo na dinâmica institucional: as paredes estavam repletas de fotografias de padres – uma delas do Papa – e representações de outros santos do panteão católico.

O cenário lembrava um convento, com seu espaçoso pátio, ladeado por dois corredores onde ficavam diversas salas, dentre elas uma que servia de capela. Havia também um grande refeitório com mesas e bancos de alvenaria com acesso à cozinha onde eram preparadas as refeições, onde comiam as monitoras, professores contratados e, eventualmente, a diretora da instituição. De frente para o refeitório havia outra sala, na qual se via uma cadeira de salão de beleza, dessas usadas para lavar cabelos. Ao lado havia um banheiro com cinco chuveiros. De frente para o pátio, oposto ao portão de entrada, havia outra sala de refeições – exclusiva do padre -, totalmente destoante das demais: uma grande mesa de madeira maciça com quatro cadeiras do mesmo material, em um dos lados havia uma cristaleira com diversos copos e taças. Quando as grandes janelas desta sala estavam abertas, ganhava-se uma visão ampla do pátio.

Uma das internas – Rebeca - foi designada para me acompanhar em uma espécie de *tour* ao primeiro andar do prédio, onde ficava um dormitório coletivo – repleto de camas beliches – uma sala de estar, entre o dormitório e o quarto onde dormiam as monitoras. Enquanto andávamos pela instituição, a garota explicou que as “aulas de reforço”, ao

⁶⁶

Através de um Projeto Nacional que beneficia algumas ONGs: Petrobrás Fome Zero.

contrário do que informara Noêmia, haviam encerradas, não tendo os contratos renovados pela instituição.

Tanto no discurso inicial da diretora, como em alguns posicionamentos mantidos ao longo de todas as conversas, existia um constante cuidado em apresentar as atividades da instituição as baseando em um *tipo ideal*, de modo que parecia se esforçar para não expor os problemas enfrentados. Suas reclamações giravam ao redor do orçamento decorrido principalmente da diminuição no valor pago ao “Projeto Lar de Nazaré”, patrocinado pela Petrobras; e do desinteresse do atual prefeito de Penedo, que havia derrotado o candidato apoiado abertamente pelos representantes do LN. De forma geral, parecia que a imagem antiga da instituição servia de certo saudosismo não só para a diretora, mas a muitas pessoas que trabalham ou trabalharam na instituição. Na década de cinquenta, o Padre Alberto havia ganhado o terreno para a construção da sede definitiva do LN, construindo o prédio com a ajuda das doações e ofertas da população penedense. Neste período eram ensinados ali trabalhos como panificação, marcenaria, corte e costura⁶⁷, etc. A maior parte dessas atividades não fazia mais parte do presente da instituição, e sim de um passado que sua atual diretora não havia conhecido.

Foi interessante observar que a garota que me apresentou esta parte da instituição era considerada pela diretora como um exemplo da eficácia institucional na “melhoria das vidas”: calma, prestativa, educada e estudiosa. Essas eram as características destacadas por Noêmia. Em 2009, Rebeca completou dezoito anos e estava prestes a concluir o Ensino Médio, de modo que Noêmia já havia garantido a ela uma bolsa de estudos integral em uma faculdade particular de Penedo. Ela falava com grande orgulho, poiso sonho da garota era ser bióloga.

Em julho de 2008 os contatos com o LN foram retomados. Se por um lado foram intensificados, por outro lado o acesso às informações tornou-se mais difícil. O que não surpreende, tendo em vista que a relação entre a antropologia, ONGs e segmentos dos movimentos sociais é frequentemente tensa. O que se dá em parte pelos interesses e olhares distintos. Com relação ao Lar de Nazaré, isto pareceu ser potencializado tão logo os funcionários da “casa” tiveram conhecimento de que algumas mulheres, mães das “internas”, também estavam sendo entrevistadas. Isto pareceu reforçar ainda mais os estigmas que eram

⁶⁷ Esses trabalhos também traziam em si todo um recorte de gênero: marcenaria, panificação, mecânica, dentre outros, eram cursos oferecidos para os meninos, enquanto outras atividades como corte e costura eram direcionadas para as mulheres.

dirigidos a essas mulheres. Frequentemente era alertado sobre “o perigo dessas mulheres atrapalharem a pesquisa”, pois “não sabiam de nada”.

Outra característica importante relacionada ao Lar de Nazaré é o fato de se tratar de uma ONG de orientação católica, atuante na cidade há mais de cinquenta anos e fundada por, um padre, hoje monsenhor, de 84 anos, que além do LN, fundou outras instituições de natureza semelhante. Uma delas era frequentemente apontada como a mais bem organizada: “Casa de menina”, localizada em Arapiraca, uma das maiores e mais desenvolvidas cidades de Alagoas.

O tempo de fundação do LN indicava que sua atuação datava de quarenta anos antes da promulgação do ECA. O que reforçava a importância de se conhecer sua história; dinâmica atual, diante das mudanças legalmente impostas pelo Estatuto; parcerias e conflitos com os órgãos públicos; assim como com as famílias cujas filhas encontravam-se abrigadas. É com relação a essas últimas que apareceram as maiores contradições entre o discurso institucional e a prática estabelecida: ao mesmo tempo em que, nas palavras da diretora, a instituição tinha como prioridade a reintegração das crianças e adolescentes às suas famílias, parecia construir-se uma dicotomia na qual o LN aparecia inúmeras vezes como um “bom lar”, muito melhor que os de origem.

Antes de se aprofundar às questões suscitadas pelo trabalho de campo, faz-se necessário apresentar um panorama geral sobre como a questão da institucionalização tem se dado no Brasil, evidenciando sua presença e legitimidade na realidade nacional.

4.1 “Novos” discursos para antigos problemas: abrigos para crianças e adolescentes no Brasil

Basta que se faça uma breve busca na internet que logo se constatará a quantidade de artigos, *sites*, debates e pesquisas acadêmicas ou realizadas por instituições e órgãos governamentais ou ONGs, voltados para a questão dos abrigos ~~voltados~~ para crianças e adolescentes. A Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal define os abrigos como “um espaço de proteção, provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes privados da convivência familiar e que se encontram em situação de risco pessoal e social”. (BRASIL, 1990).

Ora, não é de surpreender que o caráter provisório do abrigamento ganhe contornos de uma permanência, às vezes preferida em relação ao retorno do “menor” para sua família. Esta por sua vez, como já venho destacando, aparece na figura do grande vilão. Percebe-se apenas uma constatação de que determinadas famílias são “problemáticas”, porém, mesmo quando se busca explicar qual a compreensão sobre este termo, as respostas tendem a centrar nas famílias, como já dito, idealizadas como tendo de agir e gerar efeitos “positivos” sobre crianças e adolescentes.

Se a permanência dos abrigos na realidade social brasileira é esta “realidade que não deveria existir”, no máximo um “mal necessário”, funcionando não como um lar fixo, mas intermediário, não deve passar despercebido pelo olhar do pesquisador o fato de que todas as pesquisas atuais mostram que a experiência de abrigamento está longe de ser transitória para uma grande parcela de crianças e adolescentes pobres.

De acordo com a pesquisa nacional realizada pelo IPEA⁶⁸ (2004), no nordeste encontram-se apenas 19% dos abrigos brasileiros, contrastando com a região Sudeste com mais de 49%. Interessante notar ainda dois dados contemplados pela pesquisa: do total de instituições pesquisadas 65% são de abrigos não governamentais e mais 60% de orientação católica. Em sua maior parte foram fundadas após a promulgação do ECA e parecem obedecer suas exigências ao buscar limitar a quantidade de “menores” assistidos a vinte e cinco. Além disto, a maioria dos abrigos parece atender a um público misto – meninos e meninas –, embora apresente uma maioria masculina. A maioria dos assistidos encontrava-se nas instituições por um período de mais de dois anos, contrariando seu caráter temporário.

Em todo o estado de Alagoas havia 747 crianças e adolescentes abrigadas, distribuídos entre as vinte e sete instituições. Estes dados foram apresentados durante uma reunião convocada pelos desembargadores com os representantes de abrigos no estado, ocorrida em junho de 2009⁶⁹. Os principais temas abordados nessa reunião foram: o tempo que os “menores” permaneciam abrigados e os problemas e irregularidades encontradas na maior parte dos abrigos. Apenas duas instituições foram avaliadas como estando aptas ao serviço. O que não era o caso do Lar de Nazaré, como bem destacou Noêmia ao explicar que por esse motivo não poderia mais fornecer acesso ao estatuto interno da instituição, como havia prometido.

⁶⁸ O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. (IPEA, 2004).

⁶⁹ <http://www.tj.al.gov.br/corregedoria/?pag=verNoticia¬icia=110>

Se por um lado o tempo de fundação do LN parecia atestar a seriedade e importância de seu trabalho, por outro, parecia incomodar a muitos agentes estatais que não viam a instituição cumprir com os princípios que passaram a reger as políticas públicas nacionais. Para eles, a instituição havia se adaptado apenas formalmente aos ditames do ECA, mantendo uma postura salvacionista e assistencialista, além de muitas vezes manter uma autonomia que pouco agradava aos órgãos públicos. Estes embates se evidenciavam principalmente nas críticas dirigidas por alguns conselheiros tutelares e, ainda mais, por funcionários do CREAS.

O contato mantido com o LN, apesar de tenso, possibilitou o acesso a inúmeras situações cotidianas: a divisão de tarefas entre as “internas”; como estas se relacionavam com funcionários da instituição – principalmente com a diretora e as duas monitoras; e com as crianças e adolescentes que não residiam na instituição – “semi-internos”. Além disso, puderam-se acompanhar as visitas de domingo, quando algumas “internas” recebiam principalmente suas mães e/ou irmãos. O que facilitou o acesso a algumas mulheres que viriam a ser interlocutoras.

4.2 Discursos, fachadas, representações: o Lar de Nazaré como uma “nova casa”

Retomando a discussão na qual Claudia Fonseca e Patrice Schuh abordam a questão do abrigamento na atualidade demonstrando a dicotomia entre a forma como se exaltam as “casas-lares” em detrimento dos abrigos tradicionais. O Lar de Nazaré, a exemplo de outras instituições em todo o Brasil, parece misturar essas categorias. Mantém uma estrutura tradicional, tendo chegado a atender mais de cem “internas”, porém busca estabelecer, com as aproximadamente trinta garotas que assiste atualmente, uma relação familiar. O próprio nome da instituição parece anunciar tal natureza. Ao menos idealmente pretende ser uma casa, um lar, que através das atividades diariamente oferecidas profissionalize os “menores” assistidos.

Ao longo da pesquisa, houve uma enorme dificuldade em compreender qual o real propósito da instituição. O tempo que boa parte das garotas permanecia abrigada parecia divergir do caráter temporário de sua estadia na instituição. Em sua maioria encontravam-se há pelo menos dois anos, algumas já estavam ali há mais de oito anos. Com o passar do tempo pôde-se construir um quadro através do qual se tornou possível perceber que não era a prioridade da instituição. No entanto, seus principais objetivos – verbalizados pelos

funcionários – pareciam se chocar bastante com sua prática cotidiana. Exemplo principal disto era o fato de ouvir constantemente que a prioridade da instituição era reintegrar as “menores” às suas famílias de origem.

“Para um grande lar é preciso uma grande família, seja bem vindo.”

“Ajude-nos e nós mudaremos o mundo”

“Elimine a miséria do mundo e dê prioridade ao ‘menor’.”

“Quem acolhe o menor a mim acolhe (Palavra do Senhor)”

As frases acima representam apenas alguns dos muitos dizeres distribuídos em cartazes pelos corredores e salas da instituição. O apelo assistencialista parece se chocar com o caráter temporário de permanência das “internas” na instituição. O que é reforçado pela caracterização desta enquanto um “novo lar”. Ali, os “menores” aprenderiam a desenvolver novas habilidades, contrariando assim o que lhe era oferecido por suas famílias, as quais muitas vezes foram apontadas como as principais responsáveis pela iniciação das garotas na prostituição.

Não poucas vezes falou-se de que ali as “internas” aprendiam a “se comportar direito”, sabendo que se não o fizessem retornariam para suas “antigas vidas”. Isto vai aparecer, direta e indiretamente, em tom de ameaça, e, conseqüentemente, vai construir uma visão dicotômica através da qual o contexto familiar aparece como ruim, ao contrário da instituição, considerada muitas vezes a “última chance” dessas meninas. Não é exagero afirmar que ao estigmatizar as famílias e, principalmente, as mulheres, a instituição acaba por representar-se como uma “Grande Mãe”, capaz de dar a educação e os limites que as mães das “internas” não conseguiram.

Um primeiro olhar sobre o LN pode nos levar a considerá-lo mais próximo dos modelos tradicionais de abrigos. O que se dá pelo período de sua fundação, por algumas práticas mantidas e pelo tamanho do prédio. No entanto, um olhar mais apurado mostra que muitas de suas práticas a afasta desse modelo, estando, inclusive mais próximos dos modelos das casas-lares. Isto é percebido desde o nome da instituição à forma como seus funcionários se relacionam com as “internas”.

De segunda à sexta, através de um convênio com a Petrobras, a instituição atende também à “menores” moradores das vilas circunvizinhas, os quais, juntamente com as “internas”, têm cursos de informática, aulas de dança, educação física, etc. Nesses momentos,

“internas” e “semi-internos” se misturam, tornando, no caso das meninas, difícil para o pesquisador distinguir entre quem reside ou não na instituição.

Certa vez, estava no pátio pulando cordas com algumas garotas, quando um adolescente – um “semi-interno” – foi chamado à atenção por uma das “internas” por ter jogado lixo no chão. Ele não só ignorou o que ela disse como zombou da garota. Esta, ficando impaciente, gritou por uma das monitoras, que por sua vez veio em seu socorro. Explicou ao garoto que ele tinha de respeitar aquele espaço, pois não é a casa dele, mas era a casa dela. Depois a monitora abraçou a garota e lhe deu um beijo. Feito isso, a monitora explicou que tinha de tomar esse cuidado porque os meninos do “projeto” – outro nome utilizado para os “semi-internos” passam apenas parte do dia ali e vão para suas casas e suas famílias, enquanto que as “internas” moram no local.

Os “semi-internos” se dividiam em dois grupos mistos: aqueles que estudavam no período da tarde passavam a manhã na instituição, recebiam um lanche, mas almoçavam em casa, e de lá iam para a escola. O segundo grupo vinha à tarde, também recebia um lanche e voltavam para suas casas após as dezessete horas.

A própria forma das monitoras e a diretora permitirem ser chamadas de “tias” reforça uma busca por caracterizar esse espaço como uma nova e melhor família. Isto me pareceu reforçado durante a conversa com a psicóloga do CREAS que me explicou que para ela ser mãe estava relacionado não a um “instinto materno”, mas ao fato de alguém exercer o papel de cuidadora, isto é, de dar carinho e proteção ao “menor”. Em sua opinião as monitoras do LN, estariam muito mais próximas de serem as mães das “internas” do que suas mães biológicas, já que eram as “cuidadoras”. Eram elas quem passavam os dias junto as meninas, dormindo com elas, impondo-lhes limites que suas famílias não queriam ou não sabiam impor, enfim, agindo como mães.

Outra semelhança entre a dinâmica do LN e as “casas-lares” é o fato dos familiares de Noêmia, principalmente seus filhos, mesmo sem ser empregados da instituição estavam sempre por lá, “dando alguma ajuda”, participando do cotidiano, sendo também chamados de “tios”. Quando necessário substituíam a mãe a frente da instituição, quando ela precisava se ausentar. No entanto dizia não empregar seus filhos ali, pois não precisavam. Era preferível ajudar pessoas mais necessitadas, como as monitoras.

Seja ao falarem de suas famílias ou ao lidarem com as “internas”, as funcionárias do LN parecem, a exemplo dos agentes estatais, exaltar certo modelo familiar capaz, ao

menos em parte, de ser encontrado na instituição. O que pareceu ser reforçado pela desconfiança que Noêmia demonstrava ter nos processos de adoção. Ela embasava seu “trauma” com o exemplo de uma criança recém-nascida, “filha de uma doente mental”, que foi adotada por uma família e com pouco tempo “devolvida”.

Ela explicou que considerava a menina como “se fosse sua filha”, costumando levá-la para sua casa aos fins de semana. No entanto, não via necessidade em dar entrada em um processo oficial de adoção, tendo em vista que passa mais tempo na instituição do que em sua residência, e que se fizesse isso não ficaria tanto tempo com a garota.

De fato, a criança em questão pareceu usufruir de um tratamento diferenciado, tanto pelas monitoras e as demais “internas” quanto por Noêmia e sua família. Nenhuma de suas roupas ou brinquedos era de doações. Geralmente eram compradas por Noêmia e sua filha. Estas também pagavam uma “escolinha particular” para a menina.

O caráter filial pareceu, neste caso específico, reforçado pela caracterização da mãe: “Ela é louca, não pode ficar com a filha”. Tal afirmação parecia por um ponto final na questão, justificando, inclusive, que a mulher fosse terminantemente proibida de visitar a filha.

“Ser louca” e “tomar remédios controlados” foram categorias articuladas constantemente, principalmente pela diretora, como forma de deslegitimar algumas mulheres. “Coincidentemente” isto foi percebido com relação àquelas mulheres que se demonstravam insatisfeitas com a permanência das filhas na instituição.

Enquanto esperava ser atendido por Noêmia, uma mulher – a mãe da garota citada acima – se aproxima perguntando pela diretora. Antes que eu pudesse dizer que ela já viria, uma das “internas” se adiantou dizendo que Noêmia havia saído com a garota.

O discurso do LN como uma “grande família” desencadeava toda uma exaltação da assistência a essas garotas como uma chance “que a vida lhes deu” de transformarem suas vidas, de “conhecerem a realidade”. Enfim, falava-se constantemente em uma gama de maneiras de se “melhorar” a vida dos menores.

4.3 “Transformando” vidas, “mostrando a realidade”: promessas de melhorias na vida dos “menores”

O discurso positivo dos diferentes funcionários da instituição sobre a forma como esta busca realizar seu trabalho certamente não causou surpresas. Quando os indivíduos fazem parte de um grupo – associação, cooperativa, ou uma determinada instituição –, mesmo que tenham pontos de vista divergentes, estes não apareceram com facilidade para um observador *outsider*. Um dos discursos centrais presentes nas conversas com funcionários do LN foi a importância de “se mostrar a realidade” para os “menores”, isto é, mostrar o certo e o errado, algo que suas famílias não conseguiram fazer. Neste ponto tão recorrente pôde-se perceber algo interessante: o LN significava, principalmente para as “internas”, a oportunidade de não seguirem, em alguns casos, os mesmos passos de suas mães. O que lembra bastante os discursos de alguns dos agentes estatais. Essa familiarização do discurso institucional, capaz de moldar os indivíduos assistidos de maneira “positiva”, oferecendo-lhes a “grande oportunidade” – não trilhar os mesmos caminhos que seus pais.

No caso da dinâmica do LN isto apareceu, por exemplo, na dificuldade da família em visitar as “menores” além das duas horas reservadas ao horário de visita aos domingos. Foi inevitável não remeter ao “horário de visitas” muito comum em presídios e hospitais. A família de origem das “internas” teria apenas três horas por semana para interagir com suas filhas/irmãs/netas, etc. Isto foi bastante criticado, principalmente pelo promotor da infância e a psicóloga do CREAS. Esta última, sempre criticando a atuação da instituição, dizendo que se esta preconiza a reintegração do “menor” à sua família deveria levá-lo a passar mais tempo com seus familiares, no ambiente de suas casas e não o contrário.

Uma das formas de “transformar as vidas” dos “menores” seria, para os funcionários do LN, as atividades ali desenvolvidas – apresentadas no primeiro capítulo –, através das quais exerceriam algum tipo de trabalho quando dali saíssem. O que serviria, inclusive, para ajudar suas famílias. Além dessas atividades, as “internas” participavam também de algumas solenidades para as quais a instituição era convidada. Nesses momentos as meninas apareciam de forma bastante diferente de como eram encontradas cotidianamente no LN. Os cabelos geralmente desgrehados recebiam o coque como penteado padrão. As roupas velhas – shorts de *lycra* e camisetas promocionais, geralmente do projeto da Petrobrás

– eram trocadas por um uniforme que, se não era novo, era bem guardado para as solenidades. Todas ficavam perfiladas, em silêncio, diante do rigoroso olhar de Noêmia.

Se, para os funcionários da instituição, todas as atividades que desenvolviam cumpriam com a promessa de “transformar as vidas”, o mesmo não pode ser dito da impressão que tinham os agentes do Estado. Para estes, elas não tinham o potencial de “preparar para o futuro”, mas de ocupar o tempo ocioso. Apesar de isso ter aparecido em tom de crítica, parecia guardar um ponto de concordância: todos pareciam acreditar que era melhor manter a “cabeça ocupada” do que manter os “menores” nas ruas, ou mesmo, em alguns casos, com suas famílias, onde teriam mais oportunidades de se tornarem “adultos perigosos”. Isto deslegitima tanto essas famílias quanto as práticas recreativas cotidianas dos jovens pobres, ou pelo menos, as caracteriza como sendo potencialmente perigosas. Monica Franch (2002), ao estudar as formas de sociabilidade e uso do tempo dos jovens de periferias de Recife, vai dizer que as

[...] práticas enraizadas no cotidiano, mais diretamente ligadas às redes de vizinhança e parentesco que não comportam, a princípio, propostas de transformação da ordem social. O tempo livre cotidiano dos jovens da periferia continua sendo enxergado, usualmente, sob os prismas da carência (destacando-se tudo aquilo que os jovens não fazem), da ameaça (sobretudo, em relação à violência) e da alienação (em contraposição a práticas consideradas *engajadas*), perspectivas que têm redundado num desinteresse e até depreciação de grande número de atividades que os jovens desenvolvem quando não estão na escola ou trabalhando. (2002, p. 119)

Dentre as atividades condenadas na dinâmica da instituição estava assistir às novelas de determinadas emissora, consideradas pela diretora como “mais eróticas”, servindo como mais um estímulo para a iniciação “precoce” das garotas. Isto evidenciou um dos principais cuidados tomados pelos funcionários: o controle da sexualidade das “internas”. Estranho foi não perceber preocupações semelhantes tanto com alguns filmes que eram assistidos quanto nas letras das músicas comumente ouvidas e dançadas pelas garotas. Muitos dos filmes assistidos, principalmente aos domingos à tarde, eram voltados para as artes marciais, mesclando com as diversas cenas de violência e algumas outras de sexo. Além disso, as músicas que predominavam nos ensaios coreográficos eram de bandas como “Aviões do Forró” e “Calcinha Preta”, famosas pelo apelo sexual de suas letras. Algumas das quais estavam presentes nas “novelas proibidas”. Uma destas tinha como refrão: “Você não vale nada, mas eu gosto de você”.

Não se trata de condenar esse ou aquele tipo de ritmo ou as letras de músicas, porém de problematizar como a preocupação em preencher o tempo das “internas”, mantendo-as o máximo de tempo possível dentro dos muros da instituição, pareceu ser maior do que o tipo de aprendizado a que eram submetidas.

Noêmia, se dizendo “muito viva”, disse ter uma rede de relacionamentos pessoais e institucionais, através da qual mantinha as “internas” “sobre controle”. Isto servia tanto como garantia de que as garotas iam para a escola – aonde iam, geralmente, desacompanhadas – quanto para reprimir as tentativas de fuga. Elas também eram proibidas de namorar enquanto não completassem dezoito anos e/ou permanecessem abrigadas.

Tal controle se mostrou ainda mais intensificado no caso das garotas “mais danadas”, aquelas que, segundo Noêmia, tinham “a sexualidade mais a flor da pele”, seja pela idade ou mesmo por antes de chegarem à instituição já terem uma “vida sexual ativa”. Exemplo disso foi o caso de três garotas que fugiram da instituição e foram para a casa de um rapaz no Kamartelo, um conhecido traficante. As garotas teriam se juntado, usado uma escada, pulado o muro de trás da instituição e ido à casa do rapaz. Após esse evento a diretora reforçou a vigilância sobre as “internas”, marcando quanto tempo levavam para ir do LN às escolas, pedindo que professores e direção ligassem caso elas não chegassem dentro do tempo previsto.

Geralmente o Padre Alberto passava as quintas-feiras na instituição. Para as monitoras este era um dia tenso, pois tinham de se esforçar para manter os “menores” – “internas” e “semi-internos”- em silêncio para que o clérigo pudesse descansar. Quando despertava, monsenhor Alberto mantinha conversas com as crianças e adolescentes. As temáticas principais giravam em torno da importância da fé católica. O que reforçava a visão de Noêmia, que havia defendido a religião como indispensável, já que nesses encontros o padre falava de valores como família, casamento, trabalho, etc.

Como falar sobre o uso de preservativos e outros métodos contraceptivos fere os princípios da Igreja Católica, o padre não os aborda, mas não os proíbe. Como disse uma das monitoras “Ele faz vista grossa, pois sabe que as meninas precisam disto”. De forma que, a própria Noêmia dizia manter algumas dessas conversas com as “internas”, como também contatava periodicamente agentes de saúde que ministravam palestras.

4.3.1 O “indispensável” papel da religião na “melhoria” das vidas

O discurso religioso permeou todas as conversas com os agentes institucionais. Fossem os representantes estatais ou os funcionários das ONGs, todos destacavam o “indispensável papel da religião”. Uma das conselheiras tutelares ressaltou a importância de se mostrar “o caminho de Jesus para as crianças”, ensinando-as a perdoar suas famílias pelos maus-tratos que lhes infligiram. O juiz destacou tanto a “falta de amor” quanto de Deus como explicação para esses “maus tratos”.

No entanto, foi no LN onde a defesa dos valores religiosos se tornou mais evidente. Noêmia resume o pensamento institucional explicando qual a importância da religião. Ela afirma

Eu acho que é muito importante, é o nosso primeiro trabalho, é com a religião. **A gente vai mostrar a elas o quanto Deus é importante e que sem Deus a gente não sobrevive.** E por aí a gente começa a mostrar a elas o trabalho. Hoje, as que nós temos na casa, felizmente já se entregou a Deus. Elas mesmo fazem as orações delas, dá seis horas da noite **não precisa mais a gente estar mandando.** E a gente acha que é um bom resultado começando da religião. **(Grifo nosso)**

Os “semi-internos” iam para casa logo que o relógio marcava dezessete horas, enquanto isso as “internas” se organizavam para o banho, e, impreterivelmente, às dezoito horas, se reuniam na capela para rezar o terço. Geralmente eram as garotas mais velhas, tanto em idade quanto em tempo de abrigadas, que se revezavam diariamente na direção desses momentos. Noêmia explicou que as garotas não se incomodavam com essa rotina. “De forma alguma! Você pode até chegar às seis horas da noite aqui e você quando chama, você já vê elas fazendo as orações delas”.

No entanto, admitiu que a maioria das garotas chegasse ao LN “muito arredias”. O que reforçava a importância da disciplina, o que se dava também, através das inúmeras conversas que ela e as monitoras mantinham com as recém-chegadas. Ressaltavam a diferença do lugar de onde elas vieram para “o lugar que elas estão agora”.

Após acompanhar uma informante que realizava um trabalho voluntário na instituição – “Projeto Leitura Cidadã” – permaneci no LN conversando com Noêmia. Por volta das dezoito horas não se ouvia qualquer barulho no pátio ou corredores. Viam-se apenas as “internas” correndo para a capela. “É a hora do terço”, disse Noêmia. Fomos até a porta da capela quando terminavam a reza. A pedido da diretora cantaram uma música e subiram para seu dormitório.

Pensar sobre as atividades realizadas pela instituição, a forma como as tarefas são divididas entre funcionários e “internas”, trás algumas reflexões importantes no que diz respeito a disciplinarização do corpo, do tempo, da relação com as hierarquias sociais. A exaltação de determinadas *técnicas corporais* no sentido de Marcel Mauss (2005) terá íntima relação com a identificação da instituição como promovedora de cidadania, outra função que é exigida das famílias.

Como forma de abrandar o possível hiato construído entre os filhos e as suas famílias, assim como para reafirmar o principal propósito de reintegrar as meninas às suas famílias de origem, falava-se sempre que estas deveriam aprender não apenas “novos valores”, mas alguma profissão que as permitissem ajudar na renda familiar quando saíssem da instituição. Como que tentando provar a eficácia desse aprendizado, Noêmia me exibiu esculturas em argila; bonecas feitas com material reciclável; *abajurs* feitos de partes de coqueiros; enfim, uma diversidade de trabalhos manuais, além das aulas de informática.

Na sala onde eram ministradas as aulas de informática havia doze computadores funcionando e mais três ou quatro quebrados. Isto fazia com que os “menores” se revezassem em duplas no uso das máquinas. Além do que, durante a maioria das visitas, pôde-se observar que durante essas aulas as crianças e adolescentes mais brincavam com jogos eletrônicos “educativos” do que aprendiam a utilizar os computadores de maneira “útil” para o mercado de trabalho, cumprindo, assim, tanto com o plano de ação institucional quanto com o projeto financiado pela Petrobrás. O que parecia corroborar com as críticas sobre o caráter profissionalizante de tais atividades.

Vendo as máquinas enferrujadas e obsoletas, escondidas em algumas salas, tinha-se a impressão de que esta característica havia ficado no passado, junto com a utilidade desses equipamentos.

Com exceção das aulas de informática, as demais atividades mantidas por meio de contratos não costumavam ser renovadas após três meses de vigência. Algo lamentado por Noêmia, tendo em vista que quando os “menores” começavam a se acostumar com as atividades elas acabavam. No entanto, ela explicou que isso era necessário para evitar que algum professor alegasse possuir vínculo empregatício com a instituição, como já acontecera anteriormente.

Todo o cronograma de atividades do LN e a rede de contatos estabelecida e acionada por Noêmia - somados à importância da religião -, convergiam para a

disciplinarização das “internas”. De forma que não é exagero afirmar que a dinâmica institucional do Lar de Nazaré se assemelha bastante ao conceito de *instituição total* de Erving Goffman. Sobre este o autor afirma: “ [...] uma instituição total pode ser definida como um local de residência onde um número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. (1997, 11).

Se as internas não perdem totalmente o contato com o “mundo exterior”, isto se dá, como já mostrado, através de densas estratégias de vigilância. O que aparece intensificado na maneira como o tempo é interpretado e utilizado dentro da prática institucional do LN.

4.4 Diferentes formas de se contar o tempo institucional

És um senhor tão bonito/Quanto a cara do meu filho/Tempo, tempo, tempo,
tempo/Vou te fazer um pedido/ Tempo, tempo, tempo, tempo... (...)
Compositor de destinos/ Tambor de todos os ritmos/ Tempo, tempo, tempo,
tempo/ Entro num acordo contigo/ Tempo, tempo, tempo, tempo... (...) Por
seres tão inventivo/E pareceres contínuo/És um dos deuses mais lindos/
Tempo, tempo, tempo, tempo.../

(Oração ao tempo – Caetano Veloso)

Falamos do tempo como quem fala de um ser, alguém vivo que interfere arbitrariamente em nossa frágil ideia de liberdade. Os antigos gregos contavam como Zeus havia derrotado seu pai, Cronos, relacionado ao tempo, e a partir daí, conferindo a imortalidade aos deuses. O homem ocidental, a exemplo do mito de Zeus, parece sempre tentar vencer o tempo, criando estratégias para ter mais tempo. Porém, nessas suas tentativas, aumenta seu fardo, tendo que produzir mais e em menos tempo, sob a égide da ideia de que “tempo é dinheiro”. Esta coisificação do tempo foi percebida por *Sir* Evans-Pritchard (2007) ao observar como o negociamos. A dicotomia anteriormente apresentada entre “cidadãos de bem” e “vagabundos” tem sua base neste uso do tempo. Os primeiros “não perdem tempo”, os segundos não o sabem aproveitar de maneira produtiva. Norbert Elias (1989) também nos lembra que o tempo é uma construção social, interpretado de maneiras distintas, variando de acordo com as diferentes culturas e períodos históricos. Uma mesma sociedade pode apresentar usos e significados distintos ao tempo. Como lembra Monica Franch (2008) “Embora coletivo, o tempo social não é uniforme. Grupos e atividades adotam ritmos e representações temporais próprias, de forma que podemos falar da existência de uma pluralidade de tempos no interior de cada sociedade”. (p.23-24).

A autora ainda destaca em seu estudo que os jovens geralmente são vistos “[...] como detentores de uma temporalidade singular, decorrente de suas diferentes inscrições institucionais (escola, serviço militar, agências juvenis, etc.)” (p.24). Também não se pode perder de vista que o tempo juvenil é visto como alvo de investimento e medo. Diante disto, constroem-se preocupações sobre o bom uso da juventude. Nesse sentido, este trabalho percebe a construção do tempo institucional do Lar de Nazaré como uma busca por se canalizar a energia das crianças e adolescentes a usos “úteis”.

O que irá, em muitos casos, se chocar com o tempo ideal de abrigamento, assim como com o tempo das famílias pobres, cujas filhas encontram-se na instituição. Para algumas dessas, alguns meses já é tempo o bastante de abrigamento. Porém, não é esse o entendimento da instituição. Em outros casos, as famílias irão desejar que as garotas fiquem mais tempo no LN, por compreenderem como tempo ideal para sua saída quando “ficarem de maior”. O que também não contará com a concordância da instituição, principalmente após as exigências do “tempo oficial”, aquele legitimado pelo Estado. Scott (2009) vai perceber esta distância entre o “tempo institucional” e o tempo das famílias de reassentados em Itaparica-PE. Ali o autor percebe como a imposição homogeneizadora de uma temporalidade mascara desigualdades. O autor afirma que

Há uma diferenciação sistemática na perspectiva entre planejadores e administradores de um lado, e vítimas/beneficiados de outro, mesmo que haja confluência de interesses em muitos momentos. Os dois grupos se inserem diferentemente em estruturas de poder mais amplas, levando à adoção de estratégias diferentes de reprodução social dos seus agentes dentro dos próprios projetos de desenvolvimento. (SCOTT, 2009, p.76).

Essa distância percebida pelo pesquisador foi observada de forma semelhante nas observações realizadas sobre a dinâmica institucional do Lar de Nazaré. Neste caso, essa temporalidade institucional choca-se e converge com os interesses de diferentes atores. Na busca por legitimar sua atuação os funcionários do LN irão construir argumentos que justifiquem o tempo necessário para “transformar as vidas” das “internas”, mesmo que isto se choque com o tempo instituído pelo Estado, ou mesmo a custa da estigmatização de suas famílias. O tempo passado com estas, antes do abrigamento, foi muitas vezes apontado como algo ruim, que em alguns casos, deveria ser esquecido. Destacam-se, mais uma vez, a construção do estigma sobre as mulheres, o qual será reforçado com a ausência destas no “tempo de visita”, instituído de forma arbitrária pelo LN.

De acordo com a lei 12010/09, crianças e adolescentes devem passar no máximo dois anos abrigados, excetuando-se os casos em que fossem oferecidas justificativas plausíveis. No entanto, percebe-se uma distância entre este tempo ideal e o “tempo prático”. De modo geral o período máximo tem sido ultrapassado constantemente, transformando-se, dessa forma, a exceção em regra.

4.4.1 O domingo chegou: questões sobre o tempo da visita

Todos os domingos pela manhã as “internas” são levadas para assistir à missa na Igreja de Santa Luzia, no bairro com o mesmo nome. Ao retornar à instituição, o que se podia ver era a agitação comum aos “dias de folga” – sábados e domingos. Elas subiam para o dormitório, trocavam de roupa e desciam. As mais velhas costumam ficar juntas, conversando ou ensaiando os passos de uma nova dança. Enquanto que as meninas mais novas, em geral, corriam pelo pátio ou brincando de pular cordas. Após o almoço, todas se revezavam para tomar banho. Aquelas que podiam escolhiam as melhores roupas. O clima aos domingos era de grande expectativa: era “o dia da visita”.

O horário das visitas começava a partir das quatorze horas, tendo duração de apenas três horas. Enquanto esperavam, as garotas costumavam ficar juntas, ao redor da monitora. Bastava que alguém despontasse que uma delas corria até o portão de entrada e gritava: “Fulana tua mãe chegou”. A garota cujo nome fora anunciado geralmente corria e abraçava seus parentes. Algumas mães, quando não vinham, mandavam seus outros filhos. Porém, nada parecia deixar as garotas mais alegres que a visita materna.

Apesar de toda a expectativa, a maioria tinha certeza de que não iria receber visita de seus parentes. Elas diziam que geralmente só vinham cinco ou seis mulheres por domingo. Isto foi dito pela monitora que, de forma pesarosa, começou a contar que a maioria dessas mulheres morava na cidade, não tendo, a seu ver, motivos para não visitar suas filhas. Ela ainda argumentou – tendo o coro de meninas atrás de si concordando, como que lhe respaldando – que ficava indignada ao perceber que as mulheres que mantêm uma frequência maior nas visitas são aquelas que não moram em Penedo. Independente dos motivos alegados, os funcionários do LN pareciam duvidar da veracidade, a não ser que isso partissem de mulheres que sempre visitavam suas filhas.

Visitar frequentemente ou não logo se mostrou um critério que separava as mulheres em dois grupos: “mães interessadas” e “mães desinteressadas”. Uma dicotomia baseada no tempo em que as mulheres passam sem visitar suas filhas no LN. Algumas vezes o padre Alberto convocava uma conversa com os familiares, cobrando, principalmente das mulheres, que se fizessem mais presentes na vida de suas filhas, vindo mais vezes aos domingos visitá-las. Qualquer justificativa por elas apresentada era geralmente interpretada como “desculpa esfarrapada” ou “desinteresse” por suas filhas. Parecia que antes de darem algum crédito ao que lhes diziam era preciso duvidar de suas intenções. A forte cobrança feita sobre as mulheres, além de reproduzir a ideia de que estas teriam naturalmente maior obrigação sobre o cuidado dos filhos, aparece nesse contexto com a exigência de visitarem suas filhas.

Se nas narrativas dos agentes do Estado a figura paterna aparecia marginalmente e sempre por meio de estigmas, no contexto do Lar de Nazaré isto se intensifica com a vitimização da trajetória das “internas”. Geralmente afirmava-se que eram “bêbados que só apareciam em casa para bater na mãe e nas crianças”.

Em um dos domingos, era aniversário da interna Maria e, para surpresa de todos, sua mãe foi visitá-la. Ela correu para abraçar a mãe com um sorriso “de orelha a orelha”, com lágrimas nos olhos. O comentário da monitora foi: “Pelo menos no dia do aniversário da filha, né...”. Nesse dia, outras três mulheres foram visitar suas filhas. Algumas das quais viriam a ser interlocutoras. Uma dessas mulheres, Tina, era elogiada por sempre comparecer. “Se ela deixar de vir um domingo que seja, a filha fica passando mal”. Algumas meninas costumavam receber visitas de irmãos e primos, sendo dessa forma informadas sobre o que se passava em casa. As mulheres que enfrentavam dificuldades, vindo a pé de outra cidade ou povoado para visitar suas filhas, pareciam se encaixar mais na ideia do mito do “instinto materno”.

Por outro lado, aquelas apontadas como desinteressadas eram vistas como agindo com injustiça para com suas filhas. Os funcionários do LN acreditavam que o fato de uma garota ter sido abrigada era prova da negligência de sua família, principalmente de sua mãe, que não estava “cuidando direito”, impondo os limites necessários. Além disso, se já havia sido negligente antes, não deveria continuar sendo quando sua filha fosse abrigada.

4.4.2 Tempo de abrigamento: entre o dito e o “nãodito”.

Se o tempo que as mulheres passavam na instituição é observado de forma crítica pela direção e demais funcionários, determinando aquelas a serem valorizadas como boas mães ou não, este será contado de forma um tanto diferente no que diz respeito ao tempo que as crianças e adolescentes devem permanecer abrigadas. Esta questão foi provocada pela psicóloga do CREAS, bastante incomodada com os regras de visitação do LN. Quais os motivos que justificavam as famílias só puderem visitar as “internas” aos domingos. Era terminantemente proibido, segundo a diretora, que os membros das famílias visitassem as garotas durante os “dias úteis” – de segunda a sábado. Quando questionei se isso não prejudicava a socialização das adolescentes com as famílias, a resposta soou-me ríspida: “As meninas têm uma agenda cheia, se vierem quando der na telha só irão atrapalhar.”. Tal defesa se dava, segundo ela, porque as meninas precisavam aprender as coisas, inclusive, como gostava de dizer “aprender a realidade das coisas”.

Esta restrição do contato entre as “internas” e suas famílias às três horas do domingo inevitavelmente fazem pensar analogamente sobre o tempo de visita a que os indivíduos presos nas grandes cadeias públicas, semelhantemente proibidos de receberem visitas familiares e outrem durante os demais dias. Ali também se afirma que eles estão presos para que, idealmente, sejam ressocializados. Isto é, como destaca Foucault (1977), as prisões teriam como objetivo principal não reter a força dos presos, mas de serem mecanismos que a multiplicariam de forma a canalizar para algo considerado útil. O que supostamente seria para o “bem” da sociedade. Ora, o autor mostra, ainda, que tal ideia não está isolada nas instituições prisionais, mas em todas as áreas da sociedade, por isso, o poder como buscou compreender, não podia ser tomado ou conquistado, já que se trata de relações sociais de subordinação e sujeição, das quais indivíduo algum estaria imune.

Diante disso é que não se deve estranhar quando se pensa que uma instituição-abrigo teria, tanto em sua arquitetura como em sua política de atuação, intentos semelhantes: fazer das “internas” indivíduos mais “úteis” para a sociedade. Isto legitimaria a visão de que se estas mantiverem um contato mais profundo com suas famílias, poderão se “contaminar” com suas formas de agir e pensar, fazendo com que todo o trabalho da instituição vá “por água abaixo”. Isso se evidencia, por exemplo, quando Noêmia lamenta o fato de que as famílias não dão o “retorno” pelo “bem” que as meninas recebem da instituição.

Ela explicou que as meninas estavam ali aprendendo a ter “limites”, pois chegam muito “rebeldes”, mas quando voltam para suas casas, às vezes em apenas um fim de semana, tudo aquilo é perdido, pois suas famílias “estragam tudo” com seus “maus exemplos”. Em outras palavras, na instituição elas aprenderiam a ser “cidadãs”, como preconizava o projeto apoiado pela Petrobrás. Porém, suas famílias eram apontadas como os maiores obstáculos para essa disciplinarização, uma vez que não haviam interiorizado em suas práticas cotidianas um “bom comportamento”.

Para algumas “internas” os feriados significavam a oportunidade passar um tempo com suas famílias. Em geral ficavam bastante animadas quando algum momento desses se aproximava. No entanto, isto só acontecia com algumas das “internas”. Uma delas, Elisabeth, se mostrava ansiosa no mês de maio, véspera do dia das mães, não pela data em si, mas porque entendia que faltava pouco tempo para as festividades de São João. Chegava a pular de alegria dizendo que ia rever sua mãe. No entanto, ao contrário de outras garotas que passaram o feriado junino com suas famílias, Elisabeth permaneceu na instituição. Noêmia explicou que a menina não estava preparada para passar todo esse tempo com a família, “Não tem nem um ano que ela chegou”.

Declaração reveladora. Ora, a instituição tinha sim algum interesse em promover a reintegração das “menores”, porém depois de certo tempo, ao que parece, o mínimo de um ano. Por outro lado, a diretora falou de uma garota que estava abrigada há sete anos e que da última vez que fora à casa dos seus pais voltara dizendo que não a mandassem mais, pois não queria voltar para casa.

Se o ambiente familiar é tido como prejudicial para as “internas”, a justificativa para que estas fiquem mais tempo nos abrigos está dada. Mas quais os critérios? A instituição não possuía profissionais (assistentes sociais e psicólogos) em seu quadro de funcionários que dessem pareceres técnicos. Só em casos muito específicos costumava-se recorrer ao CREAS.

Mesmo que não esteja aqui defendendo qualquer credibilidade superior ou “neutra” aos relatórios, torna-se um problema quando compreendemos que estes têm tanto o reconhecimento legal quanto a legitimidade da sociedade para analisar as situações das crianças, adolescentes e suas famílias. Noêmia informou que a instituição já contratou uma psicóloga, mas isto demandou muitos gastos, tornando-se inviável a renovação de seu contrato.

Em alguns momentos tornava-se interessante observar as mudanças ocorridas nos discursos dos interlocutores ao longo de todo o trabalho de campo. Noêmia, por exemplo, no começo da pesquisa afirmou com grande veemência que acompanhava não só as “internas”, mas buscava, às vezes pessoalmente, conversar com as famílias. Sua narrativa lembrava, nesses momentos, os pregadores religiosos itinerantes que saem de porta em porta aos fins de semana, quando sabem que as pessoas estarão em casa, pregando “a Palavra de Deus”. Ela dizia que muitas vezes seus sábados, ou mesmo seus domingos – dias de folga – eram dedicados a algumas famílias.

Esse discurso havia se modificado bastante nos oito meses seguintes. Ela não declarava mais fazer tais “peregrinações”, mas justificava que as meninas só poderiam voltar para suas casas quando suas famílias estivessem “prontas”. O que não dependia da instituição, encarregada de preparar as “internas” para a tal reintegração, mas do município, na figura do CREAS e dos atendimentos psicológico e social oferecidos por este órgão. Dessa forma, ela dizia que só “liberaria” as crianças e adolescentes de volta quando tanto estas quanto suas famílias, tuteladas, “disciplinadas” pelo Estado, também estivessem “prontas” para criar suas filhas “direito”, não colocando a perder tudo o que haviam aprendido. Isto explicita o choque entre os diferentes disciplinadores, assim como a disputa política por legitimar as instituições que representam. O Estado só é criticado pelos funcionários da ONG quando isto fortalece a imagem que busca sustentar: de que desenvolve um trabalho sério, prejudicado pela negligência dos órgãos públicos. Estes, por sua vez, ainda que reconhecendo as limitações impostas ao seu trabalho, apontavam o LN como uma instituição transgressora, já que reificava o demonizado abrigo, muito mais como uma alternativa positiva e necessária, do que um “mal necessário”.

A relação tensa entre Estado e LN se evidenciou também em outra mudança no discurso da ONG e na forma como teve de abordar o uso do tempo. Diante da exigência dos desembargadores na reunião com os representantes dos abrigos de, dentre outras coisas, diminuir o tempo de abrigo, Noêmia se mostrou a par de uma exigência que parecia não ter conhecimento. Rapidamente o longo tempo de abrigo passou a ser representado como problemático, mas que só poderia ser resolvido quando a Promotoria agilizasse os processos.

As famílias também deveriam assumir suas responsabilidades, segundo o relato de Noêmia, estavam muito acomodadas com a permanência das meninas na instituição. Dessa

vez, quando falou dos casos das “internas” não queriam voltar para suas famílias, ou mesmo sobre as mães que preferiam a permanência de suas filhas no abrigo, Noêmia foi enfática ao dizer: “Não são elas que decidem. É a justiça”. Em momento algum se falou, por exemplo, sobre a possibilidade de um afastamento afetivo devido ao contato restrito e/ou tempo de abrigamento. Certamente caso as garotas voltassem para suas casas e não se readaptassem seriam as famílias as culpadas, e não o LN.

O discurso salvacionista apresentado pela instituição não era interpretado como capaz de construir um hiato simbólico entre o ambiente familiar, visto na maioria das vezes como um lugar de “más influências”. Curioso que isto não era sequer cogitado, no entanto, algumas garotas já demonstravam total aversão em passar um fim de semana que fosse com suas famílias. Em todo caso é a categoria “tempo” que vai ser articulada para se defender ou criticar o tempo de abrigamento.

4.4.3 O tempo “esquecido”: a proibição de se falar sobre os motivos do abrigamento

Uma exigência foi feita, inicialmente, para que fosse dado acesso às informações sobre o Lar de Nazaré: não conversar com as “internas”. Tanto por ser legalmente proibido, a menos que houvesse permissão da promotoria, quanto pelo fato das garotas serem proibidas de falar sobre seu passado, pois este deveria ficar para trás, esquecido, uma vez abrigadas.

Noêmia explicou que geralmente quando uma “novata” chega à “casa”, as mais antigas logo queriam saber o porquê de seu abrigamento. No entanto, antes das recém-chegadas serem integradas ao grupo, as meninas eram aconselhadas a não tocar em tais assuntos. O silêncio sobre o passado era, por sinal, uma das regras mais rígidas da instituição. Apenas padre Alberto e Noêmia deveriam obter conhecimento sobre seus passados.

Nem mesmo as monitoras tinham a permissão para envolverem-se com isso. Uma destas contou que uma das “internas”, após chegar de uma consulta com a psicóloga do CREAS, parecia querer conversar, “desabafar”. Ao procurar a monitora dizendo querer conversar, esta, cumprindo ordens, lembrou-lhe que não poderia e sugeriu que fosse procurar a “tia” Noêmia. A monitora ainda relata que viu a angústia da menina, que devia estar “com a cabeça muito cheia de coisas” depois da conversa com a psicóloga. Mas ficava de “mãos atadas”.

Nesse sentido, o silêncio imposto parecia ser a única resposta possível a um passado que não merecia ser lembrado. Isto tornava mais uma vez difícil de conciliar a noção de reintegração familiar com a prática institucional. De modo geral, este tempo “esquecido” tinha íntima relação com as famílias. Como reintegrar alguém a uma família que, pelo menos em parte, deveria ser esquecida?

Esta proibição mais lembrava um ritual de passagem. A entrada em uma “nova vida” parecia exigir certo rompimento simbólico com a “vida passada”. A partir dessa passagem as meninas deveriam compreender que o padre Alberto, Noêmia, as monitoras, enfim todos aqueles que compunham a equipe do LN, compunham sua nova família.

Apesar desse discurso, buscava-se, curiosamente, sustentar que isto não implicava na perda dos laços familiares. A permanência das “internas” estava diretamente vinculada à sua obediência “as regras da casa”. Isto foi destacado no discurso do padre Alberto, quando foi homenageado pela Câmara dos Vereadores. Ele dizia ter escolhido “os piores entre os piores”, ressaltando as situações nas quais as garotas foram encontradas. Ele não as culpava, no entanto, afirmava que eram vítimas de seus respectivos contextos familiares.

4.4.4 Tempo de voltar: o processo de “reintegração familiar”

Já se apontou anteriormente para a existência de um processo de reintegração familiar presente na dinâmica institucional do LN. Isto se tornou um desafio, tendo em vista que todo esse discurso parecia entrar em contradição com a construção do ambiente institucional enquanto uma nova casa, pretensamente melhor do que o local de onde as garotas haviam saído. Como conciliar esta prática com o discurso de reintegração? Como se dá o processo no qual uma família anteriormente condenada passa a poder receber sua prole novamente?

Também já se mostrou como se deu esse retorno à família em alguns casos. O que não se dava sem ameaças, principalmente às mulheres, através da exigência de um comportamento adequado. No entanto, foi bem mais comum a condenação dessas mulheres, e sua caracterização como “desinteressadas” ou mentalmente incapazes de cuidar de suas filhas. Neste mesmo caminho, não foi surpresa deparar-se com garotas que já não tinham qualquer desejo de retornar para suas famílias.

Ao observar a relação de duas interlocutoras com a instituição pôde-se construir algumas reflexões, ainda que não definitivas, sobre como é estabelecida a relação entre o tempo de abrigo e o tempo da reintegração.

Uma delas, Marilda, a mulher que visitou a filha em seu aniversário, contou que sua filha passaria as férias em casa, pela primeira vez em três anos. Antes disso a menina já havia obtido a permissão de passar alguns feriados em casa. Segundo sua explicação, isto fazia parte do processo de reintegração. Sua expectativa era que a filha tivesse realmente mudado, “aprendido a se comportar”, respeitando tanto a ela quanto ao padrasto. Ela dizia esperar que a menina não estivesse apenas fingindo uma mudança.

A garota teria sido levada para a instituição a pedido de sua mãe, por intermédio de uma conselheira tutelar. Neste caso, “aprender a se comportar” não estava relacionado somente ao fato dela ser vista como desobediente para com a mãe e seu companheiro, mas com o controle de sua sexualidade. A jovem saía de casa aos onze anos para morar com um rapaz, com quem mantinha relações sexuais. Isto teria sido a gota d’água para que fosse enviada ao abrigo.

A iniciação sexual “precoc” era vista como principal justificativa do abrigo, tanto no discurso estatal do LN, quanto nas falas das famílias. Porém, sobre o tempo de abrigo não havia o mesmo consenso. No caso da filha de Marilda, ter passado três anos na instituição já era o bastante, contanto que sua mãe mudasse a atitude, se mostrando mais responsável e presente na vida da filha.

Se três anos eram considerados tempo suficiente, qualquer período menor que um ano parecia muito pouco para um contato mais continuado com as famílias. Inicialmente isso foi percebido pela resposta, já apresentada por Noêmia, quando uma das internas demonstrou desejo de passar o feriado com a família: “Ela não tem nem um ano na instituição”.

Ao contrário de Marilda, Maria das Dores demonstrava completa insatisfação e arrependimento em ter permitido que suas duas filhas permanecessem abrigadas. Sua presença era constante aos domingos, porém, isto não recebia tantos elogios por parte dos funcionários como era comum. Ela era frequentemente chamada de louca. O que em parte se dava por ter sido essa a justificativa utilizada por sua mãe para convencer Noêmia: dizer que a filha fazia uso de medicamentos de uso psiquiátricos. Das Dores dizia estar arrependida por esta mentira. Ela já havia falado com o promotor - de quem dizia ter medo - mas não conseguiu nenhum resultado.

O fato das garotas terem sido institucionalizadas não com base em um “diagnóstico psiquiátrico”, mas em uma história contada, legitimada apenas, como demonstrou Noêmia, pela palavra da avó das garotas, era mais uma evidência do descrédito ao qual eram submetidas essas mulheres.

Neste caso, Noêmia também comentou ter vontade de falar com o padre, pois talvez ele quisesse apadrinhar as duas meninas, como fez com outras, tanto em Penedo como em Arapiraca. Este pensamento parecia ignorar que, ao contrário do que ocorria antes da promulgação do ECA, só com o aceite da família sua prole poderia ficar legalmente sob a guarda pessoal do sacerdote.

A situação de Maria das Dores ressalta como as desigualdades podem ser reificadas através da égide da “prioridade absoluta” das crianças e adolescentes. O que lembra bastante as arbitrariedades cometidas pelos juízes, apontadas no estudo de Domingos (2000), em que as mães, mesmo contra vontade, entregavam seus filhos para adoção.

Havia outras garotas passando pelo processo de reintegração. Todas passavam pelo mesmo período de mais de um ano na instituição, geralmente dois. Duas “internas” nesta fase eram de Propriá, município vizinho cuja prefeitura, por não contar com abrigos, pagava ao LN uma mensalidade pela assistência às garotas. Neste caso as meninas eram pegadas pelos conselheiros tutelares nas vésperas dos feriados e trazidas após seu término.

A curta duração do trabalho de campo, assim como a dificuldade em acessar algumas informações, não permitiram reflexões sobre como se estabelece esse “tempo mínimo” de abrigamento. No entanto, fica a sugestão de que, dentre outros interesses, o fato de manter um número constante de garotas abrigadas podia garantir a aprovação de projetos sociais, como o já referido “Petrobrás Fome zero”. O que parece se intensificar quando, no caso do LN, a instituição vinha sofrendo alguns baques em seu orçamento, principalmente após o afastamento do Monsenhor Alberto da Concatedral de Arapiraca.

Tirar as filhas “antes do tempo” do Lar de Nazaré soava como uma ameaça a imagem sustentada pelos funcionários da instituição. Além disso, talvez o retorno “precoces” das garotas para suas famílias pudesse significar um ônus na receita da instituição, expor suas fragilidades, tornando-a desinteressante para o estabelecimento de parceiros e patrocinadores. No caso de garotas advindas de outros municípios, um salário mínimo a menos na receita mensal da ONG.

4.4.5 “Fim de tempo”: de “internas” a jovens adultas

Uma das incógnitas desse trabalho foi saber o que aconteceria com as garotas após completarem dezoito anos, tendo em vista que a instituição só atendia à criança e adolescentes. Os exemplos usados por Noêmia mais pareciam exceções do que regras. Ao longo de nossas conversas ela abandonara o discurso sobre acompanhar as garotas após saírem da instituição. Porém, era daquelas apadrinhadas pelo padre que ela mais falava. Contou, por exemplo, que uma dessas garotas trabalhava na Casa da Menina. Outra, anteriormente mencionada, completaria dezoito anos e iria morar com o padre em Arapiraca, porém todos os dias ela viria a Penedo para cursar a graduação em ciências Biológicas. Noêmia pouco falou de outros exemplos, apenas dizia que na maioria dos casos obtinha-se sucesso, isto é, as garotas “não se perdiam”, como estavam ao chegar à instituição. No entanto, admitia que em alguns casos, seja porque suas famílias não colaboravam, ou mesmo porque “a pessoa estava destinada pra o que não presta”, todo o trabalho havia sido em vão. Evidentemente, a culpa de qualquer problema que as “internas” enfrentassem quando se tornassem “jovens adultas” nunca seria posto em alguma falha na dinâmica institucional.

4.5 “Órfãos de mães vivas”: o discurso sobre a (ir) responsabilidade materna

A expressão-título deste tópico tornou-se comumente ouvida ao longo de todo o trabalho de campo. Inicialmente foi pronunciada pelo “pastor Mário” – fundador da extinta AME – o qual parecia falar de si quase como que de um salvador, que salvaria da opressão familiar evidenciada nos maus-tratos e abandonos a que eram submetidas as crianças e adolescentes, por isso sendo caracterizadas como “órfãos de mães vivas”. Tal discurso se fez presente direta e indiretamente, tanto nas falas dos agentes estatais quanto na dos funcionários do LN.

Se a mulher é frequentemente reduzida à figura materna, diante da referida frase experimenta sua morte simbólica. Já a figura paterna, desfalecida pela marginalidade com que encontra sua referência, parece ter semelhante morte anunciada, tendo em vista que só se é “órfão de mãe viva”, ficando o pai esquecido, invisibilizado em sua “inutilidade” de não provedor.

A morte anunciada da mãe viva foi explicitada, no contexto do LN, também na revolta de uma das monitoras ao perceber que uma das “internas”, antes mesmo de sua mãe ir embora, trocava sorriso pela alegria de receber a genitora por copiosas lágrimas. “Se a menina tinha feito algo de errado a culpa foi da mãe que não soube impor seus limites”. Foi interessante observar que neste caso a mulher em questão foi chamada pelo padre. Segundo o relato dela, o clérigo chegou a ameaçar paralisar o processo de reintegração caso a mãe “não se comportasse direito”.

Este processo consistia no fato de que a “interna” começara a passar muitos finais de semana em casa junto da mãe e do padrasto. Também vinha passando os feriados com eles e, pela primeira vez em três anos, pôde passar as férias com sua família. Ao mesmo tempo em que sua mãe demonstrava querer muito o retorno da filha ao lar, em sua percepção, a garota teria de provar “que realmente aprendera a se comportar direito”. Algo, como já dito, que ela própria ouvira do padre em relação ao seu comportamento.

Além da angústia que Maria das Dores demonstrava, sua presença incomodava bastante a Noêmia. Enquanto outras mães eram informadas sobre as festas e eventos que suas filhas participavam, o mesmo não acontecia com Das Dores. Exemplo disso foi quando esta apareceu em uma festa junina organizada pelo CREAS em parceria com o Conselho Tutelar – a reação da diretora, além de suas incessantes buscas por provar a “cara de tarado” do companheiro de Das Dores para sua filha mais velha – “interna” – também demonstrava revolta pela presença dela no local.

Perguntou a várias pessoas quem a havia convidado. Dias depois, falou sobre o “jeito de doida da mulher”, explicando que a avó das meninas havia lhe procurado dizendo que sua filha estava querendo as meninas de volta. Noêmia afirmou que ela não conseguiria, pois “tomava remédios controlados”. Sobre isso Das Dores alegou ser mentira, que fora inventada por influência de sua mãe. Esta teria lhe dito que só assim Noêmia aceitaria as meninas no LN, mas que estava muito arrependida.

Outra das mulheres era apontada sempre como “uma das piores”, tinha também duas filhas na instituição, mas nunca vinha visitá-las, mandando sempre os irmãos das garotas. “Nem no dia das mães ela apareceu, aquilo não é gente não”. Esta mesma mulher havia sido apontada por duas conselheiras tutelares como sendo complicada. Tinha oito filhos e comparecia sempre ao Conselho para reclamar do comportamento de um deles, dizendo “que não sabia mais o que fazer”. Esta mulher, Anunciada, era acusada de não tomar as

devidas precauções para não engravidar, além de sempre receber seu companheiro, “envolvido com coisas erradas” – roubos e drogas – quando este aparecia. Além disso, foi apontada pela diretora do LN como “sem vergonha na cara”, por usar o dinheiro recebido do Bolsa-Família para levar diariamente comida para seu companheiro, recentemente preso por ameaçar-lhe com uma arma. Para Jaqueline, psicóloga do CREAS, a prisão do homem aconteceu por uma coincidência: a polícia passava pela rua, no Matadouro, quando se deu o fato. Do contrário, caso a mulher apenas tivesse denunciado seu marido, nada teria acontecido, “A polícia não faria nada”. Seja chamando essas meninas de “órfãs de mães vivas”, ou dizendo que o ambiente institucional deveria ser visto como “uma grande” casa e todos que dela faziam parte como “uma grande família”, buscava-se valorizar a instituição em detrimento da sua “antiga família”. Nesse sentido, a figura do Monsenhor Padre Alberto era remetida, geralmente por Noêmia, como a do grande protetor, o qual, em alguns casos, sendo o guardião legal de algumas delas.

No caso do presente trabalho, Noêmia revelou-me que algumas garotas da instituição já estavam sob a guarda do clérigo, sendo suas herdeiras diretas quando este viesse a falecer. Ela expõe seu desejo de que mais duas garotas, as filhas de Anunciada, fossem também herdeiras dele. Provoco-lhe perguntando se para isso não era necessário que Anunciada assinasse algum documento abrindo mão do poder legal – *poder familiar* - sobre suas filhas. Com um ar um tanto irônico, ela responde: “Aquela ali assina até dez vezes”, reforçando assim a ideia que tem de Anunciada, “uma mãe irresponsável, sem amor”.

Noêmia parece sempre muito preocupada com algumas “internas”, as quais reconhece como provenientes defamílias, “emocionalmente desestruturadas”, vivendo numa situação de miséria muito grande, não tendo realmente condições de criar suas filhas.

O fato de o padre Alberto apadrinhar, por assim dizer, algumas “internas”, dentro do contexto da instituição, parecia respaldado em alguma incapacidade da família, assumindo assim, o papel paterno para todas as “internas”, e ainda mais para algumas, suas “herdeiras”.

4.6 Monsenhor Alberto: fundador, pastor, educador, pai (ou patrão?) e político

Este capítulo ficaria bastante incompleto se, ao abordar a dinâmica do LN, não se debruçasse sobre a figura de seu fundador, monsenhor Alberto. A fama de rígido em seus métodos de educação e disciplina em todas as áreas de atuação parece, inicialmente,

incompatível com a fragilidade que sua imagem carrega aos oitenta e quatro anos. Porém, o fato de sempre andar com uma bengala ou apoiado no braço de alguém não o impede de ser bastante ativo.

Mesmo depois de aposentado de suas obrigações com a Igreja Católica, continuou a exercer o sacerdócio, além disso, em 2008, candidatou-se e foi eleito o Conselheiro Tutelar mais votado em Arapiraca, cidade onde reside há mais de trinta anos. Fundou ali a Concatedral da Cidade.

Padre Alberto era famoso também por sua atuação em todo o estado alagoano com educador em diversas escolas públicas e particulares e coordenador da 9ª Secretaria de Educação durante mais de trinta anos. Além do LN, fundou outros três abrigos, um jornal semanal de orientação religiosa, uma creche e uma rádio.

Com o passar do tempo, ficou mais evidente a relação estabelecida através da pessoa do padre Alberto e a política local e estadual. No contexto de Penedo, havia, até o final de 2008, uma parceria bastante forte entre o então prefeito, derrotado nas eleições que se seguiram, e o padre. A ponto de ambos serem homenageados pelas “internas” no desfile tradicional de sete de setembro, como me explicara Noêmia. Esta parceria teria trazido “bons frutos” para a instituição, já que “nenhum prefeito se preocupou tanto com a criança e o adolescente como este” – destacou a diretora do LN. Porém, com sua derrota, a cidade passou por sérias mudanças, influenciando também nos investimentos municipais direcionados ao Lar de Nazaré.

Não havia, segundo as pessoas ligadas ao LN, interesse do prefeito eleito pela instituição quanto tal. Pelo contrário, ela acusava a equipe de secretários municipais de procurarem-na com uma “proposta indecente”: dar fim a instituição, alugando o prédio para a prefeitura, que poderia centralizar ali todas as suas secretarias. Além disso, monsenhor Alberto e o Bispo de Penedo e Arapiraca, eram inimigos políticos de longa data, mas esta rixa era velada, já que o Bispo era seu superior direto e teria usado dessa vantagem hierárquica para aposentá-lo, obrigando-o a afastar-se da Concatedral de Arapiraca, o que teria influência direta na não manutenção das instituições-abrigos que havia fundado.

Isto, segundo pessoas ligadas ao padre, teria sido uma estratégia política do referido Bispo em apoio ao governador do Estado - parceiro político do prefeito eleito, oposição ao então prefeito que apoiava o LN. A principal intenção disto seria pressionar o

padre que, já não podendo recorrer às altas receitas levantadas pela Concatedral, teria de entregar as instituições nas mãos da administração municipal e estadual.

O que possivelmente não aconteceria. Segundo Noêmia, o padre, já consciente de sua idade avançada, estava organizando uma equipe formada por dez pessoas, todas ligadas às instituições por ele fundadas. Estas não deveriam satisfação ao município ou ao governo estadual, pois a ideia dele era federalizar todas as instituições. O afastamento da Concatedral não teria agradado ao Monsenhor, tanto pelos motivos já listados quanto também por este não querer aposentadoria, pedindo que o deixassem ao menos pastorear pequenas paróquias em cidades e povoados circunvizinhos de Arapiraca – no que foi atendido.

Em meio a essa “quebra de braço” político-religiosa - ainda bastante comum em nosso país -, na intenção de “apaziguar um pouco os ânimos”, a Câmara Municipal de Penedo, resolveu por unanimidade aprovar um projeto de lei que mudaria o nome de uma famosa rua da Cidade, localizada em um bairro histórico, tombado pelo IPHAN, para o nome de Monsenhor Alberto. Isto teria ocorrido a pedido do prefeito da cidade, que por sua vez atendia a um pedido do Bispo.

4.6.1 “Padre Alberto meu pai meu amigo”: filhas ou empregadas?

A homenagem acima referida deu-se no dia vinte e três de abril de 2009. Considerada uma “Sessão Solene”, sua abertura se deu com a leitura de um salmo bíblico, seguido da oração do “Pai Nosso”. Neste dia todos os vereadores se faziam presentes – algo raro nas palavras do presidente da Câmara –, assim como era grande o número de pessoas que vieram exclusivamente para a solenidade. Logo que cheguei, antes do evento iniciaram todas as “internas” estavam na frente do estabelecimento, acompanhadas de Noêmia, das monitoras e do coordenador de esportes do LN. Devidamente uniformizadas. Todas trajavam um vestido, tipo macacão, azul marinho; por baixo, blusa branca de manga longa; boina da mesma cor do vestido; sapatos pretos e meias brancas até os joelhos.

Estavam ali aguardando pelo sinal da diretora para entrarem, mantendo-se o máximo de silêncio possível. Após a abertura da solenidade, o homenageado, Monsenhor Alberto, é anunciado. Ele adentrou ao salão acompanhado por dois vereadores. Lentamente ele vai chegando, sendo direcionado para uma “tribuna de honra” ao lado dos vereadores.

Uma salva de palmas o recepciona e logo depois se ouve as músicas que Noêmia havia parodiado e ensaiado com as “internas” que, sob seu comando, começaram a cantar.

Esses seus cabelos brancos bonitos, e esse olhar cansado, profundo me dizendo coisas, bonito me ensinando sempre. E agora caminhando comigo **Monsenhor Alberto meu pai, meu amigo**. Comigo já correram tanto, na vida **Monsenhor Alberto meu Pai meu amigo**.

Sua vida cheia de histórias e essas rugas marcadas pelo tempo. Lembranças antigas. Ao ouvir sua voz macia me acalma e me diz muito mais, me fala no fundo da alma **Monsenhor Alberto meu pai, meu amigo**.

O seu passado vive presente nas experiências contidas nesse coração, consciente da beleza das coisas. Da vida seu sorriso franco me anima. Seu conselho certo me ensina. Pego em tuas mãos e lhe digo, **Monsenhor Alberto meu pai, meu amigo**.

Após uma pausa de poucos segundos, as meninas mudam o tom e ritmo da música e continuam cantando. “Eu já lhe falei de tudo, mas tudo isso é pouco diante do que sinto. Olhando seus cabelos tão bonitos, beijo suas mãos e digo **Monsenhor Alberto meu pai, meu amigo**”.

Logo que terminam de cantar retiram-se do salão central da Câmara, sendo aplaudidas. Algumas das meninas já estavam chorando enquanto cantavam, pareciam bem emocionadas. O presidente da Câmara dá a permissão para qualquer um dos dez vereadores “fazerem uso da palavra”, homenageando individualmente - caso quisessem - o clérigo. Como esperado, todos os vereadores falaram, mesmo os não contemporâneos – alunos, professores, ou “ovelhas”, etc –, fazendo com que a sessão solene se estendesse por mais de uma hora.

As narrativas enfatizavam a importância do padre para a cidade de Penedo. Sua firmeza e dureza nas posturas, “tão em falta na atualidade”, assim como reforçavam a mensagem da canção acima transcrita, afirmando que ele era um “verdadeiro pai para meninas que não sabiam bem o que é isso”. Após isto, monsenhor Alberto falou resumidamente sobre sua vida, sua falecida mãe, sua irmã e seu melhor amigo. Este último, fundador de uma faculdade particular na cidade, teria sofrido um acidente automobilístico fatal, tendo sua morte considerada pelo padre como “prematura”. Apesar da aparência frágil que inspira cuidados, a voz do clérigo soava firme e bastante audível. Mais tarde Noêmia comentaria: “Isso é porque você não viu ele com raiva, é cada grito.”

Após terminar sua fala, mais uma homenagem foi feita ao padre: quatro educadoras, além de declamarem uma poesia em coro, entregaram-lhe uma placa “em reconhecimento aos bons serviços prestados como pastor, educador e pai”. Logo em seguida, as “internas” cantaram mais uma vez e outras dançaram. O presidente da Câmara deu por encerrada a solenidade, anunciando que a reunião continuaria, pois os vereadores teriam

outros projetos de leis para votar, mas que todo o público poderia se sentir convidado para permanecer.

A plenária foi praticamente esvaziada, uma parte dos presentes havia sido convidada para um jantar especial no Lar de Nazaré. Além das cenas já descritas anteriormente, pude presenciar mais uma vez um grupo das “internas” cantando, outra paródia feita por Solange, onde as meninas falavam de sua situação de garotas de rua, “sem família”. O curioso, nesse caso, é que a maior parte das meninas vinha de famílias, mesmo que consideradas “desequilibradas”.

Porém, outra situação causou maior estranheza: enquanto todos os convidados se fartavam, comiam bastante, servidos pelos garçons, em um grande salão – onde futuramente será construída a capela da instituição – as “internas”, quando não estavam brincando no pátio, apenas olhavam. Tinham a ordem de só comer no final, quando todos os convidados estivessem fartos. Tendo ficado até o fim do jantar, vi quando Noêmia foi chamar as duas garotas que estavam na entrada recepcionando os convidados, mandando que entrassem e fossem logo comer, pois se demorassem iam ficar sem jantar.

A mesma ordem foi dada às demais garotas, as quais iam entrando em grupos no salão, parecendo bastante desconfiadas. Escolhiam as mesas vazias, nunca sentando com os convidados que restavam. Foi inevitável não lembrar o comportamento de muitas empregadas domésticas que, tendo ou não uma ordem direta dos patrões, não comem à mesa com estes, comendo em outro local da casa, longe de seus olhos.

Esta impressão permaneceu durante outras diversas visitas ao LN. Era comuns nas conversas com Noêmia, membros de sua família ou monitoras, ouvir as “internas” recebendo ordens, principalmente para servirem “cafezinho”. No caso de Noêmia isto se dava diariamente, já que tinha o hábito de sempre tomar café em horários específicos. As monitoras, sem que esta pedisse, escolhiam uma das garotas para levar-lhe a xícara de café. Quando servida, Noêmia perguntava se eu queria, ao responder que sim, a menina voltava com outra xícara, dessa vez em uma bandeja.

As garotas também se revezavam, antes de rezarem o terço, na varredura do pátio. Era muito comum chegar ao fim da tarde e ouvir o arrastar de várias vassouras de palha pela instituição. Eram elas as responsáveis por manter a higiene de toda a instituição, algo que precisavam fazer tanto para adquirir responsabilidade quanto pelo fato das monitoras não

terem condições de dar conta de tudo sozinhas. Além destas e dos professores contratados, havia apenas mais duas mulheres responsáveis pelo preparo da comida.

Além dos serviços prestados na instituição, parecia ser comum que algumas “internas” cuidassem da limpeza da casa do Monsenhor Alberto. Uma delas comentou sobre “como a casa do padre é chique, tem até elevador”. A monitora, ao ouvir isto, trata logo de me explicar que se deve ao fato dele não ter mais condições de subir às escadas sozinho e não gosta de ficar dependente de ninguém. As garotas continuaram a falar sobre quando vão à casa do padre em Arapiraca. Uma delas falou com grande naturalidade: “Umas vez que fui lá para fazer uma faxina aproveitei e andei no elevador”. Outra chegou a dizer que não teve coragem quando foi fazer o mesmo. Ficava evidente que esta também costumava ser uma tarefa rotineira, que não causava estranhamento em nenhuma das meninas, ou nas monitoras. Quem geralmente faziam isso eram as mesmas garotas responsáveis por dirigir as orações: mais velhas em idade e mais antigas na instituição. Algumas das quais foram diretamente apadrinhadas pelo padre, tornando-se suas herdeiras legais.

O desempenho dessas funções parecia expor um acordo tácito entre as “internas” e o LN: a proteção prometida pela instituição; a oferta de uma “nova vida” e “acesso a cidadania”, seria trocada por sua obediência e disposição servil.

Tudo parece ser justificado pela construção da “dignidade” das “internas” através do trabalho, mesmo que este esteja na base da pirâmide hierárquica de nossa sociedade. Aproximando-se, inclusive, do conceito de “tarefas de alta frequência” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004). Trata-se de tarefas e profissões necessárias, porém desvalorizadas em uma sociedade que reserva espaços diferentes, distantes simbolicamente, às pessoas com certo tipo de consumo e trabalho.

Usar determinadas roupas, exercer certas profissões, morar em determinados bairros, são critérios socialmente construídos capazes de exaltar ou rebaixar os grupos e indivíduos a partir da defesa de certa moralidade. A “conversão” das classes populares aos princípios de cidadania pode ser visto na atuação de diferentes ONGs que buscam “mudar a vida” dos “menores” assistidos, os quais estarão sendo “lapidados” como se costuma ouvir. Nisto não há intenção, salvo algumas exceções, de que rompam com a pobreza, mas que aprendam a ter uma “vida digna”, algo que suas famílias não podiam lhes oferecer.

A ideia de se “transformar material bruto em pedras preciosas” não é uma novidade, muito menos quando pensamos sobre as crianças e adolescentes. Algo semelhante

foi observado por Isaura Freitas (2000), quando percebe que a ênfase dada no discurso institucional da EDISCA em oferecer “acesso” a cidadania, contribui-se com um processo que visa “civilizar” os indivíduos de classes populares de Fortaleza. Porém, na busca por “melhorar” suas vidas, através de todo um aparato típico das classes dominantes (aulas de inglês, etiqueta, etc.), finda-se por reificar valores de determinada classe como superiores a outras, sem, no entanto, garantir mudanças efetivas quando as crianças e adolescentes se tornam jovens adultos, fora da faixa etária atendida pela instituição. Nesse sentido, há uma crítica profunda à naturalização da extrema desigualdade social brasileira. Volta-se ao discurso centrado no indivíduo, meritocrático, tendo em vista os poucos alunos da EDISCA que conseguem se destacar, tornando-se profissionais do balé, serão os mais merecedores. Em outras palavras, não apenas os mais empenhados, mas os que tenham algum tipo de “dom natural”. O projeto de melhorar a autoestima das crianças e adolescentes, dando-lhes acesso a uma cidadania antes impossível de ser alcançada, esbarra no limite da manutenção de uma desigualdade “tolerável” já apontada por T.H. Marshall (1967).

Mesmo quando se percebe por parte das instituições uma preocupação não apenas com as crianças e adolescentes de maneira isolada, mas que leve em consideração suas famílias, não se foge a esta conversão a cidadania, enquanto uma construção de uma dignidade circunscrita a um lugar específico, preso a um discurso classista. A instituição não precisa se preocupar com isso, pois aquele que tiver de ascender socialmente, o fará por mérito próprio e seu esforço pessoal.

Isto foi percebido, por exemplo, no contato preliminar realizado com a ONG pernambucana, a Casa de Passagem⁷⁰. Fundada em 1989, foi definida por uma de suas fundadoras como “um lugar de esperanças e mudanças”. Neste caso, parece haver uma preocupação em não atender apenas às crianças e adolescentes, pois acredita na eficácia de um “atendimento sistêmico”, isto é, que não veja apenas o “menor”, mas todo o contexto familiar em que está inserido. Enquanto atendem às meninas com até dezoito anos nos vários segmentos da instituição, costumam ir até os bairros pobres em que elas residem, onde realizam oficinas e terapias comunitárias com suas famílias, predominantemente as mães. Também por esse motivo a instituição não trabalha com abrigo, já que isto apenas afastaria as garotas atendidas de suas famílias.

⁷⁰

A qual não tem a ver com o modelo de casas de passagem municipais.

...Todo um caminho dentro da Casa de Passagem a ser percorrido pelos “menores” assistidos, centrado principalmente em dois programas: “Passagem para a vida” e “Programa iniciação ao trabalho”, os quais juntamente irão, de acordo com o olhar institucional, promover cidadania às crianças e adolescentes que viviam em “situações precárias”. Já um terceiro programa – “Comunidade e Cidadania” – estaria levando em conta o contexto de bairro e vizinhança e, principalmente, familiar no qual, não apenas meninas⁷¹, mas os garotos, crianças, adolescentes e jovens, poderão ser acompanhados com maior profundidade.

Diante dessas questões, pergunto a diretora da ONG se existe algum trabalho de melhoria de renda ou que vise oferecer algo às famílias, semelhante ao acesso à educação e trabalho feito com os “menores”. Ela enfatiza a importância de se trabalhar a auto-estima das mulheres, mas que este tipo de trabalho não é feito com elas, as quais devem ser encaminhadas para os serviços do Estado. Por fim, responde que a defesa do atendimento sistêmico se dá por compreender que tem efeitos mais profundos e duradouros, mas que esses efeitos seriam morais, na qualidade de vida, no relacionamento com os filhos, principalmente. Ela reforça que essa deve ser a preocupação principal, pois não acredita que as pessoas venham a ser pobres - financeiramente - sempre, crê que em dado momento melhorarão financeiramente suas vidas mas que de nada adiantará se não aprenderem a viver de outra forma, exercendo sua cidadania, mesmo dentro de seus lares.

Discurso semelhante foi observado por Fernanda Ribeiro (2005) ao observar o cotidiano de uma instituição estatal que leva crianças, juntamente com suas mães, para uma ilha afastada do Continente. Ali elas serão atendidas, mas todo o cuidado demonstrado com essas mulheres se dá pela crença de que estas devem aprender a cuidar bem de seus filhos, dentro de determinado padrão, impedindo assim que estes se tornem “adultos perigosos”, já que se defende, a partir de certo determinismo psicanalítico, que é a relação “saudável” com a mãe que poderá influenciar diretamente no tipo de indivíduo na vida adulta. Portanto, a preocupação não está centrada na figura feminina, mas na materna, enquanto um veículo de acesso a cidadania do “menor”. Mesmo com as distâncias homéricas entre o contexto Francês e o Brasileiro, percebe-se que a força do mito do amor materno, a exaltação da relação simbiótica entre mães e filhos, está presente nos diferentes contextos ocidentais. Sua

⁷¹

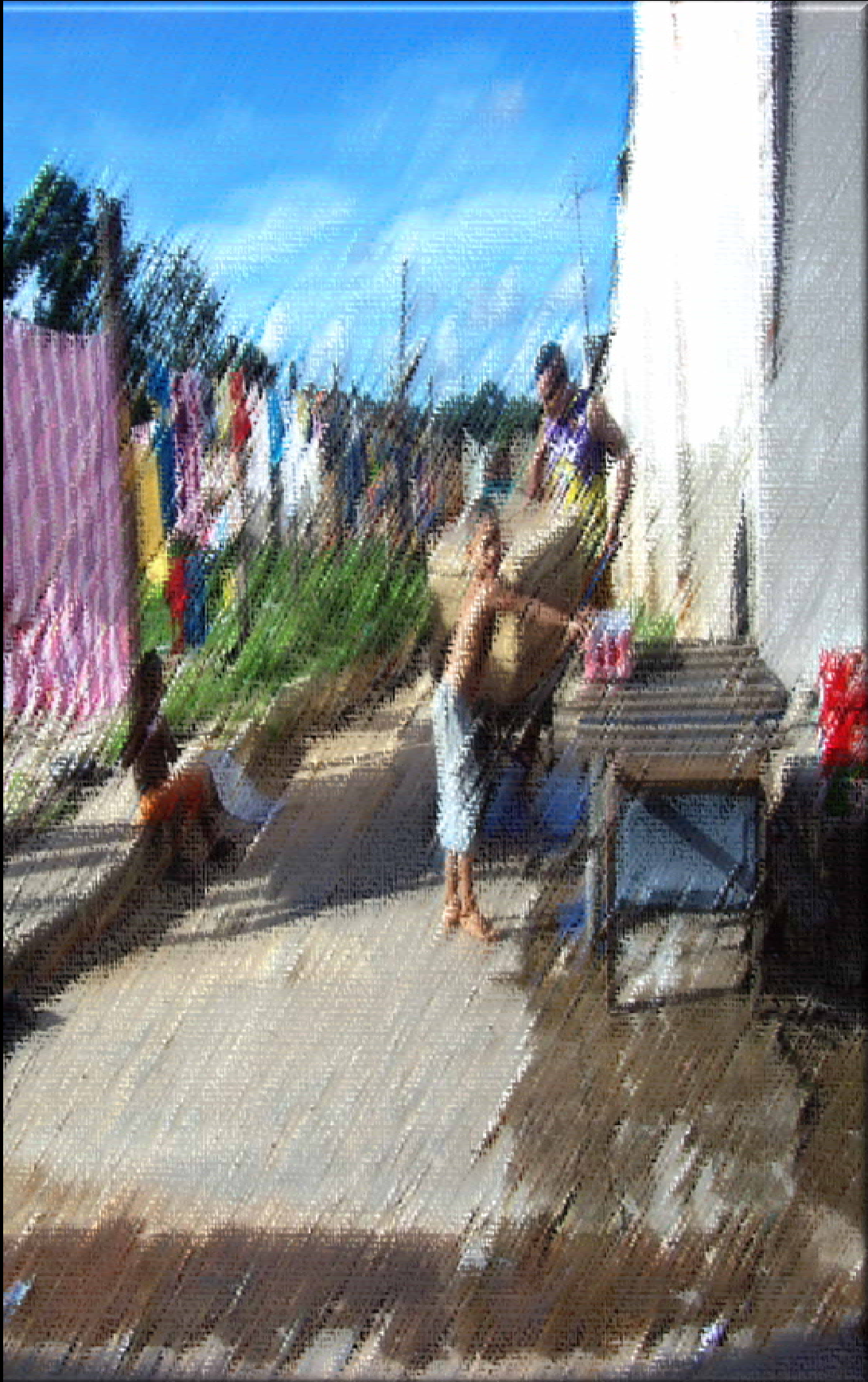
Público exclusivo do Programa Passagem para a vida.

perpetuação reifica desigualdades que no contexto pesquisado aparecem com a falta de preocupação em ouvir as mulheres, ou com a facilidade de lhes infligir estigmas.

Isto é ainda mais reforçado com as imposições do tempo institucionais que pouco ou nada se importa com as peculiaridades do cotidiano das mulheres. Se as mulheres não adaptam suas vidas aos horários impostos pelo LN, facilmente serão apontadas como “mães desinteressadas”.

Em uma sociedade como a brasileira, na qual os valores atribuídos a maternidade ganham tamanha centralidade, estigmatizar essas mulheres como “não querendo nada” ou “mães desinteressadas” é impor-lhes um ostracismo moral que só dificulta qualquer possibilidade de mudança. Negar sua afetividade, a partir de uma perspectiva homogeneizadora, é ignorar como constroem *estratégias de ação* distintas, elaboradas em um cenário de desigualdade.

“A GENTE FAZ O QUE PODE...”



5 "A GENTE FAZ O QUE PODE": relações familiares nas classes populares

Sou um homem invisível. Não, não sou um fantasma como os que assombravam Edgar Allan Poe; nem um desses ectoplasmas de filme de Hollywood. Sou um homem de substância, de carne e osso, fibras e líquidos – talvez se possa até dizer que possuo uma mente. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Tal como essas cabeças sem corpo que às vezes são exibidas nos mafuás de circo, estou por assim dizer cercado de espelhos de vidro e deformante. Quem se aproxima de mim vê apenas o que me cerca, a si mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação – na verdade, tudo e qualquer coisa, menos eu. Minha invisibilidade também não é, digamos, o resultado de algum acidente bioquímico da minha epiderme. A invisibilidade a qual me refiro ocorre em função da disposição peculiar dos olhos das pessoas com quem entro em contato. Tem a ver com a disposição de seus olhos internos, aqueles olhos que elas enxergam a realidade através dos seus olhos físicos.

(Ralph Ellison-Homem Invisível)

Neste capítulo as perguntas se deslocam dos contextos institucionais analisados anteriormente para centrar nas mulheres cujos filhos e filhas estiveram abrigados. Como elas representam valores familiares e amor materno? De quais maneiras se estabelecem suas redes de solidariedade, incluindo-se as relações de gênero, classes e geração? Como constroem suas narrativas e negociações com instituições legalmente responsáveis pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes? Estas são perguntas-guia desta seção, tendo em vista que ao conversar com tais mulheres percebeu-se a amoralidade que muitos dos agentes disciplinadores tentaram afligir-lhes a partir de seus juízos de valor moral, mas a construção de uma moral dialógica, isto é, uma moralidade que busca responder a essas cobranças, sem que isto signifique reproduzir completamente as representações hegemônicas.

Ficou evidente também que as negociações e *estratégias de ação* vivenciadas por essas mulheres não se dão apenas com as instâncias institucionais. Elas buscavam apresentar-se positivamente diante das comunidades da qual faziam parte: seus vizinhos, familiares, etc. Nesse sentido, a forma como buscaram apresentar os argumentos a favor ou contra a permanência de seus filhos ou filhas nos abrigos, longe de reproduzir a noção de que seriam “mães desinteressadas”, será apresentada como expressão de seu amor e cuidado para com os filhos. Isto é, o abrigo se apresentou, para a maior parte das interlocutoras, como

decisão sábia na busca de proteger sua prole de uma realidade “que não tem nada de bom para oferecer”.

Como já discutido, a expressão do amor materno e sua compreensão como algo inato à mulher são construções sociais que variam de acordo com o contexto cultural e socioeconômico. No entanto, relativizar realidades distantes da nossa própria sociedade aparece como algo supostamente mais fácil, visto como interessante por uma maioria de pessoas, já que não as obrigaria a “cortar na própria pele”. Quando as diferenças são mais próximas de “nós”, logo o etnocentrismo não é visto como tal, mas como proteção de ideais que são considerados realmente melhores, como se outras vivências, realidades socioeconômicas e culturais não pudessem promover construções, *disposições, estratégias de ação* distintas das hegemônicas, geralmente defendidas pelos agentes disciplinadores.

Nesse sentido, buscou-se analisar as falas e representações dessas mulheres na tentativa de compreender como enxergam sua realidade social. O que implica em percebê-las como detentoras de “agência”, este “tipo de propriedade dos sujeitos sociais [...] culturalmente plasmada e inevitavelmente distribuída de forma desigual, não tendo a ver com projetos individuais soltos, mas circunscritos dentro de uma cultura” (ORTNER, 2006) ⁷². Trata-se, sim, de buscar perceber as formas sub-reptícias, as atividades dispersas nos cotidianos dos grupos sociais as quais, sem negar a influência de uma cultura hegemônica, um arbitrário cultural, percebem a criatividade dos procedimentos “minúsculos e clandestinos” (De CERTEAU, 1994).

Seguindo toda uma tradição de pesquisadores influenciados pelo conceito de *técnicas corporais* de Mauss (2005), buscou-se conhecer e refletir sobre as narrativas, redes de solidariedade e negociações existentes no contexto vivido por essas mulheres (WACQUANT, 2002; WACQUANT, 2008; BOURGOIS, 2009); (FONSECA 2000; SARTI, 1996; SCOTT; QUADROS, 2009).

Sobre isto, Cláudia Fonseca (1996, p. 13,14) afirma que

Para se falar de povos longínquos, agilizam-se conceitos tais como ‘ritos agnósticos’, ‘sociabilidades tribais’ e ‘famílias consanguíneas’. Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como ‘violência’, ‘promiscuidade’, e ‘famílias desestruturadas’. Relativizar a prática de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos.

⁷²

Como chama a atenção Ortner no mesmo texto-conferência, reconhecer que os sujeitos tenham agência, que reflitam sobre seu cotidiano, não implica em dizer que aja igualdade nestas agências, certamente uns tem mais agencia do que outros.

Nossa abordagem não deve ser confundida com um relativismo simplista. Procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las, nem advogar sua preservação. Significa, antes, olhar de forma realista para as diferenças culturais que existem no seio da sociedade de classes – sejam elas de classe, de gênero, etnia ou geração; significa explorar o terreno que separa um indivíduo do outro na esperança de criar vias mais eficazes de comunicação.

Diante disto, percebe-se a relevância do referido conceito de Marcel Mauss, compreendido pela a maneira como “[...] os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo.” (p. 401). O autor ainda lembra que, ao contrário do que se costuma julgar, isto terá origem em um indivíduo isolado, mas tendo íntima relação com as disciplinas impostas ao corpo por culturas, grupos e sociedades distintas através das diferentes formas de educar; das conveniências; modas e prestígios (2005, p. 401, 404.). Isso será percebido por Bourdieu como os gostos de classe e estilos de vida distintos, usados, inclusive, para legitimar como superiores os interesses e práticas cotidianas das classes sociais que detém o capital cultural.

Desconstruir a aparente universalização dessas práticas permite não enxergar como estranho número de crianças, às vezes com menos de cinco anos, brincando pelas ruas das favelas de Penedo. Nesse sentido, os contatos estabelecidos com essas mulheres, possibilitaram observar que, apesar de advindas de realidades socioeconômicas semelhantes, articulam diferentes “estratégias de sobrevivência”, assim como as justificativas igualmente distintas para preferirem, ou não, que seus filhos permaneçam abrigados.

O cotidiano das famílias pobres não pode ser observado sem se levar em conta como se inserem em um contexto mais amplo – nacional e internacional. Tendo em vista que isto tem influência direta na maneira não só como estes grupos são enxergados por outros grupos e classes sociais, mas, inclusive, como se enxergam, reproduzindo ou tentando negar os estigmas a si infligidos. A partir de sua experiência com moradores de vilas de Porto Alegre na década de 80, Claudia Fonseca vai dizer que

[...] essas pessoas identificam-se e são identificadas pelos outros como situadas no nível mais baixo da hierarquia social. As classes favorecidas servem-se de sua própria honra para desqualificar os pobres insubmissos. A virtude está do lado dos poderosos, e os que não aceitam suas regras são qualificados de gente ‘sem vergonha’. (1996, p. 18)

Se a honra foi a categoria central que guiou a pesquisadora, neste trabalho é a noção de família que se faz central. Aqui também aqueles que não se encaixam em

determinado padrão são vistos como quem não presta, “sem vergonha na cara”. No caso de Penedo, o preconceito de classe é percebido desde o lugar em que se mora. Residir no Kamartelo, Matadouro, Coréia, dentre outras favelas da cidade é, de antemão, motivo para se desconfiar do “caráter” de alguém. No caso das mulheres entrevistadas, além dos fatores que as une aos demais moradores, seus vizinhos, o fato de terem filhos em abrigos reforça os estigmas que lhes são impostos. Dependendo de “como ganhem a vida”, isto poderá ser reforçado, já que, uma mulher que faça da sua casa um “bar”, principalmente com a ambiguidade com que este termo aparece, será apontada como alguém que “não sabe amar” seus filhos.



Figura 13 - Kamartelo 1 (entrada)



Figura 14 - Kamartelo 2



Figura 15 - Matadouro 1



Figura 16 - Matadouro 2

⁷³ Ao referir-me a este local como a entrada é importante que se ressalte que se trata de apenas uma das entradas para o Kamartelo. O destaque dado aqui é simplesmente pela importância que o local retratado adquiriu para a pesquisa, tendo em vista que a casa fotografada tornou-se um dos pontos de apoio para o desenrolar do trabalho de campo no bairro.



Figura 17 - Coréia



Figura 18 - Lagoinha

As nove mulheres que compõem o interesse central deste capítulo nem sempre chegaram a se conhecer pessoalmente. No entanto, suas trajetórias bastante diferentes se aproximam em diversos pontos. Dentre eles, destaca-se o fato de alguns de seus filhos terem passado pela experiência de abrigo, nos casos relacionados à Associação Mãos Estendidas, ou que permaneciam abrigados, no caso das “internas” assistidas pelo Lar de Nazaré.

A frase-título deste capítulo nem sempre foi diretamente verbalizada pelas interlocutoras, no entanto, elas certamente expressaram isto ao destacarem a construção de relações afetivas em contextos bastante diferentes daqueles em que geralmente viviam os agentes disciplinadores. Em geral, quando estes últimos diziam conhecer o contexto vivenciado por essas mulheres, isto não passava de situações pontuais e esporádicas, mais comuns aos conselheiros tutelares ou aos funcionários do CREAS. Isto, somado a construção de seus referenciais morais, contribuía para o olhar, geralmente negativo, que tinham sobre “outras” condutas familiares. O que possibilita a manutenção de desigualdades de classe, gênero e geração, perpetuadas por meio de *dominações simbólicas*.

No entanto, mesmo com toda essa distância em suas práticas cotidianas, não foi surpresa perceber como essas mulheres comungam de certo *habitus* familiar, através do qual

articulam discursos morais em defesa da família, do valor do trabalho, assim como de certa divisão sexual em suas relações afetivas, seja com seus filhos e filhas ou com seus companheiros. Valores que, para muitos dos agentes institucionais, apareciam como ausentes no cotidiano dessas mulheres.



Figura 19 – Garotos na feira



Figura 20 – Crianças na Coréia

Dito isto, buscou-se, aqui, apresentar essas mulheres separadamente, oferecendo de forma panorâmica suas trajetórias. As frases ou expressões utilizadas como subtítulo ao falar de cada uma dessas mulheres aludem a expressões ou posturas centrais em suas narrativas. Por fim, tentou-se compreender como, em suas auto-representações positivas, que giravam ao redor de suas qualidades como “boas mães” e “mulheres trabalhadeiras”, tentam construir uma imagem que as faça merecedoras, direta e indiretamente, de um reconhecimento enquanto cidadãs. Isto não implica no alcance do sucesso em suas reivindicações, apenas que não se mostram totalmente passivas e submissas ao discurso institucional, como se apenas o reproduzissem distorcidamente.

As primeiras cinco mulheres abaixo apresentadas tiveram a experiência de ter seus filhos assistidos pela Associação Mãos Estendidas. Algumas tiraram seus filhos da instituição antes de iniciado o trabalho de campo. Outras, nesse primeiro momento, demonstravam-se bastante gratas ao pastor Mário por “cuidar bem de seus filhos”. No entanto, este quadro mudou logo que elas se viram obrigadas a ter seus filhos morando consigo novamente, diante do fechamento da ONG. Quase que imediatamente, os elogios ao pastor deram espaço a

acusações, antes não conhecidas, ou ignoradas. As quatro últimas mulheres apresentadas foram encontradas com suas filhas abrigadas na Escola Profissional Lar de Nazaré (LN). Algumas se sentiam gratas por suas filhas serem assistidas pela instituição, acreditando que tinham feito o melhor por elas. O que não foi um consenso, já que outras ansiavam ter suas filhas de volta, seja por já terem ficado bastante tempo ou porque, ao contrário do discurso da ONG, não viam necessidade para a permanência delas, demonstrando arrependimento.

5.1 Vidas cruzadas: trajetórias individuais, diferenças e semelhanças sociais

a) Dalva: “Com homem eu não quero nem coito”

Como já explicado, Dalva foi a primeira pessoa conhecida durante o começo do trabalho de campo. Se os primeiros momentos dentro do Kamartelo não contaram com nenhum facilitador, após o contato com ela tudo começou a mudar. Além de ter se tornado uma espécie de guia já no começo da pesquisa, Dalva, começou a relatar detalhes de sua vida enquanto tomava sua cerveja em frente à casa de Neiva, outra interlocutora.

Ela havia perdido o pai aos dois anos e a mãe aos nove. Sendo a caçula, foi, juntamente com seus irmãos, cuidada por sua irmã mais velha, mas esta “pegou um germe quando limpava o banheiro”, o que a impossibilitou de cuidar dos irmãos e dos três filhos que tinha nesta época. O que acabou sendo assumido por Dalva, aos nove anos de idade.

Ai eu conheci uma colega minha, ai disse bem assim Dalva vamos pra Recife, lá tem uma lanchonete e você vai trabalhar e tudo, ai eu digo vamo, quando eu cheguei foi num cabaré, era um cabaré, com 13 anos. [...] Ela disse que nós ia pra Recife pra eu trabalhar numa lanchonete, eu num conhecia lugar nenhum né, ai pronto, fomos pra ⁷⁴Dores, Sergipe. [...] Quando eu cheguei lá um cabaré, ai eu vi um salão branco muito grande, eu disse cadê eu num vou trabalhar não, ela disse não mulher hoje não, ai fiquei lá, ai o dono da boate viu que eu não ia [...] muito nova ignorante né, do mato né, do interior, ai viu que eu ia dar trabalho.

Dalva ainda explicou que quando o dono do cabaré percebeu que ela não sabia de nada ainda, isto é, ainda não tinha vida sexual ativa, levou-a para sua casa. Porém, no decorrer da entrevista, ela revela que ter falado isso “porque ninguém fala logo a verdade de cara sobre esses assuntos”. Ela fora iniciada sexualmente por este homem e depois passou a “trabalhar no salão” até que “o juiz veio em cima e eu fui pra Carmópolis, e de Carmópolis vim aqui pra

⁷⁴

Nossa Senhora das Dores – Sergipe.

Penedo.” Chegando à cidade foi morar no Kamartelo, continuando a trabalhar como prostituta, até os vinte e oito anos. Os únicos intervalos que teria dado teriam sido quando “arrumou um homi”. O que ela resume em dois momentos, quando conheceu os pais de cada um de seus filhos. Essas experiências teriam sido fracassadas e por isso dizia “Com homem, não quero nem coito”. Quanto a isso, no começo de nossas conversas, se mostrou bastante convicta. Ela dizia: “Graças a Deus eu num quero nem coito com homem, depois dele, do pai da Jéssica Kelly peguei outro morei sete anos num deu certo pronto, num quero mais nunca na minha vida Deus me livre, num tenho sorte, é melhor ficar sozinha né, é melhor só do que mal acompanhada”.

Apesar disto, não demorou a contrariar-se. Quando um de seus antigos namorados saiu da prisão em Maceió, onde esteve por envolvimento com o tráfico de drogas, voltou a juntar-se com ele. Como lembra Fonseca (1996) e Sarti (1986), no contexto das classes populares, uma mulher solteira é vista como uma ameaça às demais, principalmente as casadas porque pode querer “tomar o seu homi”, e está desprotegida. A primeira autora, ao abordar a questão da honra, vai dizer que

Não existe noção de honra ligada à moça solteira. Enquanto a imagem pública do homem tem vários pontos de apoio, a mulher gira quase exclusivamente em torno das tarefas domésticas na divisão do trabalho: ela deve ser uma mãe devotada e uma dona-de-casa eficiente [...]. Ao casar, a mulher tem a de alcançar não só uma certa satisfação afetiva, mas também um *status* respeitável. Imagina-se sempre que se uma mulher está só é porque não consegue arranjar um homem. Ademais, a mulher sem marido perturba a paz da comunidade; ela desafia a virilidade dos homens e atíça o ciúme das mulheres. A presença de um marido como tutor da sexualidade feminina resolve o problema. (1996, p.32)

Se nos primeiros encontros Dalva se mostrou sempre [...], com o passar do tempo isto foi dando espaço, mesmo que limitado, a uma relação de maior *confiança* e menos *medo*. Em cada um dos retornos a Penedo Dalva era encontrada morando em uma nova casa. No entanto, apenas em maio de 2009 ela esteve morando fora do Kamartelo. De acordo com o que informou, precisou fazer isso após seu referido ex-namorado ser assassinado dentro de sua casa, enquanto ela e sua filha se escondiam no banheiro. O que se deu por ele insistir na venda de drogas por preços mais baixos do que a média do Kamartelo, lucrando bastante com isto. Desde então Dalva foi morar com o pai de sua filha “até a poeira baixar”.

De acordo com Airton, filho mais velho de Neiva, o ex-marido de Dalva era louco por ela, apaixonado, e por isso tinha todos esses cuidados. A relação entre os dois não pôde ser tão esclarecida, mas com menos de quinze dias Dalva alugou outra casa, mais uma vez

dentro do Kamartelo, voltando a vender sopa, cerveja, refrigerantes e salgados, novamente dividindo a casa com seu “ex-marido”. No mês de julho ambos fizeram questão de mostrar outra casa, onde pretendiam morar. Dalva explicava que esta tinha mais cômodos e era mais espaçosa. Ambos falaram dos planos de abrir um bar ali, aproveitando que a casa tinha um quintal onde poderiam organizar algo. Enquanto foram me mostrando os cômodos, fizeram questão de mostrar que os “menores” ficariam longe do bar.

Tal cuidado era tomado para que seus filhos não tivessem de ser entregues a algum abrigo, como teve de fazer anteriormente. Dalva sempre explica que seus filhos ficaram na AME apenas porque o Conselho Tutelar havia ameaçado, dizendo que eles não podiam ser criados em um “ambiente impróprio”, no caso o bar que funcionava em sua casa.

b) Neiva: entre o “bar” e a casa.

Apesar de nunca ter aceitado ser formalmente entrevistada, os frequentes convites para almoços e para participar de festas em sua casa ao menos indicavam que sua desconfiança havia diminuído. Algo que se deu com toda sua família.

Neiva morava com quatro de seus sete filhos. Na casa em que moravam também funcionava um “bar”. Aílton era o único a lhe ajudar cotidianamente na administração do comércio. Ela dizia que o caçula, tendo apenas dez anos, era “muito novo pra isso”, enquanto que os outros dois, com dezesseis e dezoito anos, só sabiam “dar trabalho”. Era curioso observar que o mesmo ambiente era usado como casa e “bar” durante o dia, mas que após as dezoito horas, eles fechavam as portas e janelas, trocavam os lençóis dos quartos por outros que não tinham sido usados pelas prostitutas e seus clientes. Esta separação entre horários, os diferentes usos da casa e até mesmo o ato de trocar os lençóis, parecem indicar como construíam, nesse contexto, sua moralidade. Ao fecharem as portas de sua casa, anunciavam que dali em diante só amigos e parentes poderiam entrar. O “bar” havia fechado.

Neiva se mostrava orgulhosa ao dizer que todos os seus filhos eram de “um homem só”. Apesar de separada há pouco mais de dez anos, ela se gabava disto como se fosse um prêmio, algo que a diferenciava da maioria das mulheres a sua volta. Fazia isso ao mesmo tempo em que dizia ter cuidado de seus filhos praticamente sozinha, só precisava do marido porque o Conselho Tutelar sabia que tinha “esse bar”, motivo pelo qual precisou deixar um

casal de filhos – os mais novos – oficialmente sobre a guarda do ex-marido. Foi este também o motivo, por ela alegado, para manter estes filhos abrigados na AME.

Aílton não concordava com o fato de a mãe permanecer solteira. Dizia que ela precisava de “um homem só”, mas que era teimosa demais para entender isso. Ele dizia que não queria vê-la sozinha quando seus filhos fossem saindo de casa, algo que considerava inevitável. Sempre que promovia alguma festa em sua casa, ele convidava um senhor, próximo dos sessenta anos, que ele definiu como sendo um amigo e um “veio doido pela minha mãe”. Com o passar do tempo, pôde-se compreender que Neiva não tinha nenhum compromisso com este senhor, no entanto eles se encontravam fora do Kamartelo.

Em outros momentos encontrei Neiva conversando com alguns homens, geralmente mais novos, próximo à orla da cidade. Apesar de ter lucro com a prostituição, seus encontros nada tinham a ver com essa prática, mas eram sinal que “gostava muito de homem”, como definiu uma de suas vizinhas. Porém, costumava tomar o cuidado em não chamar a atenção dos moradores do bairro.

c) Dona Vânia: o sonho da casa própria

Aos cinquenta e três anos de idade, a vida de dona Vânia era demarcada pelas diversas surras que levou de todos os seus companheiros. Sendo este o motivo por ela apresentado para não querer mais namorar, no máximo “dá uma beliscadinha”, isto é, ter encontros casuais. Apenas seu filho caçula havia passado pela experiência de abrigo, permanecendo alguns anos na AME, inclusive, viajando com o pastor Mário por algumas capitais do Nordeste. Mesmo admitindo sentir saudades do garoto, dizia preferir que ficasse na instituição, pois o Kamartelo “só tinha o que não presta”, e também porque não queria ele seguindo o exemplo de outra filha “maconheira” que morava em Sergipe.

Seus primeiros relatos eram marcados também por uma narrativa densa e bastante triste. Ela morava em uma casa alugada nas mediações do Kamartelo. Tratava-se de um imóvel com apenas um cômodo, cuja divisão espacial era feita pelos poucos móveis da casa. Sua narrativa parecia ganhar outro tom quando falava de seu grande sonho: “comprar a sua casinha”. Quando falava disso explicava que estava esperando receber um dinheiro de uma causa contra uma empresa, o que ocorrera entre março e julho de 2008.

Já em “sua casinha”, bem maior e mais confortável do que o cômodo que morava com quatro de seus cinco filhos, inclusive o caçula que havia voltado a morar em casa, devido à extinção da AME. Dona Vânia exibia radiante sua casa, assim como alguns eletrodomésticos novos, especialmente uma televisão de vinte e nove polegadas. Ela enfatizava que este não era um sonho apenas para ela, pensava nos filhos que poderiam “precisar de um teto”. O que de fato aconteceu. Tão logo se mudou para sua residência própria, sua filha, uma adolescente de dezessete anos, mudou-se junto com a filha – de apenas dois anos – para nova casa. O que pareceu deixar Vania satisfeita, já que “todo mundo ficava junto”.

d) Raquel: “Agora eu tenho alguém que cuide de mim”.

O primeiro contato com Raquel se deu em março de 2008. Era um domingo à noite, quando ela e algumas outras mulheres encontravam-se em frente ao prédio da Igreja do Nazareno em Penedo, esperando o término do culto para dar um último abraço em seus filhos e/ou lhe entregar algum dinheiro, roupa ou comida, antes que voltassem para a sede da AME. Esta cena costumava se repetir todos os domingos. Raquel havia pedido que fosse tirada uma foto sua com a filha. Naquele momento ela exibia uma barriga já com nove meses de gravidez, explicando que a qualquer momento o bebê nasceria. Ela contava vinte e quatro anos e tivera sua primeira filha aos quatorze.

Daí em diante os contatos com Raquel e sua família se tornaram mais frequentes. Juntamente com seu companheiro, com quem estava casada há três anos, havia comprado uma casa que, apesar dos problemas na infraestrutura, se orgulhavam em dizer que era própria. Suas únicas reclamações nada tinham a ver com os buracos no teto, que os obrigava a dormir debaixo de lonas de plástico em tempos chuvosos, por exemplo. Deviam-se ao fato de antes aquela residência ter servido de “boca de fumo”, o que fazia com que “alguns noiados” – viciados em *crack* – entrassem na casa no meio da madrugada gritando o nome do traficante, pedindo a droga. Problema que só foi solucionado quando ganharam uma porta nova, na qual puseram uma tranca. Isto teria sido um “presente” de um político local, juntamente a telhas, ripas e caibros, para que consertassem o teto da casa.

Lucas, esposo de Raquel, passou a participar das conversas. Inicialmente fazendo diversas perguntas e alertando a esposa para “tomar cuidado”. Com o passar do tempo esta

situação foi mudando, em alguma medida, principalmente com a oportunidade de conversarmos fora de sua casa, longe de sua esposa. Raquel, assim como sua mãe, sempre o identificava como um homem trabalhador, que mesmo tendo crescido no Kamartelo e conhecendo todo mundo naquele lugar, nunca se metera com “o que não presta”: consumo de drogas e tráfico.

As qualidades de Lucas eram ainda mais ressaltadas pelo fato deste, além de ter casado e assumido a filha com Raquel, tratar bem a primeira filha desta, fruto de outra relação. O pai da menina mais velha seria um homem com quem fizera sexo após conhecer em uma festa, e que só “colocou o nome na menina porque o juiz obrigou”.

Ela explicou que tanto uma filha quanto outra chegou a ter vontade de dar “pra uma família de melhores condições”, no entanto, quando as garotas nasciam, dizia não ter coragem. “Eu olhava aquelas coisinhas lindas, indefesas no meu colo e não tinha coragem. Deus me livre dá uma filha minha”. Isto foi reforçado quando disse que não entregaria a filha recém-nascida para o abrigo por estar casada com “um homem decente”. Sobre isso ela concluiu dizendo: “Não, agora tenho um homem que cuide de mim”. O que é reforçado por Lucas, quando este afirma que também não a deixaria fazer isso.

e) Dona Filó: “Uma mãe não pode abandonar seus filhos”

As diferentes histórias de vida traziam, inevitavelmente, formas diferentes de narrativas. Se a maioria das mulheres narravam suas histórias de forma bastante sofrida, este certamente não fora o caso de dona Filomena – “Dona Filó”. Isto não implica que sua história tenha sido menos permeada de violências e decepções. No entanto, demonstrava sempre bom humor, apesar das constantes reclamações de dores pelo corpo e das preocupações com seu neto, filho do mais novo de seus sete filhos. Além disso, cuidava também de outro garoto, segundo ela, de “uma viciada” que “não tem amor pelo filho”.

Ambos ficaram aos cuidados da AME até sua extinção, quando “de uma hora para outra” os garotos foram mandados de volta para casa sem qualquer explicação. Dentro da dinâmica do Kamartelo é considerada uma mulher “de posses”, já que, mesmo sem ser alfabetizada, exerceu uma única profissão ao longo de sua vida – cozinheira -, o que lhe rendeu alguma estabilidade financeira com a aposentadoria, algo raro naquele contexto. Além disto, orgulha-se de ter uma casa própria. Todos os seus filhos “são do mesmo homem”. Ela afirmou isso com um orgulho semelhante ao percebido em Neiva. Segundo explicou, seu

marido nunca fora violento com ela, apesar de ter matado muita gente, não apenas em Alagoas como em Sergipe. Ela conta, por exemplo, que ele matou três homens em Aracaju. “Ele matou um menino, Deus me livre, menor que um filho meu, esse que tava aqui” diz, referindo-se a seu neto de dezessete anos. Ela conta que nem sempre as coisas foram assim, que isto só veio acontecer quando foram morar no Kamartelo.

[...] a gente tava casado há muito tempo já quando ele começou, comprou uma casa aqui em Penedo, uma casa nessa outra rua daí direto da que eu to morando. Depois ele trouxe uma ruma de amigo aqui e começou a traficar, aí ele vendia droga, ele ganhava dinheiro co uma batata quente, era agiota. Assim, agora pro povo, porque eu dizia a ele: “Se você aprontar comigo você morre mais rápido que eu mato você” Eu num vou mentir né, porque mentir é um pecado a gente andar com mentira né, agora num matei porque ele nunca quis fazer coisa. Ele dizia: Nunca vou dar nela, nem empurrar.

De acordo com Filó, a única vez que ele tentou lhe bater foi quando ela descobriu que ele estava com “outra”, mas “enfiei uma faca no bucho quando ele veio pra cima de mim”. Ela explica que ele terminou sendo preso, pois o delegado era seu amigo. Não ficou preso por muito tempo, mas também não permaneceram casados, “por causa da convivência meu fio, não dava mais certo não”. Apesar de seus relatos serem duros e repletos de cenas de violência, eram narrados com uma leveza pouco encontrada em outras interlocutoras. Em parte, isto se dava pela vida comparativamente mais confortável que tinha.

Mesmo vivendo em uma favela - talvez a mais estigmatizada dentro do imaginário local -, convivendo de perto com diversas formas de violência, dentro e fora de casa, dona Filó, como a maioria das outras interlocutoras, era a única que contava com uma renda fixa, o que lhe dava inclusive a fama de ser alguém “bem de vida”. Além disto, apesar de ter perdido o pai logo cedo, pouco antes de completar dez anos, sua família se manteve unida até que os oito irmãos fossem “ganhar o mundo”.

Meu pai morreu sabe quantos anos eu tinha, tinha 10 anos ia fazer 10 anos ainda quando ele morreu, minha mãe ficou com 8 filhos pra criar e minha tia tomou conta de um bocado pra ajudar, aí pronto a gente se criou assim se ajudando, depois ficamos maior, de 12 anos em diante cada um tomou seu rumo de vida, trabalhar pra viver né, mas num tinha como viver. [...] de 12 anos em diante, a com 12 anos a gente trabalhava, pra arrumar boi.

Os relatos de dona Filó são sempre marcados por uma forte rede de solidariedade familiar. O que parece ter se intensificado com o falecimento do seu pai. Isto vai aparecer também na relação que ela estabeleceu com seus filhos e noras. No entanto, ela diz recusar

sempre os insistentes convites destes para que ela saia de Penedo para ir morar no Rio de Janeiro, cidade que ela diz gostar apenas para passear.

Esta rede de solidariedade é vista pelo cuidado com o neto,. Isto teria se dado após o pai do garoto ter sido traído e abandonado pela esposa, algo não tolerado por dona Filó, que ressaltou que muito mais grave do que ter “chifrado” seu filho era o fato de ter abandonado o menino. “Uma mãe não pode abandonar seus filhos”, conclui seu argumento contra a ex-nora.

f) Tina: exemplo de “mulher trabalhadeira”.

Durante algumas conversas com Noêmia ficou claro que nenhuma das mulheres com filhas na instituição residiam no Kamartelo, como inicialmente se esperava. No entanto, uma delas havia morado há muito tempo no bairro. Isto foi confirmado durante as conversas com alguns interlocutores ali residentes. Geralmente se referiam a ela como “Tina, que trabalha na feira, aquela que o marido parece que buliu com a filha”, fazendo referência ao fato de seu ex-marido ter sido preso por manter relações sexuais com sua filha, abrigada há três anos, mesmo tempo que o pai estava preso.

Foi através das indicações de Dalva que pude chegar a Tina. Ela havia explicado que aos sábados eu poderia encontrá-la limpando peixe em uma banca de feira, próximo ao Kamartelo. De fato, ela trabalhava todos os sábados e domingos em feiras na cidade, limpando peixes. De segunda a sexta trabalhava catando lixo nas ruas da cidade e trocando em ferros-velhos.

Tina, como era esperado, mostrara-se desconfiada ao saber que um desconhecido queria conversar com ela, saber sua história de vida, etc. No entanto, isto não a impediu de, logo no primeiro contato, confirmar que o “o pai de menina” estava preso. Ao dizer isto, tratou logo de corrigir-se: “Pai não, aquilo é a besta fera”.

Um dos maiores orgulhos de Tina era afirmar que tanto era uma “mulher trabalhadeira” quanto era assim reconhecida por muita gente na cidade. Isto era evidência na forma como buscava se apresentar, demonstrando certo arrependimento em ter tido filhos, pois isto a impedia de trabalhar por onde bem quisesse como costumava fazer na juventude. No entanto, isto não a impedia de se caracterizar como uma “boa mãe”. Uma das formas como isto aparecia em seus relatos era através do fato de visitar sua filha no LN todos os

domingos, faltando apenas quando adoecia. O que, segundo contava, era algo raro, já que tinha “uma saúde de ferro”.

Apesar de ter um total de três filhos, Tina só havia cuidado de dois deles, pois a primeira filha era criada por uma tia sua, que a teria “criado” também. Durante a pesquisa ela dividia a casa apenas com seu filho, um rapaz de dezessete anos. Este era também elogiado pela mãe e por alguns antigos vizinhos do Kamartelo como um “garoto trabalhador”.

Apesar dos filhos, Tina afirmou nunca ter sido casada. Não pareceu incomodada ao afirmar que seus antigos companheiros; o pai de seus filhos, e mesmo o homem que “cuidava” dela atualmente, eram casados. Ela parecia ter realizado seu sonho: “arrumar um veio”. “Ele cuida de mim”, explicou isto dizendo que ele nunca levantara a mão pra ela, que se dá bem com seu filho e que ajuda na casa, trazendo comida e pagando a conta de energia (que geralmente não passa dos sete reais).

Neste ponto Tina não se intimida ao contar que seu “veio” é casado, vive com sua mulher na zona rural, motivo de só tê-lo encontrado apenas uma vez em sua casa. Semelhante aos relatos apresentados por Claudia Fonseca (2000), a história de Tina revela que a busca por se “arranjar na vida” arrumando um homem parecia ser uma constante em sua vida. Ela conta-me que antes de conhecer o pai de seus filhos cuidava de um velho, “vivia mais ele”, porém, este “não lhe dava as coisas”, ficava “segurando o dinheiro”. Ele, o pai de seus filhos, era amigo do seu ex-marido, e mantiveram um “caso” “até que o velho morreu”. Se quando fala dele como pai chama-lhe de “besta-fera” por ter mantido relações sexuais com sua filha. Não reclamava do tratamento que recebia dele, já que lhe dava as coisas”, isto é, não deixava faltar nada em casa.

Apesar de sua relação atual não ser “convencional”, não parece ameaçar ou incomodar suas vizinhas, tendo em visto que “seu velho” não é do Matadouro, mas da zona rural de Penedo. Para todos os efeitos, dentro daquele “pedaço”, eles parecem ser vistos como um casal.

g) Anunciada: “Eu num tenho pai, num tenho mãe, eu não tenho ninguém”

Anunciada havia nascido em Marimbondo, um município próximo de Penedo. Durante o trabalho de campo ela morava no Matadouro, com cinco de seus doze filhos. Tendo sido apresentada por Tina, sempre se mostrou mais disposta a relatar sua história. Contou que seu pai teria morrido quando tinha quatorze anos. Após isso, ela explica:

[...] foi tempo que eu sai e fui trabalhar na casa de família pra trabalhar e fui pra Maceió passei o bocado de tempo lá, porque eu tenho uma irmã lá também, um só, passei lá um bocado de tempo e vem aqui pra Penedo, aí foi quando eu cheguei aqui em Penedo foi quando eu gerei essa família. meu pai naquela época ele era uma pessoa doente, ele tinha problema de baço, aí isso ele foi prejudicando, aí foi até quando ele morreu, morreu lá mesmo.

Em suas primeiras narrativas, me contou ter gerado oito filhos, no entanto, com o passar do tempo foi ficando mais evidente que havia gerado doze crianças, duas teriam morrido, e outros dois, de “um caso” que teve com o filho de uma patroa, teriam sido entregues a esta, pois teria insistido muito além de saber que cuidaria bem dos recém-nascidos. Ela disse que nunca mais viu estes filhos depois que os pariu. O fato de não contar com estes filhos deixou algo evidente: ela não se sentia mãe, uma vez que não os havia “criado”.

Ela vivia há mais de quinze anos com seu marido, mas ao contrário de outras interlocutoras, parecia fazer questão de ressaltar que não se sentia casada. Sobre isto afirmou:

Nunca me casei e nem quero, nem tenho vontade de casar. Quero não, porque num da, de jeito nenhum, nossa relação não da pra gente continuar, naquela época quando eu vim morar mais ele aqui, ele era muito novo, hoje em dia a idade dele já tá muito avançada demais. Naquela época quando eu sai de Maceió e vim aqui pra Penedo, ele era muito novo ele, aí ele num era do jeito que ele tá agora, agora tudo mudou. Ele mudou em muitas coisas aqui, muitas coisas ele mudou, deu pra beber.[...] depois que ele chegou aqui que se colocou com quem não presta aí pronto, que nem diz o povo um ditado dos mais velho, a ovelha quando se coloca com quem não presta aí pronto, num presta também, se embaralha tudo de uma vez, por isso que as minhas filhas estão lá por causa disso, por causa de problema dele aqui dentro, de cachaçada dele aqui dentro de casa, ele judiava muito ne mim, batia muito ne mim, inda hoje mermo ele tenta bater, quando ele bebe, bebe fora do limite, fica doido dentro de casa, e tem dois filho que é do mesmo jeito também.

Aparecida pareceu querer proteger, de alguma maneira, a imagem do companheiro, já que preferiu não explicitar em quais tipos de problemas ele havia se envolvido. No entanto, ao falar que dois de seus filhos estavam indo pelo mesmo caminho, parece sugerir que haviam se envolvido com drogas legalmente proibidas e/ou com o tráfico. Um de seus filhos era famoso dentro e fora do bairro por ser um “noiado” que vivia dentro da “boca de fumo”, na mesma rua que morava, e ainda andava roubando em outros bairros e povoados de Penedo.

Apesar das inúmeras reclamações sobre seu companheiro, Aparecida fez questão de ressaltar que apenas sua filha mais velha, que morava em Aracaju, não era filha dele. Ao mesmo tempo em que afirmou que “o pai dos menino vive aqui dentro de casa, num tem

trabalho, num trabalha nem nada”, também explicou que sua “ajuda” era indispensável já que “quando ele tava em casa “saía pra aqui e pra aculá e arrumava comida, uma farinha um feijão, mas agora pronto ele ta pra lá e pronto” . Seu lamento tinha a ver com o fato de seu companheiro ter sido preso ao ser pego em flagrante bêbado, com uma arma na mão, tentando bater nela. Como que buscando amenizar a gravidade da cena, ela explicou que depois viu que a arma estava descarregada.

h) Maria das Dores: “Minha história é muito feia”

O primeiro contato com Maria das Dores se deu em um dos domingos em que ela visitava suas filhas no Lar de Nazaré. Passou boa parte do tempo penteando os cabelos de uma das filhas, enquanto a mais velha se revezava entre brincar de corda com outras garotas e ficar abraçada com a mãe. Dentre todas as interlocutoras, ela parecia apresentar sua história de maneira mais dramática.

Sua relação com o gênero masculino parece ser marcada por certa dependência emocional e simbólica. Nossas primeiras conversas foram marcadas pelo olhar vigilante de seu atual companheiro, com quem havia “se juntado há cinco meses”, morando com ele e três de seus seis filhos. Dos três que não residiam com o casal um, o filho mais velho, estava com uma tia, mas sempre vivia por lá, e duas garotas estavam há três meses abrigadas no Lar de Nazaré, algo que, por sinal, lhe incomodava bastante, como será melhor relatado mais a frente. Apesar de morar perto de sua família; mãe, tias e irmãs, não possui uma relação pacífica com estes, principalmente com sua mãe, com quem só veio morar aos onze anos. Tinha convicção que sua progenitora não gostava dela desde seu nascimento, única explicação que encontrava para ter sido a única filha que não cresceu desde cedo com ela.

Maria das Dores repetia inúmeras vezes o fato de que seu “passado era muito feio”. Com sua voz bastante baixa, contou que foi estuprada aos cinco anos por seu tio, irmão de sua mãe, que frequentava a casa de outra tia, a quem considerava sua “verdadeira mãe”. “Aos onze anos já era mulher mesmo, eu fiquei na casa da minha mãe depois comecei a namorar, minha vida se destruiu nova mesmo”. Aparentemente calma, mas expressando certa angústia, ela narra ainda que tivera seu primeiro filho aos doze anos, “quando vivia junta mais um homi”, seu primeiro marido.

Maria das dores: [...] era muito nova, aí fui morar numa casa com ele, depois ele pediu a minha mãe pra gente casar, aí minha mãe num aceitou. Pelo meu pai sim a

gente casava, mas minha mãe num quis, a gente ficou só morando junto, depois ele foi embora pra São Paulo e queria me levar também, minha mãe não aceitava e eu era de menor, né, só ia com a permissão dela, aí eu fiquei morando com a minha mãe dentro de casa, depois tive outros homens, fui morar com outros, né, e não dava certo, nunca dava certo, quando aí foi eu tive esse meu filho que tem 14 anos.

Gilson: Esse aqui ou o outro, mais velho?

Maria das Dores: é o outro, aquele moreninho que tava interno, aí tive meu filho que tem 14 anos, e me separei que não dei certo também, fiquei na casa da minha tia, não fiquei com a minha mãe, fiquei com a minha tia, aí depois eu fui e tive esse outro marido que é o pai dessas que tá no interno, aí fiquei, Walmir tinha 1 ano, aí eu fui morar com ele, depois tive mais três filho, aí ele era carregador, trabalhava na roça, trabalhava pegando carrego, fazia limpeza numa banca [...] que ela tomava conta na feira até que ele foi, foi, um rato mordeu no pé dele, aí ele ficou, num foi pra emergência, num pôs nada e acabo de um mês ele começou a se sentir mal, com coisa de oito dias ele começou a ter uma forte febre e num teve jeito, foi pra Maceió e faleceu, aí pronto se foi.

Ela explicou que por ter sofrido muito nas mãos do primeiro marido, que era muito violento, desejou que seu filho mais velho morresse, tentou provocar um aborto tomando chás caseiros e comprimidos, mas “por um milagre, graças a Deus, ele nasceu”. Ela explica que quando descobriu que estava grávida já tinha se separado do pai do menino, que tinha transferido toda a raiva e mágoa que sentia por este para o filho. Porém, ressalta que este se tornou o seu “xodó”, muito responsável e carinhoso. Observando suas narrativas, percebe-se facilmente que Maria teve outros companheiros (“tive outros homens”), mas destaca apenas três: o pai de seu filho mais velho, o segundo caracterizado como um “bom homem”, pai de seus demais filhos, e o atual, “um homem que cuida de mim e dos meus filhos”.

A relação que Maria das Dores estabeleceu com seu atual companheiro, a exemplo de outras mulheres acima apresentadas, aproxima-se bastante da ideia de *step fathers* relatada na pesquisa de Philip Bourgois (2009), porém, na etnografia apresentada pelo autor, alguns homens afirmam sua masculinidade ao não se submeterem a criar os filhos de outro homem. O que irá ser potencializado quando um dos filhos de anteriorunião da mulher com quem se casa não se submete à autoridade do padrasto.

i) Marilda: aprendendo a ser durona como o pai

Dentre todas as interlocutoras, Marilda era a única que não morava em uma favela, mas no bairro chamado Madre de Deus, afastado do centro da cidade. Teve quatro filhos, dois do primeiro casamento e dois de seu parceiro atual. Outra questão que a diferenciou das demais interlocutoras foi o fato de ser a única dentre as nove mulheres

entrevistadas que era alfabetizada, tendo cursado até o oitavo ano – antiga sétima série. Uma das filhas de seu primeiro casamento estava abrigada no Lar de Nazaré, no entanto passando pelo processo de “reintegração familiar”, já explicado anteriormente. Além de ressaltar que trabalhava como vendedora autônoma, atendendo em residências, quando necessário, até aos domingos. Ela chegou a dizer: “Sou vendedora, sou comerciante, sou tudo”.

Aos trinta e cinco anos ela estava casada há quase dez anos com seu terceiro marido. A casa em que moravam chegava a contrastar com as demais, tendo em vista que era espaçosa, confortável, com um quarto para o casal, outro para os dois garotos, duas salas, uma cozinha também espaçosa, com diversos eletrodomésticos. Ambos diziam que se sua filha mais velha, abrigada há mais de três anos no LN, realmente fosse voltar para casa, eles pensavam em fazer um quarto só para ela.

Casou-se aos dezessete, no entanto, quando estava grávida de seu segundo filho, resolveu se separar, dentre outros motivos, porque ele lhe batia muito. Ao fazer isso, começou a trabalhar em um restaurante e explicou que deixou sua filha sendo cuidada pela avó, sua mãe, pois não tinha tempo para cuidar dela. Dizia que tinha de fazer isso, pois do contrário não poderia “dá as coisas pra ela”. Chegou a morar em Recife e em João Pessoa com seu segundo esposo, com quem ficara por três anos e com quem não tivera filhos.

Apesar dos diversos elogios dirigidos ao seu companheiro, Marilda parecia querer ressaltar sua independência financeira, ao mesmo tempo em que destacava que a casa em que morava não era sua, mas de seu esposo.

5.1.1 Diferenças convergentes

Cada uma das entrevistadas acima apresentadas tem suas subjetividades, construídas a partir de diferentes experiências, e estabeleceram relações distintas entre seus familiares, filhos e companheiros. Algumas ressaltam uma aparente aversão a qualquer tipo de envolvimento afetivo com outros homens, tendo em vista suas diversas decepções amorosas, que vão aparecer nas diversas “surras” que levaram ou através de outras atitudes consideradas moralmente reprováveis. Por diversas vezes algumas dessas mulheres pareceram querer apresentar-se como sendo independentes dos homens, por já não serem mais casadas, morando sozinhas há muito tempo, ou por trabalharem fora do ambiente doméstico. O que nem sempre pareceu coerente com suas práticas cotidianas. O número de vezes que haviam se

“juntado”, ou mesmo a esperança de que seu “veio”, largasse a esposa, dentre outras situações, parecem apontar para uma construção simbólica e afetiva que denota certa dependência da figura masculina, ainda que isto não negue suas *agências*.

Um companheiro esforçado, “trabalhador”, também é considerado como meio para uma mulher manter os filhos perto de si. Preocupação existente, principalmente, quando se vê diante da tensa relação entre os filhos de uma união passada e o atual companheiro.

Não foi novidade perceber que, na construção de sua moralidade, essas mulheres apresentam formas diferentes de cuidar dos filhos e das filhas. Se sobre estas se tenta exercer um controle maior, sobre aqueles há uma concessão maior do direito de se fazer mais presente na rua. Em geral, os garotos são designados desde cedo a contribuir com o sustento do lar. Isto não deixa de ser parte das estratégias das classes populares de perpetuar, dentro do seu contexto, a percepção de que o homem deve ser o provedor do lar.

Dessa forma, era comum ver os filhos de muitas dessas mulheres nos fundos dos supermercados esperando que os gerentes liberassem a entrega das mercadorias próximas do vencimento ou com embalagens danificadas e impróprias para comercialização. Outros garotos, geralmente na adolescência, costumavam fazer carrego: esperavam que os clientes dos supermercados ou nas feiras livres quisessem que eles levassem suas compras até suas casas com seus carrinhos de mão em troca de algum dinheiro – dois ou três reais. Com exceção dos filhos de Marilda, todos os outros filhos de interlocutoras aprendiam desde cedo a contribuir, direta ou indiretamente, com a renda da casa. Enquanto que a educação dada às garotas parecia reproduzir a noção de instinto materno e de cuidadoras do lar, já que tinham de ficar em casa cuidando dos irmãos mais novos e/ou ajudando a organizar a casa.

Outra preocupação frequente, voltada à diferença nos cuidados com filhos e filhas, apontou para o controle da sexualidade das garotas. O medo da maior parte das mulheres em relação aos garotos era que não se envolvessem com o consumo e tráfico de drogas. Já em relação às meninas as preocupações pareciam girar em torno do controle de sua sexualidade, seja através do temor de vê-las na prostituição – por vezes repetindo a história da mãe, como no caso de Dalva – ou engravidando precocemente⁷⁵.

Neste sentido, o abrigo aparece como algo positivo para a maioria das interlocutoras, como maneira de manter os filhos longe das drogas e da rua “que só tem o que não presta”. Este discurso se mostrou potencializado no discurso dessas mulheres em relação

⁷⁵

Sobre isto ver: SARTI, 1996; FONSECA, 2000; SCOT, QUADROS; 2008.

ao cuidado com as filhas. No entanto, como será apresentado, nem todas se mostravam satisfeitas com isto.

De forma geral, a maior parte das mulheres que compõem as classes populares busca estabelecer uma situação de equilíbrio entre seus novos companheiros e os filhos das uniões anteriores. Porém, a fragilidade dos laços conjugais, tão comum nesse contexto, contribui para o estreitamento dos laços entre as mulheres e seus filhos, o que nem sempre é possível (FONSECA, 2000 SART, 1996, SCOTT, 1990). Neste contexto, deixar temporariamente o filho com um membro da família ou mesmo com alguma instituição não é algo incomum, mesmo que não seja do total agrado dessas mulheres.

O que as insere em uma rede de circulação de crianças (FONSECA, 2006), algo que faz parte de seu cotidiano, inclusive de sua história pessoal. Este é o caso tanto de Maria das Dores, como de Tina, ambas estiveram aos cuidados de suas respectivas tias, só conhecendo suas progenitoras algum tempo depois. No caso da primeira, ainda houve convívio com sua mãe, ainda que conflituoso, já para a segunda, o encontro com sua mãe não pareceu ter sido de grande importância, só ocorrendo quando “era mulher formada”.

Se para algumas dessas mulheres as diversas decepções amorosas são a prova de que devem estar só, para outras, mesmo com o risco de uma nova decepção, a esperança não está perdida. A importância de “ter seu homem” só parece diminuir com o avançar da idade e de “ter os filhos já criados”, do contrário, mesmo quando falam não desejarem mais homem em suas vidas, seja um “velho”, um “homem bom” ou um “trabalhador”, na maioria das vezes, se há chance, não hesitam em contradizer-se.

O casamento, neste sentido, faz parte da imbricada rede de solidariedade que se estabelece em prol não apenas de sustento financeiro, já que muitas vezes isto não é garantido pelo homem, - seja porque a mulher trabalha ou recebe algum benefício governamental-, mas simbólico, reforçando a ideia do homem como protetor do lar. Um companheiro esforçado, “trabalhador” também é considerado como uma forma que a mulher encontra de manter os filhos perto de si, sejam aqueles de outros casamentos – que se submetam a autoridade do novo companheiro – sejam aqueles gerados dentro da nova união.

Além disso, como já destacado, a mulher casada oferece menos ameaças as demais, que veem nas solteiras e “disponíveis” sempre uma ameaça. Num primeiro olhar poderia parecer que aquelas mulheres, como dona Filó, que tinham sua fonte de renda, não precisavam de uma figura masculina. Se isto estiver apenas vinculado à figura do marido

pode-se tomar como uma verdade, porém, a relação dela com os filhos parece sugerir que a “dominação masculina” não se prende ao casamento, mas se faz presente nas relações intergeracionais, principalmente na parceria entre mães e filhos, ou mesmo em outras como “um delegado amigo”.

Isto não implica em negar agência, mas que estas relações refletem os “jogos sérios” (ORTNER, 2006; SCOTT, 2009) existentes nas relações de gênero, que estarão permeadas de relações de poder e desigualdade. Estas mulheres não negam isto, entram no “[...] jogo por *procuração*, isto é, numa posição ao mesmo tempo exterior e subordinada, e a dedicar ao *cuidado* do homem. [...] Excluídas dos jogos de poder, elas são preparadas para deles participar por intermédio dos homens que neles estão envolvidos”. (BOURDIEU, 2003, p. 97). Estes podem ser seus pais, maridos ou filhos.

Em meio aos “jogos sérios” essas mulheres também ressaltam a preocupação que seus companheiros se deem bem com seus filhos, principalmente quando são frutos de uniões passadas. Elas buscaram ressaltar tal preocupação ao caracterizarem-se como “boas mães”, preocupadas com o bem-estar de sua prole. Esta dependência está relacionada às diferentes socializações através das quais é construída a noção de masculino e feminino. Isto vai predispor os homens a amar os jogos de poder através de uma *libido dominandi* e a mulher a amar aos homens que os jogam; “[...] o carisma masculino é, por um lado, o charme do poder, a sedução que a posse do poder exerce, por si mesma, sobre os corpos cujas próprias pulsões e cujos desejos são politicamente socializados.” (BOURDIEU, 2003, p. 98).

Os efeitos desse jogo podem ser percebidos na busca pelo “velho”; na garantia de “um homem bom” e “trabalhador”; ou através das alianças feitas com os filhos contra a figura paterna em determinados momentos.

5.2 “Elas não sabem amar” (?): expressões do amor materno nas classes populares

Se de um lado os agentes disciplinadores buscavam articular argumentos e supostas evidências que provavam, em sua perspectiva, que a maior parte das mulheres que atendiam não amavam seus filhos, estas por sua vez, como já anunciado, não pareciam conformadas com isto. Em geral, elas buscaram explicitar sua forma de amor através de diversos fatores: trabalhar fora do ambiente doméstico; alimentar os filhos; aprovar ou não o abrigo destes; desejar que não se tornem drogados, traficantes e prostitutas; ou ficar em

casa dedicando-se a prole. Estas foram, sem dúvidas, situações vivenciadas por estas mulheres. Através delas buscavam reafirmar os laços com seus filhos. O que também lhes servia de resposta - uma prova - de sua moralidade, sua “boa maternidade”, fosse diante de sua vizinhança ou dos agentes institucionais.

Dizer isto, não se trata de querer provar se elas amam ou não sua prole. Certamente que este sentimento poderá estar ausente em algumas destas mulheres. No entanto, a crítica feita às representações dos agentes institucionais está na insinuação de que isto se daria, pelo menos em parte, pela realidade social que enfrentam, isto é, sua situação de classe. O que trás a tona duas perguntas: Só as mulheres pobres correm o “risco” de não amarem seus filhos? A situação de classe das pessoas determina que seus laços afetivos sejam mais ou menos frouxos? Nenhuma das interlocutoras buscou esconder as dificuldades que tinha na criação de seus filhos. Algumas destacavam que preferiam que seus filhos permanecessem abrigados, pois isto, ao mesmo tempo em que os mantém livres das ruas, onde “só aprendem o que não presta”, também permite que tenham tempo para trabalhar ou mesmo diminui as despesas da casa, principalmente, que sobre mais comida. Porém, ao optarem ou serem obrigadas a manter seus filhos consigo diariamente, articularam diversas estratégias, através das quais se afirmam como boas “mães”.

As formas como o amor materno apareceu passam por alguns pontos específicos: a centralidade do “dar de comer” aos filhos; o abrigo como maneira de protegê-los, seja da fome ou dos “perigos da rua”; ou mesmo da caracterização do trabalho como maneira de providenciar, ainda em meio às inegáveis dificuldades materiais e simbólicas, um mínimo conforto para seus filhos.

5.2.1 A exaltação do trabalho como forma de cuidar dos filhos

Frequentemente pode-se perceber que o “amor materno” pressupõe um abandono de atividades, como trabalho e lazer. No entanto, apesar disto se fazer presente nas diversas idealizações, inclusive percebidas pelos agentes disciplinadores entrevistados anteriormente, não aparece como prática em seu cotidiano. A noção de que o “trabalho dignifica o homem” aparece direta e indiretamente em seus discursos. Ao manter contato com as mulheres apresentadas neste capítulo, esta categoria se mostrou fundamental. Elas a articulavam como forma de provar seu amor para com seus filhos.

Nesse sentido percebeu-se, inclusive, que buscavam explicar como foi necessário perder muito da convivência diária com sua prole para melhor cuidar dela. Este foi, sem dúvida, o discurso de muitas interlocutoras ao buscar explicar o motivo de preferirem perder a convivência diária com seus filhos.

Tina, em sua rotina semanal de trabalho dizia preferir que sua filha permanecesse abrigada no Lar de Nazaré, porque isto permitia que trabalhasse com mais liberdade, pois caso a garota estivesse em casa ela se veria diante de um impasse: ou teria de parar de trabalhar para ficar com a filha em casa – o que era inviável, já que perderia sua única fonte de renda – ou a levaria para rua. O que não pretendia fazer, uma vez que não queria “isso para sua filha”. Ao contrário de outras mulheres que trabalhavam fora do ambiente doméstico e deixavam suas filhas “tomando conta da casa”, ela dizia não poder fazer isso, por medo de que “outra desgraça acontecesse”, remetendo-se ao ocorrido entre seu ex-companheiro e sua filha.

Tina parecia ter esperança de que a garota só saísse do abrigo quando “estivesse de maior”, quando teria aprendido muita coisa – referindo-se aos artesanatos que fazia – podendo trabalhar com isso, podendo, inclusive, ensinar a ela. A dona da casa onde Tina “morava de favor” interrompeu uma de suas narrativas dizendo que sua filha havia dito que só ia morar com ela “quando arranjasse um trabalho de verdade”. Ao mesmo tempo em que se orgulhava bastante de ser uma mulher trabalhadeira e de algum reconhecimento positivo que isto lhe dava diante da vizinhança e mesmo de pessoas de outros bairros ou dos próprios agentes institucionais, não queria que sua filha seguisse seu caminho. Sobre este reconhecimento, ela exemplificou dizendo: “Eu ganho as coisa da mulher do policial ali. Ela gosta de mim. Ela é muito boa, me dá as coisas. As roupas, quase nova. Ela diz que eu sou trabalhadeira. E eu sou mesmo, sempre trabalhei. Ai eu levo as coisa pra minha menina”.

Não foram raras as vezes em que Tina fora encontrada empurrando seu carrinho a procura de materiais no lixo jogado pelas ruas ou passando a madrugada em alguma festa no intuito de catar latinhas de alumínio. Em nossa última conversa ela festejava a quantidade de cobre que havia encontrado. Costumava sair de casa antes das cinco horas da manhã, com o céu ainda escuro, voltando para casa entre o meio-dia e duas da tarde. Após separar os materiais, almoça e, geralmente, passa a tarde conversando na calçada de casa com algumas vizinhas. Apesar de dizer que não sabe ler nada, frequenta as aulas para jovens e adultos (EJA) em um colégio próximo à sua casa.

Raquel e Lucas se orgulhavam bastante de serem pessoas trabalhadoras e ressaltavam constantemente este fato, buscando se diferenciar de boa parte de sua vizinhança. Ela havia sido despedida logo que sua barriga começou a crescer, mas pouco tempo de ter sua filha caçula, conseguiu trabalho em supermercado da cidade. Dessa forma, nem ela ou Lucas ficavam com as filhas durante o dia. Era comum encontrar a filha mais velha, após ter saído do “projeto do pastor”, cuidando do bebê. O casal se orgulhava de ter conseguido comprar por três mil reais a casa em que moravam - dinheiro economizado ao longo de anos. Logo que Raquel recebeu seu primeiro salário, compraram uma geladeira, algo que até então não tinham, parcelando o valor em diversos pagamentos. Orgulhavam-se de ser pobres, mas honestos e trabalhadores. Isto, segundo diziam, eram os valores que haviam aprendido com suas famílias, e que pretendiam passar às garotas.

Muito antes de ter sua filha assistida no Lar de Nazaré, Marilda explicou que precisou deixá-la com sua mãe, pois precisou voltar a trabalhar depois de se separar do pai da garota. Ela explicou:

Ai eu fui trabalhar, me separei dele e fui trabalhar em restaurante. Eu saí de casa seis horas da manhã e chegava em casa de meia noite, de madrugada. Porque você sabe como é o movimento de restaurante. Ai ela ficava com a minha mãe, praticamente quem criou ela foi a minha mãe, eu só tinha direito de ficar com ela finais de semana, porque era quando era minha folga, era isso.

Explicou ainda que não achava que isto fosse o ideal, mas era necessário.

Eu sentia que era ruim, mas eu ia fazer o que? Ele num assumia a filha. Eu nunca fui mulher de me separar de um homem e dizer: “eu vou botar você na justiça pra dar pensão a sua filha”. Um homem que num tinha nem pra ele. Ai eu digo **se eu amo a minha filha e num quero perdê-la, não quero abandonar ela e nem dar...** Achei gente [...] Tinha uma tia dele (o pai), prima dele, tudo querendo ela com dois e três anos quando viu a situação que a gente num tava se entendendo bem. Ai cada um queria a menina, mas eu digo não, **ela passa fome junto comigo, mas eu num dou.** Ai minha mãe disse: ‘Olhe minha filha se você quiser eu posso não assumir, mas eu tomo de conta e você vai trabalhar e assumir sua filha’. Ai eu fui pro restaurante trabalhei muitos tempos, trabalhei em três restaurantes aqui em Penedo e foi como eu criei ela, foi assim.

Marilda explicou ainda que durante este período a filha ficara mais apegada a avó do que a ela, no entanto, quando começou a trabalhar como vendedora e se casou com seu atual companheiro, trouxe a menina para perto de si e “reconquistou” o amor da filha.

Em cada um dos relatos dessas mulheres o trabalho aparecia como expressão do amor aos filhos, assim como valor a ser repassado a estes. Cada uma buscava mostrar como

sempre havia trabalhado a vida toda. No caso de Dona Filó, isto aparecia potencializado pelo fato de ter “trabalhado de carteira assinada” e por isso usufruía de sua aposentadoria. Seu analfabetismo era minimizado por isto e pelo sucesso que demonstrava ter obtido na educação dos filhos, já que nenhum deles teria “dado pra coisa errada”, todos eram trabalhadores.

Em geral, o maior medo que essas mulheres apresentavam em relação ao futuro dos filhos é que se tornassem “vagabundos” ou, no caso das garotas, se envolvessem com algum “homem que não presta”.

Quando não trabalhavam a única justificativa aceitável para isto era a necessidade de terem de se dedicar aos filhos. O que, geralmente, acontecia em duas situações: quando a quantidade de filhos ainda pequenos era muito grande – como no caso de Aparecida – ou quando cediam ao posicionamento de seus companheiros que diziam que elas não precisavam trabalhar, pois “botava tudo dentro de casa”, como foi o percebido no contexto familiar de Maria das Dores. No entanto, sempre destacavam que haviam trabalhado muito. Sobre isso, esta última explicou que sempre trabalhou, desde a adolescência. Mas no período do trabalho de campo apenas seu companheiro, com quem havia se “juntado” fazia cinco meses, trabalhava. Quando falava dele costumava ressaltar três qualidades: o fato de ser um homem trabalhador; se dar bem com seus filhos, já que nenhum deles era fruto de sua relação atual; e nunca ter batido nela. Apesar de não trabalhar, Maria das Dores ressaltou a importância de receber o Bolsa-Família, o que também era indispensável para renda da casa, apesar de seu companheiro dizer que lhe “dava de tudo”.

Essas características apareciam entre os critérios das outras interlocutoras. No entanto, o fato de seus companheiros serem homens trabalhadores aparecia como critério mais importante, capaz de minimizar em seus discursos o fato de serem homens violentos ou de não conseguirem conviver com seus filhos.

Se para os agentes institucionais o trabalho apareceu sempre como garantia do exercício da cidadania, alguns destes defenderam que o fato das populações pobres receberem o Bolsa-Família faria com que se acomodassem. Porém, dentre as nove interlocutoras, apenas Tina ainda não recebia o benefício, e todas tinham no trabalho o valor central em suas vidas, seja na escolha que faziam de seus companheiros e/ou em seu próprio empenho em trabalhar e passar a seus filhos e filhas tal valor.

A oposição entre “cidadão de bem” e vagabundos era presença constante em seus relatos. Este teria sido um dos motivos que levou Marilda a pedir que uma conselheira Tutelar

encaminhasse sua filha para o Lar de Nazaré. Explicou isto detalhadamente, fazendo alusão à criação que recebera de seu pai, apesar de ter dito anteriormente que não havia passado muito tempo com ele, já que fora criada por sua tia até os doze anos.

O meu pai sempre foi carrasco durão, então por causa da minha criação de durona, eu criava ela, e ela achava que era demais a minha criação, a senhora também num deixa eu andar com ninguém, num deixa eu ir pra canto nenhum, todo mundo pra senhora é ruim, ninguém presta, porque eu via as amizades que ela queria fazer, dali pra li se juntava 4 ou 5 vagabundo, num era rapazinho de família, num era família rica e de família que soube criar, mas vagabundo de brinquinho e de tatuagem e cigarro no cigarro de maconha no bico, ai pra mim num da. ai pra mim num da certo porque jamais eu quero ver minha filha embolada com um cara desse, quero não meu filho, o pai dela era novo, eu tinha 15 ia fazer 16 foi em agosto, ele é a mesma minha idade, eu sou de dezembro e ele de julho, mas ele, ele era um homem novo mas era um **trabalhador**, ele trabalhava numa granja, trabalhava num super mercado, fazia de tudo era um homem trabalhador e responsável, mas hoje as menina de 12 e 11 anos que **vagabundo**, que vive só de esquina fumando droga usando droga e de tatuagem e de brinquinho nas orelha e todo enfeitado, quem já viu disso não, tenha responsabilidade, eu acho que um rapaz pra uma moça namorar é que ela veja que ele tenha responsabilidade, não aquele que amanhece 10 e 11 horas dormindo, quando se acorda toma o café e vai pra esquina conversar mais outro porque um filho, um de menor não tem trabalho não mesmo mas se ele é bom ele fica em casa mais os pais, ajudando os pais, num indo pra esquina se juntar com os outros que num presta não, por isso, ai ela queria isso e eu não fui criada assim, se eu não fui criada assim eu não vou criar ela desse jeito, eu vou criar ela como meu pai me criou.

Em seguida definiu o que era um “cidadão de bem” como sendo

Aquele que tem responsabilidade de estudar, principalmente, porque vagabundo não estuda, vagabundo inventa logo que a professora não presta, que ta com dor de cabeça e não sei o que, e o rapaz direitinho ele quando acorda já acorda com aquela vontade de estudar, se num trabalhar, num tem emprego vai estudar e volta pra casa, se chegar numa esquina chega, mas conversa com outro colega de escola direitinho que nem ele, mas não que nem os vagabundo faz, que não estuda, é o dia todinho pelas esquinas tirando onda com os outros, é isso que eu acho uma diferença dos vagabundo, aqui a minha vizinha tem um menino direito, já tem outro que é **vagabundo**.

5.2.2" Eles comem pão e água comigo que eu sou mãe para dar de comida a eles": alimentação como expressão do amor materno

Dalva nunca fez questão de esconder a revolta que sentia pelo pastor Mário, diretor da AME, diante dos motivos anteriormente relatados. Inicialmente, explicou que tanto ela quanto Neiva precisaram deixar seus filhos na instituição, pois havia “bares” em suas casas - ambiente considerado inadequado pela interpretação que os Conselheiros Tutelares faziam do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O dois filhos de Dalva e dois dos sete

filhos de Neiva passaram, aproximadamente, três anos na instituição, que inicialmente não funcionava como abrigo, atendendo aos “menores” durante o dia e mandando-os para casa no fim da tarde. Só quando receberam uma doação de um terreno mais afastado do centro – e do Kamartelo – é que seus filhos, junto com os “de uma ruma de mulé daqui” ficaram morando lá, vindo para casa, geralmente, aos fins de semana.

Logo no começo os meninos vinha pra casa de noite, ia de manhã ai quando chegava era sete. As vezes o carro quebrava, as vezes acontecia alguma coisa, sempre eles chegavam, cada um dava 1 real as mães, dava 1, 2, 3 sabe, ai pronto, ai os menino vinha, foi tempo que a Kombi se quebrou teve um acidente que a gente nem sabia, a gente soube, quando veio saber num tinha nem mais graça, que teve um acidente com a Kombi, e o povo lá mandou a Kombi pros menino né, ai teve um acidente quando a gente veio saber nem o satanás queria mais, foi não Marluce, (ela responde: foi), ai cada uma das mães dava 1 real, cada uma das mães ia, até eu briguei, já briguei num sei quantas vezes com os cobrador dos menino, meio mundo de menino. Depois daí foi lá pra perto da emergência num foi, ai as mães ia levar, cada uma mãe ia levar um dia, ai era aquela complicação das mães, uma tinha dinheiro outra num tinha, porque quem fez o projeto mandou uma Kombi, essa Kombi quebrou, ai pronto cada uma das mães tinha que dar dinheiro de levar, ai ali tava o problema todo, confusão, pronto, ai depois daí passou lá pra depois da cerâmica, uma lonjura mais ainda, mas eu tinha um bar. [...]. Cada uma das mães tinha uma coisa pra fazer né, e eu era a mais atarefada de todas, mas sempre dava um jeito né, porque eu tinha um bar, tinha que tomar conta do bar, mas quando vinha assim, as coisas assim mais eu resolvia né, ai pronto, a Kombi quebrou, ai passou num sei quantos meses, teve um acidente com a Kombi.

Segundo Dalva e Neiva os problemas principais teriam começado quando a esposa do pastor passou a tomar algumas decisões sem sequer consultar as mães das crianças, como a de cortar os cabelos da filha da uma, ou mesmo de dar-lhe “uma surra com galho de goiabeira” por ter flagrado a garota “ficando” com seu filho⁷⁶, fato confirmado pela própria “pastora”⁷⁷. Nesse ínterim, se deu a história em que a filha de Neiva, após ter passado quase quatro anos na AME, passou alguns meses no Lar de Nazaré, lugar “onde só aprendem o que não presta”. Ela disse ainda:

Eu num sei que internato é esse, porque eu vou lhe fazer aqui pra você ouvir, pra dizer pro mundo inteiro, eu tenho minha filha e tenho meu filho, ta entendendo, eu tenho minha filha e tenho meu filho, agora pra esse internato num deixo não eles irem, eles comem pão e água comigo que eu sou mãe pra dar de comida a eles, se num comer de manhã come meio dia, come de tarde, se num comer de tarde come de noite, agora pra ir pra esse internato não pra que, pra vim pior do que o que já é, de jeito nenhum. [...] lá (na AME) ela ficou uns 4 anos, sim ai né...ai foi assumida a guarda dela pelo meu ex-marido, porque eu num fiquei com a guarda dela porque tenho esse bar né, ai ficou e depois liberou dela lá, ai agora ela ta casada.

⁷⁶

Ao contar-me esta história, o pastor Mário defendeu que a garota estaria corrompendo seu filho.

⁷⁷

Como costumavam chamar a esposa do pastor.

Foi interessante observar que em seu relato Neiva destaca as estratégias e negociações para não perder o contato com os filhos: tê-los deixado na AME e permitido que seu ex-marido ficasse com a guarda oficial da filha.

Além disso, ela pouco destacou ou demonstrou ter achado ruim que sua filha tivesse engravidado aos quatorze anos de um rapaz de dezesseis. Ao contrário, isto foi visto como garantia de que sua filha não iria “se perder”, já que havia casado com “rapaz de bem”, de “uma boa família”. Se por um lado Neiva dizia não pretender casar novamente, viu no casamento da filha uma forma de cuidar desta. Costumava usar isto, inclusive, para não falar muito do ocorrido durante sua estadia na AME. “Isso foi no passado, agora ela tá bem, tem um homi para cuidar dela”.

Dona Anunciada sempre ressaltou as dificuldades de sua vida. Fez questão de mostrar todos os cômodos de sua casa. ali não havia mais camas, todas estavam quebradas. Como prova disso, mostrou uma pilha de madeira nos fundos do quintal enlameado. Contou que não tinha nem fogão nem geladeira, o que lhe obrigava a cozinhar só o necessário para o dia. Para ela a principal função materna é dar de comer aos filhos. Nesse sentido, afirmou que, além de “ajeitar sua casinha”, um de seus maiores sonhos é ter uma geladeira e um fogão, utensílios geralmente considerados básicos. Costumava cozinhar em latas de tinta com carvão.

O que a mãe deve fazer pros seus filhos é dar uma boa alimentação, como pobre, eu pego e boto esses meninos na escola, o tiquinho, que se chama José Laércio, mas a gente chama de tiquinho, tem o Aílson que não quis nada com a vida, tenho aquela outra que mora ali na outra rua, passou um bocado de tempo estudando e não aprendeu nada, também não teve cabeça pra aprender nada e não aprendeu, ela é dona da casa dela, mora com um rapaz e tem um filhinho já, aquele menino que tava aqui. [...] Tem hora que a gente procura e não tem boa alimentação, porque emprego não tem, ele já tá aqui pra pedir, porque eu num vou mentir, tenho que falar a minha realidade pra dar de comer aos filhos.

A preocupação com a alimentação dos filhos também apareceu enquanto Anunciada dizia preferir que as filhas permanecessem no Lar de Nazaré “porque lá elas tão sempre alimentada, arrumadinhas”.

O arrependimento demonstrado por Maria das Dores em ter entregado duas filhas aos cuidados do LN se dava, dentre outros motivos, pelo fato dela e seu companheiro terem comida em casa. Além disso, ela dizia já ter enfrentado situações muito piores do que aquela, juntamente a todos os seus filhos. A casa em que moravam com seus dois filhos era formada por um único vão, com alguns móveis que dividiam a casa em três cômodos. Esta era a situação da maioria das quinzecasas que compunham a vila em que moravam.

Tanto Maria das Dores quanto seu companheiro se orgulhavam em dizer que em seu lar não faltava comida. Este, inclusive, dizia não haver precisão de sua esposa trabalhar,

pois “lhe dava de tudo”⁷⁸”, além disso, como ela destacou, recebiam o Bolsa Família, o que ajudava. Não foram poucas as vezes que presenciei seus filhos comendo biscoito, pedindo um “miojo”. Também possuíam alguns eletrodomésticos; televisão, geladeira, fogão. Este último só não era usado para o preparo do feijão.

Maria das Dores: porque eu gosto de comprar carvão pra fazer o feijão, que o feijão fica mais gostoso, tem fogão e dois bujão, um cheio e um seco, tem vez que ta os dois cheio. [...] Mas eu faço só o feijão, as outras comidas eu faço no fogão.

Roberto (esposo): Porque o feijão usa muito gás

Maria das Dores destaca ser sempre uma boa mãe e fazer por seus filhos aquilo que sua mãe nunca fez por ela. Explica o que entende que “uma boa mãe tem que fazer pros filhos, colocar na escola né, estudar, cuidar direito, num deixar batendo na rua, se envolver com droga, essas coisas assim”. Além disso, faz uma comparação entre sua tia e sua mãe, dizendo que no começo, quando foi morar com a genitora, ficava dividida entre as duas.

A preocupação em reafirmar os laços afetivos com os filhos, mesmo “passando fome comigo”, é central nas narrativas dessas mulheres. A figura do homem, quando estão casadas, foi geralmente evocada como “provedor” e/ou “protetor”. Quando a relação acabava, isto deixa de existir. As mulheres passam a exaltar o papel feminino como principal e indispensável aos filhos. Isto é reforçado quando Aparecida explica o porquê de Noêmia, diretora do Lar de Nazaré, ser “uma pessoa tão dura”.

Acho que isso ai é normal, a pessoa num vai ligar não, ai foi depois que ela perdeu a mãe dela também, ai ela ficou meio nervosa, que num é brincadeira a gente hoje em dia, por ruim que seja a gente perder o caquinho de mãe da gente, o pai não, **o pai a gente encontra de bar em bar**, agora a mãe é difícil, ai ela perdeu a mãe dela, parece que ta com seis meses que ela perdeu a mãe dela, ai pronto ela ficou abatida, né.

A capacidade de “se virar” é sempre ressaltada por elas enquanto uma característica materna. Mesmo quando ressaltam que o retorno dos filhos para casa aumenta as despesas e desorganiza o já parco orçamento familiar, irão dizer que “se arranjam”. Como foi o caso de boa parte das mulheres com filhos na AME, após sua extinção, quando seus filhos obrigatoriamente retornaram para casa. Essa lógica de exaltação do amor materno por parte destas mulheres parece seguir a ideia facilmente ouvida em nosso cotidiano de que “amor, só o de mãe”.

⁷⁸ Costumava trabalhar como cortador de cana-de-açúcar na usina Paísa, propriedade do atual prefeito de Penedo. No período em que conversamos ele trabalhava como vigia noturno no centro da cidade. “Só um bico, enquanto não começa o período do corte (de cana)”.

5.2.3 Abrigamento como prova de amor: articulando justificativas e esperanças

Maria Antonieta Pisano Motta (2001) destaca que a política de adoção brasileira defende a total separação entre a família biológica e o filho entregue a adoção. Para a autora, tal postura estaria repleta de preconceitos, havendotoda uma estigmatização da mãe biológica e sua conseqüente morte simbólica, uma vez que “[...] figura como um ser imoral e perigoso que não teve pudores em abandonar seus filhos (2001, p.28).” A autora ainda vai dizer que o mesmo estigma de “mãe que abandona filho” é infligido também em relação às mulheres com filhos em abrigos. Isto estaria baseado na ideia de que abandono, de acordo com o Código Civil Brasileiro, não consiste apenas em maus-tratos físicos, mas

[...] são consideradas abandonadas as crianças que vivem em companhia de pai, de mãe ou tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes ou as crianças que, devido à crueldade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:

- Vítimas de maus-tratos habituais ou castigos imoderados;
- Empregadas em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saúde;
- Excitadas habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem; e assim por diante. (MOTTA, 2001, p.40)

Ao ouvir cada uma das nove mulheres entrevistadas descortinou-se uma diversidade de justificativas para o fato de seus filhos e filhas estarem – ou terem estado – abrigados, os quais apareceram homogeneizados no discurso institucional. É importante ressaltar que nenhuma das entrevistadas havia entregado qualquer um de seus filhos para adoção. Parte delas compreendia que fizeram o melhor pondo os “menores” nos abrigos, outras demonstram arrependimento em terem concordado com a entrega das filhas à instituição, como é o caso de Maria das Dores. Existem ainda mulheres que compreendem o tempo na instituição como um castigo, uma forma de fazer a filha valorizar tudo que tinha em casa. Porém, apesar de toda essa diversidade, existe um elo que une todos os discursos, principalmente quando se trata das garotas: o controle da sexualidade.

O leitor já deve ter percebido como a trajetória de muitas das interlocutoras aqui apresentadas foi demarcada pela experiência da circulação de crianças (FONSECA, 2006). Geralmente passaram a maior parte de suas vidas, antes de casarem-se, com tias. No entanto, mesmo tendo destacado que estas haviam sido melhores mães que suas mães biológicas, estas últimas não haviam perdido a importância e não deixaram de ter influência em suas vidas,

principalmente quando dividiam responsabilidade no cuidado dos filhos. Sobre isso, o relato de Maria das Dores pareceu emblemático: “A minha tia era melhor que a minha mãe, era a mãe que eu tinha. Ela sempre me apoiava em todas as horas que eu precisava, era minha tia, minha mãe não, a minha mãe nunca deu o apoio que ela me dava”.

No entanto, fato de muitas terem circulado pela casa de parentes, geralmente tias, reforçando a ideia de que não tem uma única mãe, mas duas ou três, não aparece em suas narrativas como justificativa para não criarem sua prole, ou para negarem a força do laço simbólico com suas genitoras. Pareciam sempre defender que o “lugar dos filhos é com a mãe”, a não ser que isto não fosse possível, que “já não soubessem mais o que fazer”.

Com exceção de Dalva e Neiva, as demais interlocutoras que tiveram os filhos abrigados na AME, na primeira fase do trabalho de campo, eram só elogios ao pastor Mário e sua família. Dona Vânia, por exemplo, conta que seu filho caçula havia começado a usar drogas: cheirou tiner – um tipo de solvente para tintas - e fumou maconha. Ter levado o filho “puxando pelas orelhas” até o “projeto do pastor” significava para ela uma maneira de “evitar o pior”, isto é, que o menino se tornasse um “drogado”. Ela disse ter pedido ao pastor que “pelo amor de Deus que desse um jeito no seu filho porque ele já tava se perdendo ali”.

Explicou que fez isso por não querer ver mais um filho seu indo pelos “caminhos das drogas”. “Deus me livre, eu fui nova, eu nunca tive vontade, agora esses cigarros de vez em quando eu boto um cigarro na boca”. Tal comentário é feito por ela ao mesmo tempo em que seus olhos lacrimejavam ao falar de uma filha casada que mora em outra cidade, “viciada, perdida”. Ela conta com maiores detalhes os motivos de não querer mais tirar o filho da instituição.

Quando a mãe quer tirar o menino de lá fala com o juiz, mas eu num vou querer tirar ele de lá agora, já teve mãe que quis tirar o filho de lá pra levar pra Maceió, mas num tirou, pra que tirar pro menino ficar perdido de novo, eu dei conselho a mulher lá, que a mulher tava querendo tirar os menino, um menino do tamanho do meu pra levar, ela ainda foi pro juiz eu acho na terça-feira, mas num conseguiu não tirar.

A vergonha e certa incompreensão diante da filha “drogada” parecem dar espaço ao orgulho de ter “salvado” o filho do mesmo caminho e que por isso não se importa em ficar distante dele, ou com o fato dele ter se iniciado em outra religião. Conta que quando o filho vem passar os fins de semana em casa, ela concorda em levá-lo de volta no horário do culto.

Vou esperar ele, que eu num gosto não de zoada (risos), eu tenho problema de resgarde quebrado e minha cabeça dói quando começa aquela zoada do pastor, não tenho paciência, num sou muito chegada não eu, agora o meu filho lá eu quero ele

lá, deixa ele lá até ele ficar de maior quando ele, agora eu acho que ele num vai entrar mais nessa não, quando ele trabalhar em alguma coisa.

Se dona Vânia demonstrou-se grata por seu filho estar “seguro”, ficando longe das ruas e “daquele lugar que não presta” – Kamartelo –, Anunciada, ao falar do filho mais velho que vive com ela, um adolescente de quatorze anos, demonstra não só revolta por “não saber mais o que fazer”, como vergonha. Afirmou sempre ter de aguentar reclamações devido as suas “armações”, roubos e envolvimento com drogas. Explicou que apesar de desaprovar seus roubos, não admitindo que os trouxesse para casa, se via na “obrigação de mãe”, e por isso acudiu o filho. Fazia isso a despeito de seu “mau comportamento”, explicando o quanto ele era ingrato, já tendo tentado agredi-la fisicamente. Desejava ter um lugar como o Lar de Nazaré onde pudesse colocá-lo, “pra ver se ele toma jeito”. Falava isto porque acreditava ter feito o melhor por suas filhas ao colocá-las no abrigo.

Se para muitos dos agentes institucionais o fato de muitas destas mulheres estarem satisfeitas com o abrigo de parte de sua prole demonstra negligência, para elas isto, na maioria das vezes, parecia indicar seu amor sacrificial, tendo em vista que não lhes agradava perder a convivência diária com seus filhos e filhas. No entanto, percebiam que isto era o melhor para eles. Nesse sentido, Marilda vai defender o abrigo de sua filha.

Muitas mães aceita as filhas principalmente fazer o que quer, só que tem poucas, raras mães que nem eu que num aceita a filha sair a hora que quer e voltar a hora quer, e faça o que quiser e ir pra onde bem quiser, porque o que eu vejo ai é mãe libera geral, trazem homem pra dentro de casa e discoteca e a mãe vai junto e a filha vem, namorado dorme dentro de casa (barulho de moto), e eu num sou liberal assim com a minha filha acho que é isso que ela acha diferente de mim pra mãe das colegas, ai o lar de Nazaré é o lugar que a gente mãe que se preocupa com o futuro da nossa filha esta ali, já que a gente não pode ter elas em casa e elas não querem ta em casa direitinha é o jeito ta lá, e foi bom

Anunciada demonstrou uma forma de pensar bastante parecida. Ela disse que uma de suas duas filhas abrigadas teria sido “pega na rua pelo Conselho”, enquanto a outra ela própria pediu para que ficasse junto à irmã⁷⁹.

Ela tava no meio da rua naquele dia, ela foi entregar um guarda-chuva, ai o conselho acho que vinha de lá pra cá, daquela lojinha que fica ali perto da pracinha que vende roupa, ela disse olhe mamãe eu entregar o guarda-chuva da mulher que eu trouxe que tava chovendo, eu disse ta certo você entrega e venha embora, e ai esperei, esperei e nada da menina chegar, e quando eu dei fé já no outro dia o conselho já bateu na minha porta, ai eu fui pra lá levei os documentos dela tudinho, registro e

⁷⁹ A versão oficial dessa história, contada por vários conselheiros, que as duas garotas teriam sofrido abuso sexual de um senhor no Matadouro.

tudo, e fui lá pro conselho, cheguei lá resolvi tudo, eu digo depois é, já que tá uma filha a outra, aí peguei a mala de Nilda, aí de Nildinha também outro dia já ia saindo, aí eu disse venha cá Nildinha, ali tem uma mulher que le chamando que ela vai le dar um negócio, aí só fez montar num carrinho parei lá no conselho e entreguei a de Nilda também, ficou todas duas, eu digo no lugar que vai ficar uma filha a outra, aí pronto até hoje, Nilda e a Maria, as duas estão lá.

Explica ainda que prefere que elas estejam no LN do que pela rua, não escondendo que isto é melhor do que as filhas “arranjarem um bucho logo cedo” como aconteceu com uma de suas filhas.

Pelo menos num ficar também no meio da rua que nem os outros, aí eu fiz a **boa escolha** e todo mundo me deu conselho, todo mundo me deu conselho, chegou e disse: Olhe já que tá uma você arrume vaga pra botar a outra também. Aí eu fiz a minha parte, se depois ela quiser reconhecer que eu sou mãe, eu cacei uma melhora pra ela bem, se num quiser, Deus tá no céu Deus vai olhar, eu fiz minha parte.

Tina chamou seu ex-marido e pai de seus dois filhos de “besta-fera”, pelo fato de ter “bulido com a própria filha”⁸⁰, isto é, manter uma relação de incesto com sua filha. Ela explica que já havia se separado dele há muito tempo quando soube do ocorrido. “Eu chamei os dois (filhos) para vir. Ela disse que ia ficar com o pai. Aí, deu no que deu. Quando eu to em casa fui chamada pra ir à delegacia. O delegado querendo saber se eu sabia daquilo. Eu não tinha nada a ver, a menina nem morar comigo morava”.

De acordo com seus relatos, a denuncia foi feita logo que a vizinhança descobriu o que estava acontecendo entre pai e filha, e logo que os conselheiros tutelares chegaram, acompanhados de alguns policiais, levaram a garota direto para o Lar de Nazaré. Apesar de não ter participação direta nesta situação, Tina defende que a filha só deve sair da instituição quando completar dezoito anos. Ela explica que lá a garota não ficava pelas ruas, como antes, quando moravam juntas. Diz também que lá a filha aprendera a se comportar direito, tornando-se mais obediente.

O único discurso contrário ao abrigo das filhas era o de Maria das Dores. Demonstrou-se sempre insatisfeita com o fato de suas filhas permanecerem na instituição por mais tempo do que acreditava ser necessário. Ela relatou de forma dramática esta situação.

Maria das Dores: Quando eu botei a minha filha no interno, eu num tava morando com ninguém, tava sozinha, tava na casa da minha irmã. Aí minha irmã falou assim: Não bota a menina no interno não que eu fico com ela até sua vida melhorar mais um pouco, você arrumar um trabalho, ir trabalhar. Eu tava trabalhando em casa de

⁸⁰ De acordo com alguns conselheiros tutelares que acompanhavam o caso de perto, o pai teria mantido relações sexuais com a filha ao longo de anos.

família, só que eu adoeci, aí eu peguei sai e vim embora aqui pra Penedo. Aqui em Penedo num tinha apoio da minha mãe, minha mãe, porque ela mora com um homem que não é o meu pai. Ele num aceita a gente dentro de casa, aí eu fiquei na casa da minha irmã. A minha irmã ficou com a Érica (filha). Aí minha mãe falou bem assim: “Olhe tem um canto que é bom pra sua filha intê quando sua vida melhorar mais um pouco, depois você pega de volta”. Aí eu disse: “ta bem”. A gente foi, chegou lá falamos com a Noêmia, fizemos lá tudo direitinho. A Noêmia ficou assim: “Mulher agora no momento a gente num ta pegando ninguém”. Aí a minha mãe começou e fez uma choradeira lá, aí a mulher foi e disse é vou dar um jeito. Minha mãe passou a dizer que pelo amor de Deus arrumasse uma vaga pra colocar as minhas filhas, as netas dela **porque eu era doente**, eu tomava remédio controlado, eu tinha uma série de problema tanta coisa. Aí inventou tudo isso pra poder colocar minha filha lá, porque num tinha como botar.

GILSON: Mas a senhora queria está com elas aqui agora?

Maria das Dores: Queria, eu sofro muito, eu num sossego porque eu tenho minhas filhas ali.

GILSON: E elas?

Maria das Dores: ah, quando eu vou elas choram bastante. Pedem: “Minha mãe me tire daqui, e agora eu num tenho como conseguir de volta as minhas filhas

GILSON: Não tem?

Maria das Dores: Sim, eu já tentei e não consigo.

GILSON: Por quê?

Maria das Dores: A Noêmia falou, a senhora tem que assinar, a minha mãe disse que assino, então a guarda das meninas passou pra minha mãe.

GILSON: quer dizer que as suas filhas estão sobre a tutela da sua mãe

Maria das Dores: da minha mãe

GILSON: E a senhora não tem mais o direito de...

Maria das Dores: Pegar minhas filha de volta, aí eu viver sem poder...o pai das minhas filha morreu e eu fiquei com elas, minhas filha tudo, minha mãe nunca me ajudou, eu passei por fases difíceis e minha mãe nunca chegou com nada pra dizer assim hoje eu vou ajudar minha filha com alguma coisa, pessoas estranha me ajudavam mas minha mãe não.

Independente do que cada uma dessas mulheres demonstrou pensar sobre a situação do abrigamento, ficou evidente que isto apareceu em seus relatos como uma forma de defender certos valores morais. Além disso, mesmo que seus filhos passassem anos nos abrigos, isto não significava obrigatoriamente a perda dos laços afetivos entre eles.

Ter filhos “drogados”, filhas “putas” ou “traficantes” é considerado um sinal de vergonha, porém isto pode ser tolerado quando revertido, de alguma forma, em ajuda material para dentro de casa. O que não parecia ser o caso de Vilma, já que de acordo com ela e um filho mais novo, todo o dinheiro que o rapaz em questão conseguia ele “queimava com maconha”.

Exemplo contrário disso tive quando estava na casa de Neiva conversando com seu filho mais velho, Ailton, quando uma garota, que havia utilizado um dos quartos da casa para um programa, fala: “Ailton, se minha mãe vier perguntar se eu fiz programa hoje, você diz que nem me viu”. Meu informante me explica que isto era porque caso sua mãe soubesse

ela teria de lhe entregar o dinheiro, ficando sem nada para comprar uma pedra de *crack*. Como lembra Fonseca (1996), a condenação moral da família ao exercício da prostituição de uma filha não a impede de usufruir dos ganhos materiais que os programas podem lhe proporcionar. Dessa forma, “fazem vista grossa”, muitas vezes demonstrando surpresa e condenando, ainda que temporariamente, a “descoberta”.

Este não foi o quadro típico encontrado junto às interlocutoras ao longo do trabalho de campo. Evidentemente algumas reflexões não puderam ser aprofundadas devido ao pouco tempo dedicado ao trabalho de campo, porém isto não impede que se perceba a forma como estas mulheres buscam apresentar-se, negando qualquer acusação de que sejam “amorais” e incapazes de amar.

A força como que veem o vínculo afetivo com seus filhos não contraria toda a discussão sobre a naturalização de um “instinto materno”, mas mostra como este se estabelece através de diferentes alianças e estratégias, muitas vezes invisibilizadas. A maior parte das mulheres entrevistadas demonstra um cuidado com os filhos, expressa na condenação por eles terem “se perdido”, ou no orgulho por ter ajudado a formar homens e mulheres “trabalhadores”. Estes cuidados são cruzados por outras relações que estas mulheres precisam estabelecer, principalmente com as relações estatais e suas parceiras, as organizações não governamentais.

Ao articularem categorias como “vagabundo e cidadão de bem”, “mães sacrificadas”, “mulheres trabalhadeiras”, assim como mostrando que ao longo de suas vidas alguns desses valores foram importantes seja para a escolha – as vezes frustrada – de seus maridos, seja para a educação de seus filhos, elas se apresentam encaixadas nestepadrão, estando aptas ao “merecido” exercício da cidadania. As falas das interlocutoras explicitam como estão constantemente negociando não apenas com sua vizinhança – para quem também buscam apresentar-se de forma positiva – mas, e, talvez, principalmente, com o Estado e seus parceiros – ONGs – ao articularem as mesmas categorias antes apontadas como inexistentes em sua formação, o que findava por dar-lhes a alcunha de amorais.

Fica evidente que constroem suas morais familiares articulando as mesmas categorias utilizadas pelos agentes disciplinadores. O que não é surpresa, tendo em vista que apesar das diferenças socioeconômicas compartilham de uma matriz cultural comum. No entanto, a construção desta em um cotidiano de classe geralmente distante daqueles defendidos pelo Estado, interpretados pelos agentes a partir de suas experiências, desencadeia

no fortalecimento de barreiras simbólicas, invisíveis, que findam por condenar moralmente essas mulheres e suas famílias por serem exatamente isso: família.



6 GUIA DE CONCLUSÃO: estranhando o que se tornou familiar...

Já no título aqui escolhido o leitor se depara com a feliz descoberta – diária em um trabalho acadêmico: a impossibilidade de apresentar qualquer conclusão hermética e definitiva. No entanto, dois anos envolvido em uma pesquisa, certamente nos *afeta*. Chegamos a tratar a dissertação “pronta” como um filho parido, podendo correr o risco de fazer algo semelhante a coruja da fábula que não conseguia ver as imperfeições de seus filhotes. Como evitar isto? “Estranhando o que se tornou familiar”. Seguindo este raciocínio, ainda que não deixe de ressaltar os principais pontos até aqui apresentados, não pretendo expor nessa sessão um resumo do trabalho. O que possibilitará que alguns pontos sejam “amarrados” ao interesse central: analisar os efeitos de perpetuação da miséria socioeconômica e cultural a que são submetidos os representantes da população pobre, observando como isso é construído nos discursos relacionados à família, maternidade, abrigo e cidadania.

O trabalho de campo que serviu de suporte a esta pesquisa teve duração aproximada de quatro meses de “imersão total”, o que possibilitou a conquista de certos contatos, assim como acompanhar diversas mudanças ocorridas tanto na cidade – como foi o caso das eleições para prefeito – como aquelas inerentes a relação pesquisador-pesquisados. O que não seria possível sem os caminhos, permeados de encontros e desencontros, marcados fortemente por fatores imponderáveis: “acaso”, “sorte” e “azar”.

Os percalços do campo tornaram imperativo o aprofundamento em relação a temas antes desconhecidos, como a proteção das crianças e adolescentes, assim como a não centralidade de temas e assuntos antes vistos como prioritários. A relação entre Estado e religião sem dúvidas serve como exemplo emblemático disso. Temas estes que serão certamente retomados em produções futuras, mas que tiveram pouco destaque no corpo da dissertação. O que pode incomodar a alguns, mas que, acredito se justifica pelo caminho até aqui apresentado. No caso da religião, não se deixou de apresentar o tema, especialmente quando se apresentou a ONG católica. No entanto, percebeu-se ao longo deste trabalho que dar tanta vasão a este tema, faria com que outros fossem, talvez, escanteados, como a cidadania.

Tencionou-se abordar as temáticas centrais a partir das perspectivas de três diferentes grupos: os agentes disciplinadores estatais, ONGs atuantes na área dos direitos das

crianças e adolescentes e famílias pobres cujos filhos se encontravam abrigados. O que possibilitou apresentar este campo de atuação enquanto permeados por disputas não só entre um grupo e outro, mas no interior destes. Não se podem ignorar as tensões entre os agentes do Estado, por exemplo. Em cada um desses cenários pôde-se observar como as relações se estabeleciam de maneira tensa, repletas de convergências e divergências legitimadas, ou não, através de moralidades múltiplas.

Nesse sentido, buscou-se problematizar as construções e idealizações construídas ao redor do valor das crianças e adolescentes enquanto *sujeitos especiais de direito*, como pressuposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O próprio documento foi, a partir do diálogo estabelecido com diversas pesquisas, analisado criticamente, sem que isto significasse minimizar sua importância e os avanços possibilitados por sua promulgação.

No entanto, a compreensão de que a antropologia pode, a partir do estabelecimento de diálogos interdisciplinares, oferecer possibilidades de um aprofundamento e quiçá uma melhoria na relação entre o Estado e as outras instâncias aqui problematizadas torna indispensável o aprofundamento crítico promovido. O que implica, diretamente no apontamento de fragilidades não só do ECA, como na forma com que ele é aplicado. No entanto não teria bastado ficar apenas nisso, mas também ouvir outros grupos e indivíduos. Foi esse desejo de aprofundamento a motivação para que fosse estabelecido o diálogo também com as mulheres com filhos nos abrigos. O que ressalta a importância de conhecer mais o cotidiano dos indivíduos e grupos que compõem as classes populares, não apenas sobre o olhar socioeconômico, mas em sua dimensão cultural. Dimensão esta, de reconhecida importância, mas ainda muito negligenciada quando se trata de questões típicas das sociedades tidas como complexas, como a questão da desigualdade social e seus efeitos nocivos sobre as relações familiares. O que finda por estabelecer barreiras naturalizadas que distanciam esses grupos das propostas intervencionistas do Estado em parceria com instituições não governamentais.

As reflexões suscitadas pelos relatos dos agentes disciplinadores do Estado, a partir do contexto de Penedo-AL, permitiram alguns questionamentos sobre a profundidade dos avanços representados na relação entre o Estado moderno e a normatização das famílias.

Ao compararem-se, no segundo capítulo, os discursos articulados pelos agentes disciplinadores do Estado, no contexto do município de Penedo, com aqueles observados a partir do século XIX, quando se consolidaram as políticas higienistas, percebeu-se muitas

proximidades, as quais nem sempre parecem ser assumidas, por exemplo, pelos idealizadores do ECA ou de seus implementadores.

Exalta-se a promulgação deste documento como sendo uma inegável melhoria em relação ao seu antecessor, o Código do Menor, na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. No entanto, um dos pontos mais elogiados pode, por outro lado, mascarar formas, geralmente imperceptíveis, de dominação e violências simbólicas: a responsabilidade que antes parecia ser toda concentrada no Estado passa, segundo seus defensores, a ser descentralizada, e dividida com as famílias, assim como com toda a sociedade.

No entanto, o que se pôde observar, a partir do contexto estudado, confirmado por outros trabalhos – dentro da realidade brasileira ou em outras – é que a responsabilização imposta parte de certa idealização dessa categoria, como se houvesse uma “família natural” e, consequentemente, um comportamento familiar padrão que terá na figura materna seu principal argumento. Tendo em vista que, como apresentado, desde o século XIX a mulher passa a ser exaltada como portadora de um “instinto materno”, um “dom natural”. Todo esse discurso se fez presente nos discursos institucionais, sendo usado inclusive para julgar as famílias, com destaque para as mulheres que pareciam não se encaixar em determinado padrão.

A família, tal qual pressupunha o discurso higienista, permanece sendo, na atualidade, o espaço de excelência para a “boa” formação dos indivíduos. Em outras palavras: o contexto familiar deve ser capaz de preparar as crianças e adolescentes para exercerem “bem” a sua cidadania. O que por sua vez significa ser “útil” para a sociedade capitalista moderna. Evidentemente não se trata de minimizar a importância que a sociedade brasileira dá a família como indispensável para a formação dos indivíduos, mas de provocar reflexões que a enxerguem como um construto social, e não como algo inato e imutável.

Se as instâncias institucionais voltadas ao cuidado dos interesses dos “menores” têm em seu discurso uma busca por não concentrar seu atendimento e sanções às famílias pobres, mas à todas, estas não deixaram de ser seu público principal, como enfatizou Adriana Viana (2004). Isto aponta para uma distância entre o olhar institucional, o qual geralmente comunga de valores hegemônicos, e aqueles construídos no contexto das classes populares. Isto se explicitou no presente estudo a partir dos estigmas e, consequentemente, das *estratégias de deslegitimação moral*, infligidas sobre muitas das mulheres a quem costumavam atender. Ao apontá-las como “mães negligentes”, “sem vergonha na cara”, “sem

força de vontade”, não apenas as demonizavam como também construíam barreiras simbólicas que possivelmente as impedia de exercer algum tipo de *cidadania*, já bastante desgastada em uma sociedade desigual como a brasileira.

Todo esse discurso parece maquiar o higienismo do século XIX, tão criticado por representantes dos movimentos sociais; juristas e uma pluralidade de trabalhadores sociais, mas que parece ainda muito forte em nosso contexto. A própria exaltação da criança e do adolescente enquanto alvos de uma *prioridade absoluta* parece ter como consequência o rebaixamento social das famílias que não conseguem oferecer isso a sua prole. Juntamente com seus inúmeros e exaltados avanços o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente parece ter trazido um “esquecimento institucional”, através do qual os conceitos fortemente criticados em outras legislações ao longo de dois séculos são reformulados e renomeados, permanecendo presentes, naturalizados nas práticas institucionais.

O que, no contexto brasileiro, parece agravado por dois fatores: o sucateamento do Estado que contribui para a perpetuação da miséria socioeconômica e cultural de muitas famílias. Estas, julgadas a partir de um padrão dominante, encontram-se no “banco dos réus”, e geralmente já estão moralmente condenadas, já que o Estado que exige que promovam a formação de um indivíduo “útil” – o “cidadão de bem” – não possibilita os meios materiais e simbólicos para que isso possa ser minimamente efetivado. O segundo ponto, presente também em outros contextos nacionais - como na França (RIBEIRO, 2005) é que a perpetuação de toda essa *violência simbólica* é fortalecida pela dificuldade em se ver os valores da própria sociedade relativizados. Parece haver uma tolerância quando se fala das formações e comportamentos familiares em outras culturas, no entanto, ao observar-se a própria sociedade, isto parece inadmissível.

A consequência inevitável disto será, como percebido nesta pesquisa, um efeito homogeneizante imposto sobre as famílias. O que certamente terá um efeito moralmente excludente sobre aquelas que compõem as classes populares.

A visão naturalizada dessa família, que é reduzida a veículo de promoção da cidadania do “menor”, parte inevitavelmente da naturalização da própria cidadania, como se fosse algo não construído dentro de diferentes contextos históricos, socioeconômicos e culturais. A consequência disto será a tentativa de “conversão” dos grupos populares a uma cidadania que se baseia na incorporação de *técnicas do corpo* específicas, que apenas reificam desigualdades, reforçando todo um discurso meritocrático que demoniza aqueles considerados

não adaptados as exigências dos grupos dominantes, frequentemente reproduzida nos âmbitos institucionais.

O que existe é uma exaltação moral de certos padrões de comportamento, a reprodução de um *habitus* familiar, a defesa de certos padrões de moralidade, tidos como mais adequados ou mais *civilizados*. No entanto, o discurso e olhares institucionais parecem ignorar que as famílias pobres compartilham de uma mesma matriz cultural que as demais, mas que desenvolvem suas *disposições* a partir de demandas práticas referentes a seu cotidiano e suas histórias. Nesse sentido, é importante lembrar que essas famílias não apareceram em favelas ou periferias como que por passe de mágica. De forma geral, muitas dessas famílias migraram das zonas rurais para as urbanas, trazendo costumes e tradições que mesmo sofrendo necessárias adaptações, não sumiram diante do novo cenário. Isto implica dizer que esses grupos já trazem em sua formação outras *estratégias de ação* que não correspondem as esperadas pelos grupos dominantes.

Certamente que as próprias relações estabelecidas entre os diferentes agentes disciplinadores do Estado não podem ser vistas como monolítica, no entanto, mesmo com todas as diferenças; “jogos de empurra” e críticas; estes parecem comungar de certo ideal familiar, geralmente não percebido no contexto das famílias que costumam assistir. Isto pôde ser percebido nos diferentes contextos institucionais, aparecendo, por exemplo, no empenho percebido em se provar a ausência de um “instinto materno” nas mulheres pobres, reforçado naquelas que por algum motivo – a favor ou contra sua vontade – tiveram os filhos assistidos por abrigos. Seja ao construírem comparações com outros animais não humanos, ou ao buscar explicações em algum discurso que beirasse um determinismo psicanalítico, os agentes estatais pareciam, em meio a todas as disputas políticas em que estavam envolvidos, contribuírem tanto para a vitimização quanto para a demonização dessas mulheres.

Isto pareceu ser reforçado ao se analisar os discursos e representações dos funcionários da Escola Profissional Lar de Nazaré. A defesa da instituição como indispensável na formação de diversas garotas – as “internas” – passava, inevitavelmente, pela estigmatização de suas famílias. A dicotomia entre “mães interessadas” e “mães desinteressadas” apontou mais uma vez para a idealização de uma “maternidade natural”.

Por último, em relação aos agentes estatais, percebeu-se que as idealizações feitas em relação ao comportamento familiar adequado, através do qual reproduzem uma visão naturalizada dos papéis familiares, não era seguida por eles, ficando a impressão de que

apenas em um contexto de pobreza existiriam conflitos, violências físicas e simbólicas, etc. Apesar disto, evidentemente, não aparecer diretamente. O que, talvez, torne seus efeitos ainda mais nocivos.

Inevitavelmente foram encontradas diversas contradições entre o discurso institucional, defendido pelos funcionários do LN, e o que era posto em prática. No entanto, cabe aqui ressaltar dois deles. Um, já bastante comentado, tem a ver com a promessa institucional de “reintegrar” as garotas às suas famílias. Isto sem dúvida se chocou com o fato de que o ambiente institucional foi frequentemente caracterizado como um lar e uma “grande família”. A segunda contradição continua neste caminho: a familiarização do contexto institucional. Porém se dá quando se observa a figura do Monsenhor Alberto, geralmente identificado como um pai para as internas. Criticam-se as “famílias de origem” das “internas” por suas “desestruturas”, geralmente apontando tanto para a negligência materna quanto para marginalidade com que as figuras paternas são representadas. Os pais, quando aparecem nas narrativas, são, geralmente, apontados como “desequilibrados”, bêbados e muito autoritários. No entanto, essa última característica foi sem dúvida percebida na relação que as garotas abrigadas estabeleciam com o clérigo. Seja ao terem de ficar em silêncio enquanto ele dormia às quintas-feiras, após almoçar na instituição, ou mesmo por terem de fazer faxina em sua casa em Arapiraca.

Troca-se a família de origem pela “família institucional”. Trocam-se os pais “ausentes” e autoritários, por outro, também autoritário, visto apenas uma vez por semana, o que o faz igualmente ausente em seu cotidiano. Na busca por culpados os agentes estatais e as ONGs apontam-se mutuamente como “morosos”, “não cumpridores das leis”, dentre outras questões. No entanto, esta tensa relação, percebida, aqui, por exemplo, na parceria entre o Lar de Nazaré e o Conselho Tutelar – dentre outros órgãos estatais – parece convergir para o julgamento das famílias pobres. Mesmo quando esses últimos não veem com bons olhos a atuação da instituição no município, pareciam, em muitos casos, achar que ali era um ambiente melhor que ao lado de suas famílias.

Exemplo disto veio através documentário feito pela psicóloga do CREAS sobre Maria das Dores, ao saber que esta tinha o desejo de tirar suas filhas do abrigo, mas não vinha conseguindo: “Melhor assim, ela só tá com o marido há cinco meses. Daqui a pouco eles se separam e como ficam as garotas? Melhor que fiquem no Lar de Nazaré”. Tal depoimento torna-se emblemático por dois motivos: esta interlocutora foi, sem dúvida, a maior crítica a

atuação do Lar de Nazaré, e também porque seu juízo deslegitima completamente a capacidade de Maria das Dores em cuidar sozinha de seus cinco filhos, como já havia feito anteriormente.

Apesar das críticas aqui realizadas, na busca de não cristalizar o sentido do que é família, é importante ressaltar que as os abrigos podem sim constituir-se enquanto famílias para os “menores”. Assunto este não contemplado neste trabalho, mas de forma alguma ignorado como possibilidade palpável.

As conquistas obtidas ao redor dos direitos das crianças e dos adolescentes não devem ser ignoradas, no entanto os agentes envolvidos com essa questão não devem se deixar cegar pelas conquistas, do contrário corre-se o risco de reproduzir formas de dominação menos óbvias. O principal efeito disto, por assim dizer, é a perpetuação de toda uma desigualdade social que vem sendo naturalizada no contexto nacional. Isto se dá, ao menos em parte, através da reprodução de um discurso meritocrático que culpa o indivíduo e, no máximo sua família, por este não alcançar o “sucesso” socialmente *estabelecido*, como se a desigualdade social não tivesse qualquer efeito sobre as maneiras como defendem seus valores, e sobre suas *disposições*.

Estas questões e seus efeitos tornaram-se mais explícitas ao se conhecer a história de vida e o cotidiano das mulheres apresentadas no último capítulo; os efeitos de toda distância entre as exigências dos diferentes agentes disciplinadores e o que é possível a elas dentro do contexto em que vivem. Quando falam, direta ou indiretamente, que “fazem o que podem” para “criarem bem seus filhos” defendem certos valores morais, semelhante aos articulados pelos agentes institucionais. A imposição de sanções normatizadoras tenta homogeneizar as famílias, ignorando o contexto socioeconômico e cultural em que foram construídas. Estas são eleitas como os principais veículos para formar os “cidadãos do futuro”, nossas “crianças esperanças”. Isto certamente passa pela minimização da desigualdade entre as classes. O que no caso brasileiro certamente não contribui para um sentimento de cidadão comum entre aqueles que compõem os diferentes extratos da sociedade.

A aparente semelhança entre o discurso de valorização das famílias esconde “estratégias de sobrevivência” díspares, que se mostram através dos diferentes usos do corpo (e de redes de solidariedade) estabelecidas de acordo com as demandas específicas de cada contexto de classe.

O exercício do “amor materno” pôde ser visto como um tipo de “passaporte de acesso” ao exercício da cidadania. No capítulo quatro, as mulheres apresentadas parecem reivindicar o direito a um tratamento enquanto cidadãs ao afirmarem-se como “boas mães” e mulheres “trabalhadeiras”. Em muitos casos isto pareceu contrariar os discursos institucionais que as julgavam como “vagabundas”, “desinteressadas”, “sem vergonha na cara”, etc. Entretanto, a própria necessidade de uma reivindicação pressupõe seu não reconhecimento diante do Estado.

Certamente concentrar nas famílias e indivíduos toda a responsabilidade pelos problemas socioeconômicos e culturais contribui não só para a permanência das desigualdades de classe, gênero e geração, mas para o enfraquecimento das críticas a um Estado que cada vez mais fala da universalização dos direitos do cidadão, sem, no entanto, possibilitar meios materiais e simbólicos para isso.

Diversas questões ficaram em aberto neste trabalho – e é bom que seja assim. Algumas delas poderão ser retomadas em momentos futuros. Destaco aqui duas questões não priorizadas, mas que se fizeram presentes ao longo de toda essa pesquisa. A primeira seria compreender o que acontece com as crianças e adolescentes abrigados ao completarem dezoito anos, quando deixam de ser “menores” e tornam-se adultos. Talvez seja necessário, como forma de aprofundamento das reflexões aqui iniciadas, observar como estes indivíduos vão construir suas relações afetivas; como eles próprios representam os laços com suas genitoras, etc. Outra inquietação advém das representações predominantemente marginais relacionadas à figura paterna. Algo fortemente presente nos discursos institucionais, mas que encontrava coro na maneira como algumas interlocutoras buscavam reafirmar seus laços com os filhos, em detrimento da relação destes com os pais.

Fica, diante disto, esse trabalho, felizmente inacabado, com a expectativa de que se queira fazer mais perguntas, explicitando e problematizando outras formas de dominação simbólica, visando contribuir, a partir disso, com a elaboração de outras práticas institucionais que não reproduzam categorias que só aumentam o abismo já existente entre as classes populares e as políticas públicas. Do contrário, caso não haja qualquer revisão dessas práticas, corre-se o risco de perpetuar desigualdades de todos os tipos, possibilitando consequências não esperadas, como a ameaça dos direitos democráticos conquistados tão recentemente na história nacional, mas ainda tão distantes da prática cotidiana de uma considerável parcela da população.

Nesse sentido, não é exagero ressaltar a importância de pesquisas que busquem desnudar práticas entranhadas em nossa sociedade através de processos históricos e culturais e não por ação divina, do destino ou por “falta de sorte”. Pensar sobre os efeitos da extrema desigualdade socioeconômica e cultural brasileira continua, a meu ver, tendo relevância central. O que aqui se buscou mostrar foram os efeitos da legitimidade dessa desigualdade no cotidiano das pessoas, especialmente no que diz respeito às normatizações legais e morais relacionadas ao controle sobre as famílias e, conseqüentemente, sobre os indivíduos. Evidentemente tais sanções não se aplicam homogeneamente para as diferentes classes e grupos sociais.

Jean-Paul Sartre chegando ao fim de sua obra “Entre quatro paredes” na voz de uma de suas personagens afirma que o “inferno são os outros”. De forma mais ampla e menos visível as práticas sociais defendidas atualmente por grupos que detêm um capital cultural legitimado como superior, amplamente defendido pelas instâncias institucionais, findam por impor este “inferno” a todo e qualquer indivíduo e/ou grupo que não se encaixe em seus critérios. Torço para que mais pesquisas sejam elaboradas e motivem ações efetivas de mudança desse quadro. O qual tacitamente se relaciona com práticas neoliberais, que em seu discurso meritocrático, justificam desigualdades na sociedade, ignorando as trajetórias tão díspares geralmente compartilhadas por indivíduos que compõe diferentes extratos sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Domingos. **No bico da cegonha: histórias de adoção internacional e no Brasil**. Rio de Janeiro. Relume Damara, 2002.

ALMEIDA, H. B. . Mulher em campo: reflexões sobre a experiência etnográfica. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de et al. (Org.). **Gênero em Matizes**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, v. 1, p. 49-80.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher: diferenças, poemas e corpos**. São Paulo. Cortez Editora. 207

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERGER, Peter L., LUCKMANM, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes. 2008

BERREMAN. Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do himalaia. In. Alba Zaluar (Org.) **Desvendando Máscaras Sociais**. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, RJ. 1980.

BONETTI, A. L. (Org.); FLEISCHER, S. R. (Org.) . **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loic. **Respuestas por uma antropología reflexiva**. México, Grijalbo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: critica social do julgamento**. ZOUK. 2007.

_____. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **O poder simbólico.** Petrópolis: Vozes, 2009a.

_____. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2009b.

BOURGOIS, Philipe. **In search of respect: selling crack in El Bairro.** Cambridge University Press. 2009.

BRASIL. Lei federal 8069/90 **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 13 de julho de 1990.

CAMPOS, R. B. C. . Investigações sobre o amor materno: algumas notas para pesquisa. In. **Pensando Família, Gênero e Sexualidade.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2006, p. 133-146.

_____. Contação de Causos e Negociação da Verdade entre os Ave de Jesus - Juazeiro do Norte-CE.. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Direitos humanos e cidadania no Brasil:** algumas reflexões preliminares. Brasília: UNB. 1992. (Série Antropologia, 122).

CAVALCANTI, M. L. V. C. Conhecer Desconhecendo: a etnografia do espiritismo e do carnaval carioca. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Org.). **Pesquisas Urbanas:** desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 118-138.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e Norma Familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004.

CARVALHO, J. M.. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Relume Damara, 2001.

DOUGLAS, Mary; **Como as instituições pensam.** São Paulo: EDUSP, 1998.

_____; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens:** por uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

DUARTE, Luiz F. D. ; BARSTED, L. ; TAULOIS, M. R. ; GARCIA, M. H. . Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 8, p. 24, 1993.

DUARTE, Luiz F. D.; GOMES, Edlaine de Campos. **Três Famílias:** identidades e Trajetórias Transgeracionais nas Classes Populares. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008. v. 1. 313 p.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

_____. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FONSECA, Cláudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Revista de Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 7-34, 1996.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, 1999, p. 83-121.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra:** etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

FONSECA, Cláudia. Os direitos da criança: dialogando com o ECA. In: _____. **Antropologia, diversidade e direitos humanos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Cláudia; SCHUCH, P., URIARTE, Pilar, CASTILHO, D. S., J., & Recena, M. A. **Estrutura e composição dos Abrigos para crianças e adolescentes em Porto Alegre (vinculados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e participantes da rede própria, conveniada não governamental)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo, Cortez. 2006.

FRANCH, M. . Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 117-133, 2002.

FRANCH, M; Tânia Lago . Será que elas sofrem? Algumas observações sobre Death without weeping de Nancy Scheper-Hughes. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 20, p. 181-196, abril/2004.

_____. **Tempos, contratempos e passatempos**: um estudo sobre as práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

FAVRET-SAADA, J. Os Afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo**, n.13, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história das violências nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRAVET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: **Gradhiva**: Revue d'Histoire er d'Archieves de l'Anthropologie, n. 8, 1990, p. 309.

FREITAS, Isaurora Claudia Martins de. **Da Periferia ao Palco**: a ressocialização de Crianças e Adolescentes da Periferia de Fortaleza através da Arte. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. 2005

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo, Perspectiva, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. LTC, 1988.

HIRANO, Sedi. **Formação da sociedade moderna no Brasil. Capitalismo moderno: relações Brasil/Estados Unidos, mercado e migrações internacionais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas. 2005.

HONNETH, AXEL, **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34. 2003.

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: doutrina e jurisprudência. Indico Atlas. 2006.

JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v.33, n. 33, p. 39-57. 1994.

KLEIN. Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Lua Nova. Revista de estudos feministas**, Rio de Janeiro, , v. 13, n. 13 janeiro-abril, p. 31-52.

LAVALLE, Gurza, A. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 59, n. 59, p. 75-94, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. A família. In: Shapiro, H.L. **Homem, cultura e sociedade**. São Paulo, 1982, p. 355-380.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social E Status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MATTOS, P. C. . A dor e o estigma da puta pobre. In: Jessé Souza. (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 173-204.

MAUSS. Marcell. **Sociologia e Antropologia**. Cosac & Naif. 2005.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano . **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. São Paulo, Cortez. 2001.

NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli. **Os homens também compram: consumo e masculinidade em grupos populares de João Pessoa**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2008.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre agência. In: GROSSI, Mirian Pilar, ECKERT, Cornélia, FRY, Peter Henry. (Orgs). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PELÚCIO, Larissa. “No salto”: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem” In: Bonett & Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis. Editora Mulheres: Edumisc.2007

REZENDE, Adriana Viana B.de. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de filhos. In. KANT, Roberto (Org.). **Antropologia e direitos humanos 3**. Niterói, RJ: EDUFF, 2004.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. **A inserção do conselho tutelar na construção do problema social da microregião 3 de Porto Alegre**. 1996. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

_____. **Une Ile Au Milieu De La Route** : Approche ethnographique d’un service d’accueil destiné à des familles monoparentales et à leurs enfants en danger. Paris, 2005.

SARTI, Cynthia Andersem. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, São Paulo : Autores associados. 1996.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **La muerte sin llanto. Violencia y vida cotidiana en Brasil**. Barcelona: Editorial Ariel. 1997.

SCHUCH, Patrice. Direitos e sensibilidades: uma etnografia das práticas de justiça da infância e juventude. In: GROSSI, M; HEILBORN, M. L.; ZANOTTA, L. **Antropologia e direitos humanos 4**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

SCOTT, R. P. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos De Pesquisa**, n. 73, p. 38-47, 1990.

_____. Gênero, família e comunidades: observações e aportes teóricos sobre o Programa Saúde da Família. In: VILLELA, Wilza; MONTEIRO, Simone. (Org.). **Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em questão**. São Paulo: ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2005, p. 73-98.

SCOTT, R. P.; QUADROS, M. T. . A diversidade do bairro do Ibura: contextualizando diferenças demográficas, econômicas e sócio-culturais. In: SCOTT, Parry; QUADROS, Marion Teodósio de. (Org.). **A diversidade no Ibura: Saúde, Gênero e Geração num bairro popular do Recife**. Recife: Editora Universitaria da UFPE, 2008, p. 11-47.

SCOTT, R. P.; QUADROS, M. T. . Saúde e Gênero no Bairro do Ibura. In: SCOTT, Parry; QUADROS, Marion Teodosio de. (Org.). **A diversidade no Ibura: Saúde, Gênero e Geração num bairro popular do Recife**. Recife: Editora Universitaria da UFPE, 2008, p. 48-64.
SCOTT, R. P. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Editora Universitária UFPE. 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves da . **O antropólogo e sua magia. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2000. 194 p.

SOUZA, Jesse. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SWAIN, Tânia Navarro. Meu corpo é um útero?: reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: STEVENS, Cristina (Org.) **Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares**. SC: Editora Mulheres, 2004.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Humanos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

_____. **As duas faces do gueto**. Boitempo Editorial. 2008.

WHYTE, Willian Foot. **A sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WOORTMAN, Klass. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.